

Sumário

Número de notícias: 45 | Número de veículos: 23

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Em busca de receita, Haddad quer apressar troca na tributação do IR..... 5

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carf: nova renegociação pode render R\$ 34 bilhões..... 6

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita altera prazo de nota eletrônica para ouro..... 7

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fogo amigo diminuiu e me sinto menos na frigideira, diz Haddad..... 8

O GLOBO - ON LINE - RJ - POLITICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Novo alvo do Centrão, ministro do Desenvolvimento Social é mais um a reforçar contatos políticos para se manter no cargo..... 10

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Comando da Caixa entra na mira do centrão, e Lula avalia mudança..... 12

VALOR ONLINE - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Republicanos não deve formalizar apoio ao governo..... 13

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Projeção de Selic mais baixa sinaliza alívio para a dívida bruta..... 14

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
REFORMA TRIBUTÁRIA

PL das Fake News e democracia mais forte (Artigo)..... 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Votação da reforma abala alicerces do PL..... 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Um novo consenso nacional é possível (Editorial)..... 21

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Oposição ferrenha, embates virtuais e pautas progressistas..... 22

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Bolsonaristas atacam esquerda e tentam baixar tensão interna..... 27

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Líder do governo no Senado levanta a possibilidade de fatiar Reforma Tributária..... 29

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
REFORMA TRIBUTÁRIA

O dever do Senado (Editorial) 30

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Bolsonaristas atacam ala que votou com governo e racham bancada do PL 31

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

E agora, Haddad? (Artigo) 33

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Senado avalia proposta para "fatiar" PEC da reforma tributária 34

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Setor exportador critica emenda que pode criar novo tributo estadual 35

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Especialistas veem novo ciclo econômico 36

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Reforma é o único jeito de o País se aproximar do sonho de riqueza" 38

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Senado precisa fazer correções na reforma tributária (Editorial) 39

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Na contramão da reforma 40

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Esse tributo vai virar custo" 42

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tombo da inflação e mais boas novas - MÍRIAM LEITÃO 44

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Funasa pode ser "porta de entrada" do Centrão 46

FOLHA ONLINE - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

O desafio do Threads após atingir 100 mi de usuários, agro transforma cidades do país e o que importa no mercado 47

G1 - NACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária impacta empresas de porte médio e pode atrair as que estão no Simples Nacional, avaliam especialistas (Empreendedorismo) 49

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ex-ajudante de ordens de Bolsonaro Mauro Cid depõe à CPI dos Atos Golpistas nesta terça 52

O GLOBO - ON LINE - RJ - BLOGS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fatiamento, rito sumário, PEC paralela: veja os caminhos da Reforma Tributária no Senado 53

O GLOBO - ON LINE - RJ - BLOGS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Os cotados para relatar a reforma tributária no Senado 54

O GLOBO - ON LINE - RJ - BLOGS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tombo na inflação e mais boas novas 55

O GLOBO - ON LINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária: 'Estamos caminhando no sentido oposto da simplificação', diz especialista 56

O GLOBO - ON LINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária: brecha para novo imposto pode ser usada por até 17 estados 57

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pacheco discute reforma tributária com Haddad e Tebet nesta terça 59

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula atua como coadjuvante na reforma tributária; como será na 2ª fase? 61

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Chega de torpedear boas iniciativas - RAUL VELLOSO 63

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Bolsa cai; dólar sobe 65

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Bancos cravam corte da Selic em agosto 66

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

É injusto dizer que Copom tem atuação política; BC é mais que só decidir juros 67

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Mercado volta a reduzir projeção de inflação para 2023 70

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Agro eleva PIB, renda e população, e desigualdade cai onde setor avança mais 72

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Censo eleva PIB per capita, mas tem lado negativo - PEDRO CAFARDO 75

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Fazenda revisa para baixo projeção para Selic e câmbio 77

Terça-Feira, 11 de Julho de 2023

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

China à beira da deflação acentua fraqueza econômica78

Em busca de receita, Haddad quer apressar troca na tributação do IR

**ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA | COLABORARAM
FERNANDA TRISOTTO e EDUARDO RODRIGUES/
BRASÍLIA**

Em entrevista na qual disse que o "fogo amigo e inimigo diminuiu" e que está se "sentindo menos na frigideira", o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, revelou ontem que não vai esperar a conclusão da tramitação da **reforma tributária dos impostos** sobre consumo no Senado para enviar ao Congresso a segunda fase da mudança - que vai tratar dos **tributos** sobre a renda. Segundo ele, a nova fase da tributária precisa ser remetido ao Congresso com o projeto do Orçamento de 2024.

A razão é simples: o governo precisa incluir na proposta de Orçamento o aumento de arrecadação com medidas que estarão nessa segunda etapa da reforma e, assim, garantir o cumprimento das metas do novo arcabouço fiscal - que prevê déficit zero nas contas públicas no próximo ano.

Na mira do governo, estão a volta da tributação de lucros e dividendos recebidos por pessoas físicas que são acionistas de empresas e o corte de renúncias fiscais concedidas no Imposto de Renda.

Para entrar em vigor em 2024, essas medidas têm de ser aprovadas até o fim do ano. É que a legislação tem uma regra que determina que, para aumentar imposto, o início da vigência só pode acontecer no ano seguinte.

Haddad deu esse sinal combinado com o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas- AL). A questão é que o Congresso não quer saber de aumento de carga tributária, enquanto o ministro precisa colocar dinheiro no cofre do Tesouro para cumprir a meta de zerar o déficit das contas públicas em 2024.

"Do mesmo jeito que o marco fiscal e a PEC (da **reforma tributária**) andaram juntos, o Orçamento terá de andar com a segunda fase. Para garantir as metas do marco fiscal, preciso que o Congresso aprecie essa segunda etapa com a peça orçamentária, que terá como pressuposto a aprovação dessas medidas pelo Congresso. Caso contrário, haverá restrição na peça orçamentária", disse Haddad, durante entrevista ao podcast O Assunto, da jornalista Natuza Nery, no portal G1.

O ministro, que deve se encontrar hoje com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), argumentou que precisa que o Congresso enxergue um Orçamento equilibrado do ponto de vista de receita e despesa. "Precisamos criar um ambiente saudável no Brasil para atração de investimentos." Haddad acrescentou que, assim como acredita que o Congresso fará sua parte no esforço para o equilíbrio das contas públicas, o Banco Central precisará também "harmonizar" as políticas fiscal e monetária.

"Dependo da atividade (econômica) para arrecadar", disse ele, acenando esperar a redução de juros a partir de agosto.

AO VIOLÃO.

Durante a entrevista, Haddad apareceu tocando ao violão a música Blackbird, dos Beatles. A letra da música diz: "Você estava só esperando por esse momento para se erguer".

Alvo do fogo amigo do PT nos primeiros meses do governo Lula e da desconfiança dos investidores do mercado, Haddad terminou o primeiro semestre com o checklist do cronograma de tarefas desenhado por sua equipe praticamente entregue, com medidas como um modelo para o sistema de metas de **inflação**, a indicação de novos diretores para o BC e os projetos do novo arcabouço fiscal e das mudanças do **Carf** (o tribunal administrativo para julgar recursos dos contribuintes contra decisões da Receita), entre outras.

"O fogo diminuiu. Eu estou me sentindo menos na frigideira do que eu estava três meses atrás", reconheceu ele, numa fala pouco usual para ministros da Fazenda, que não gostam de se revelar em público na mira de ataques. E falou sobre a desconfiança que, segundo ele, existia antes de tomar posse. "Muita gente na Faria Lima (Avenida Faria Lima, em São Paulo, principal centro financeiro do País) dizia que eu não poderia ser ministro da Fazenda", disse, acrescentando que são pessoas que "desconheciam meu trabalho".

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Carf: nova renegociação pode render R\$ 34 bilhões

Com a intenção de aumentar a arrecadação do governo federal em até R\$ 34 bilhões, o Ministério da Fazenda incluiu no projeto do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**) um trecho que cria mais uma renegociação de dívidas.

Pela proposta, aprovada pela Câmara dos Deputados e enviada ao Senado, devedores inscritos na dívida ativa poderão ganhar um desconto de até 65% e parcelar o pagamento em até 120 meses.

O novo refinanciamento entrará em vigor a partir deste ano. Poderão ser beneficiadas empresas autuadas pela Receita, com processos no **Carf** ou no Judiciário. A estimativa de receita extra foi antecipada pelo Valor e confirmada pelo GLOBO.

Hoje, o abatimento é limitado a 50% do valor devido e o prazo de pagamento em até 84 meses. Segundo o relator do projeto, deputado Beto Pereira (PSDB-MS), a medida foi incluída no texto a pedido da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

A proposta original era assegurar ao Ministério da Fazenda o voto de Minerva ou Qualidade, nas decisões em que o contribuinte conseguir empate no **Carf**, espécie de tribunal administrativo da Fazenda.

Um modelo que vigorava até o início do governo Bolsonaro.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Receita altera prazo de nota eletrônica para ouro

A **Receita Federal** alterou o prazo para emissão obrigatória da Nota Fiscal Eletrônica do Ouro Ativo Financeiro (NF-e Ouro Ativo Financeiro), destinada ao registro de operações com ouro, ativo financeiro ou instrumento cambial.

Segundo instrução normativa, publicada hoje no "Diário Oficial da União" (DOU), a NF-e Ouro Ativo Financeiro será obrigatória a partir de 1º de agosto de 2023 e poderá ser emitida facultativamente desde 3 de julho de 2023.

Antes, o prazo para a emissão obrigatória era dia 3 de julho.

Além disso, volta vigorar, até 31 de julho de 2023, a Instrução Normativa SRF nº 49, de 2 de maio de 2001.

"Fica reprimada, até 31 de julho de 2023, a Instrução Normativa SRF nº 49, de 2 de maio de 2001, anteriormente à revogação promovida pela Instrução Normativa RFB nº 2.138, de 2023", informa a instrução normativa.

Uma operação da Polícia Federal, deflagrada na manhã desta segunda-feira, 10, está investigando a atuação de um grupo suspeito de movimentar ao menos R\$ 80 milhões de forma ilegal e que teria relação com uma rede de extração clandestina de ouro em terra indígena Yanomami e lavagem de dinheiro.

A operação Frutos de Ouro cumpriu na manhã desta segunda cinco mandados de busca e apreensão na cidade de Boa Vista e em São Paulo.

De acordo com **comunicado** da PF, o grupo investigado tem relação com apreensão de 5 quilos de ouro ocorrida no Aeroporto de Boa Vista, em 2019.

A identificação do suspeito que tentou embarcar com o ouro com destino a Campinas, no interior de São Paulo, deu início às investigações.

A Polícia Federal aponta ainda que uma joalheria de São Paulo enviou valores a dois suspeitos, entre elas a pessoa apontada como responsável pelo ouro apreendido em 2019.

Os valores movimentados para cada um deles variam de R\$ 15 milhões a R\$ 50 milhões.

O grupo investigado, segundo a Polícia Federal, usava uma empresa de comércio de frutos do mar - daí o nome da operação - para movimentar o dinheiro obtido mediante as operações irregulares com ouro.

O ministro da Justiça, Flávio Dino, autorizou o emprego, por 90 dias, da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) para apoiar o governo do Amazonas no combate aos incêndios florestais e queimadas.

A Força Nacional está autorizada a atuar nos municípios de Humaitá, Apuí, Boca do Acre, Lábrea e Manicoré - áreas mais atingidas pelos focos de incêndio na floresta - e em atividades de defesa civil em defesa do meio ambiente De acordo com portaria publicada na edição desta segunda-feira no "Diário Oficial da União", a ajuda é em "caráter episódico e planejado".

A operação terá o apoio logístico do órgão demandante, que deverá dispor da infraestrutura necessária à Força Nacional de Segurança Pública.

O contingente a ser disponibilizado obedecerá ao planejamento definido pela Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça.

PF identifica grupo que usava empresa de frutos do mar para movimentar dinheiro ilegal

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187599?page=6§ion=2>

Fogo amigo diminuiu e me sinto menos na frigideira, diz Haddad

Rafael Balago

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse sentir que a pressão de aliados (o fogo amigo) e de adversários contra ele diminuiu.

"O amigo e o inimigo. O fogo diminuiu. Eu estou me sentindo menos na frigideira do que eu estava três meses atrás", afirmou Haddad nesta segunda (10) à jornalista Natuza Nery, no podcast O Assunto.

"Tinha muita gente na chamada Faria Lima que falava 'o Haddad não dá para ser ministro da Economia'. Ou não acompanhou o meu trabalho na prefeitura, ou no Ministério da Economia ou não leu o que eu escrevi na vida toda."

Haddad obteve vitórias na última semana, como a aprovação da **Reforma Tributária** e mudanças nas regras do **Carf** pela Câmara dos Deputados. Indicadores também melhoraram recentemente, como a valorização do real ante o dólar e a redução das expectativas de **inflação**.

Na articulação pela aprovação da reforma, Haddad se aproximou de Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara dos Deputados, e de Tarcísio de Freitas (Republicanos), governador de São Paulo. Para ele, a negociação com nomes ligados à direita representa uma volta da "política com P maiúsculo" e que as conversas com Lira lembraram as tratativas para aproximar o presidente Lula (PT) do vice Geraldo Alckmin (PSB), para montar a chapa presidencial vencedora de 2022.

Na semana passada, Haddad e Tarcísio deram uma entrevista a jornalistas juntos, irritando o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). O ex-presidentes colocou contra a **Reforma Tributária**, e o governador a defendeu. A tensão foi registrada em vídeo.

"Tarcísio estava em situação complicada. Ele estava contra a arrecadação centralizada, algo fundamental para a reforma funcionar. Oferecemos uma solução com dois critérios. Quando apresentamos a ele, vi que ele relaxou. Aí disse: vamos descer e dar a boa notícia para o país. Jamais me preocupei sobre o que o Bolsonaro vai achar de uma foto minha com o governador de São Paulo" disse o ministro.

Haddad afirmou que vai se reunir nesta terça-feira (11) com Rodrigo Pacheco, presidente do Senado, para debater o avanço da **Reforma Tributária**.

O ministro também declarou que houve progresso nos planos da Fazenda para estimular projetos relacionados à transição energética e mudanças climáticas. Haddad contou que teve uma reunião com Lula sobre o tema na sexta (7) e que o presidente se mostrou interessado. "Vi os olhos dele brilharem", disse.

O titular da Fazenda afirmou que a pasta fez um mapeamento de oportunidades em áreas como combate ao desmatamento, energia solar e eólica e produção industrial "net zero", com emissões de carbono zeradas ou neutralizadas.

"É um plano de mais de cem ações que vão se desdobrar em quatro anos. Vai desde o crédito de carbono, passando pela **Reforma Tributária** que tem imposto seletivo para onerar o que prejudica o meio ambiente e a saúde pública até a exploração de lítio", afirmou.

O pacote de ações incluirá a criação de leis para facilitar os investimentos na área. O governo espera, com isso, atrair mais negócios verdes ao país.

Haddad disse ainda não ter dados fechados sobre a contribuição desse plano ao crescimento do **PIB** e à geração de empregos, uma vez que essas projeções dependem das ações que o governo ainda tomará e de negociações com outros ministérios.

Na entrevista, Haddad também disse que o governo federal não aguardará o fim da tramitação da proposta de **Reforma Tributária** sobre o consumo no Congresso para enviar aos parlamentares a segunda fase da reforma, que tratará da taxaço sobre a renda.

O ministro afirmou que a reforma do Imposto de Renda precisa chegar ao Congresso com o Orçamento de 2024, que será enviado até o fim de agosto, quando também serão apresentados novos projetos de lei de ajuste fiscal.

"Temos que concluir a tramitação da PEC tributária no Senado, mas não vamos aguardar o fim da tramitação para mandar para o Congresso a segunda fase da

reforma. Ela tem que ir junto com o Orçamento", disse.

A reforma dos **tributos** sobre o consumo foi aprovada em dois turnos na Câmara dos Deputados na semana passada, mas ainda depende de análise dos senadores.

O ministro argumentou que a segunda fase da reforma precisa ser apreciada pelo Congresso junto do Orçamento para garantir que as metas estabelecidas pelo novo arcabouço fiscal sejam cumpridas.

"A peça orçamentária terá como pressuposto a aprovação dessas medidas pelo Congresso. Caso contrário, terá que haver restrição da peça orçamentária", afirmou, defendendo uma responsabilidade compartilhada entre os Poderes para que as contas do governo fechem.

Na entrevista, o ministro disse que mantém a meta de zerar o déficit primário do governo federal em 2024. Para isso, segundo ele, a Fazenda também apresentará com o Orçamento um conjunto de leis para, principalmente, disciplinar vitórias tributárias que o governo obteve no Judiciário.

"Vamos mandar o Orçamento com leis de ajuste fiscal, sobretudo corte de gasto tributário, dentre os quais o que já foi pacificado nos tribunais", disse.

Com Reuters

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50334&maxTouch=0&anchor=6480030&pd=bbc65d364f0f578a6eb16500f3059f40>

Novo alvo do Centrão, ministro do Desenvolvimento Social é mais um a reforçar contatos políticos para se manter no cargo

Por Jeniffer Gularte e Manoel Ventura

À frente da pasta que se tornou o mais novo alvo do Centrão, o ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias, reforçou as movimentações para neutralizar a cobiça das siglas que vêm se aproximando do governo e ensaiando a entrada no primeiro escalão. Enquanto auxiliares do Palácio do Planalto já admitem a possibilidade de troca, o ex-governador do Piauí tem recebido mais parlamentares e prefeitos, buscado encontros com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e, na ofensiva para se segurar no cargo, tem o apoio da primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja.

Depois do veto de Lula à troca na Saúde - Nísia Trindade estava na mira anteriormente -, o Centrão direcionou os esforços para o comando da estrutura responsável pelo Bolsa Família, principal marca das gestões petistas. Com orçamento de R\$ 273 bilhões, o Desenvolvimento Social tem mais verbas à disposição do que Saúde e Educação, além de oferecer capilaridade: repaginado, o programa de distribuição de renda paga um valor médio de R\$ 705, contemplando mais de 20 milhões de famílias.

Na tentativa de se blindar, Dias tem intensificado seu contato com o mundo político. Na última quarta-feira, foi à Câmara no relançamento da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa e assinou documento que estabelece uma parceria para promover políticas de inclusão por meio do empreendedorismo. Ele tem capitaneado movimento para que empresas contratem beneficiários do Bolsa Família. Desde janeiro, 600 firmas já aderiram à proposta, que prevê qualificação, contratação ou formação de cadastro de reserva.

Na segunda-feira da semana passada, quando Lula sancionou a lei de igualdade salarial entre homens e mulheres, Dias foi até o local para, em um encontro fora da agenda, apresentar dados da pasta ao chefe e fazer frente às críticas de colegas de que tem feito entregas abaixo da expectativa.

O ministro apresentou a Lula que 43,5 milhões de brasileiros atingiram renda per capita igual ou superior a R\$ 218 no primeiro semestre, com o pagamento do Bolsa Família e outra parte por renda própria. A notícia foi parar nas redes sociais do governo. Na semana anterior, havia levado todo o secretariado ao gabinete de Lula para apresentar balanço das ações de sua pasta. Do presidente, ouviu pedido para reforçar ações nos cem municípios brasileiros com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Na última sexta-feira, Dias ganhou o reforço de Janja. Após uma reunião com ele, a primeira-dama disse que o ministério era o "coração do governo" e composto por "uma equipe maravilhosa". No encontro, os dois alinharam detalhes sobre o programa Brasil Sem Fome, que deve ser lançado em julho, em uma nova versão do Fome Zero. Janja gravou vídeo ao lado do ministro, distribuído nas redes sociais.

- O presidente Lula fala que a população mais pobre do Brasil é a prioridade desse governo. Então, o Ministério do Desenvolvimento Social é que atende. As políticas públicas feitas para essa população acontecem e são pensadas aqui - disse Janja.

Dias conta ainda com a relação de longa data com Lula, de quem foi um dos coordenadores de campanha no ano passado e é um dos petistas mais próximos. Durante a transição, Lula negou a pasta para Simone Tebet (MDB), por entender que o Bolsa Família deveria ficar com o PT.

O ministro do Desenvolvimento Social não é o primeiro a ter que se mexer para garantir a permanência no cargo. Nísia Trindade teve a permanência bancada por Lula, mas passou a se reunir mais com políticos e aumentou o ritmo de repasses de verbas para municípios e estados. Ana Moser (Esporte) também entrou na mira e se reúne hoje com o presidente. O Republicanos apresentou o nome do deputado Silvio Costa Filho (PE) para o cargo, em uma mudança defendida por uma ala do Planalto.

A crise na relação com o Congresso também já motivou críticas internas a ministros com assento no Planalto. Depois de ser cobrado a ter uma atuação mais incisiva na articulação, Rui Costa (Casa Civil) se abriu mais aos encontros políticos e se reuniu até com o líder do União Brasil na Câmara, Elmar Nascimento (BA), adversário político na Bahia. Já Alexandre Padilha (Relações Institucionais) passou a ir com mais frequência ao Congresso depois de parlamentares se queixarem que precisavam ir ao Planalto toda vez que desejavam conversar com o ministro e cobrou dos colegas agilidade nas nomeações.

Sem uma base sólida no Congresso, Lula entrou pessoalmente na articulação política. Na sexta passada, por exemplo, recebeu no Palácio da Alvorada o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e líderes partidários para comemorar a aprovação da **Reforma Tributária**. Estava na comitiva o líder do PP na Câmara, André Fufuca (MA), citado no partido como ministeriável.

Neste contexto, auxiliares de Lula admitem que há chance de troca no Desenvolvimento Social. A avaliação é de que uma futura **reforma ministerial** para abrigar partidos do Centrão deverá mexer no comando de pastas que atualmente são da cota pessoal do presidente, entre elas Desenvolvimento Social e Esporte, ou estão com o PT, preservando as que estão com a base aliada e com ministros que entregam votos.

Um dos atritos com Dias está no atraso na liberação das verbas do extinto orçamento secreto, interrompido por decisão do Supremo Tribunal Federal no fim do ano passado. Um acordo realizado entre Executivo e Legislativo no período da PEC da Transição deixou R\$ 9,8 bilhões com os ministérios, dos quais uma fatia de R\$ 1,5 bilhão no Desenvolvimento Social. Apesar de esse valor não ser relativo a emendas, parlamentares querem exercer influência na destinação e alegam que este foi o trato com o Planalto. Dias, no entanto, ainda não empenhou um real sequer.

A pasta decidiu utilizar esses recursos no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e abriu cadastro para que municípios façam solicitação de recursos para reforma, construção e ampliação de áreas de atendimento social. De acordo com a pasta, até 4 de julho, 5.411 municípios e 26 estados já haviam registrado 9.168 solicitações. Já das emendas individuais, de pagamento obrigatório, o ministro empenhou R\$ 336,1 milhões de R\$ 521,3 milhões disponíveis.

Além da mira no Desenvolvimento Social e no Esporte, há pedidos do União Brasil e de siglas do Centrão, como PP e Republicanos, relativos ao comando da

Caixa Econômica Federal e da Fundação Nacional da Saúde (Funasa). As discussões ganharam novo impulso na semana passada, em meio ao processo de votação da reforma e do projeto de lei do **Carf**, e vão se intensificar ao longo do segundo semestre. Lula sinalizou para as legendas que aceita conversar, mas não há definições sobre termos das negociações e se órgãos de segundo escalão poderiam conter a cobiça por ministérios.

(Colaborou Dimitrius Dantas)

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/07/11/novo-alvo-do-centrao-ministro-do-desenvolvimento-social-e-mais-um-a-reforçar-contatos-políticos-para-se-mantem-no-cargo.ghtml>

Comando da Caixa entra na mira do centrão, e Lula avalia mudança

Brasília

*/
Augusto Fernandes, do R7, em Brasília*

O centrão intensificou as exigências por cargos de alto escalão no governo federal, e um dos postos que entrou na mira do grupo político foi o comando da Caixa Econômica Federal. O banco é liderado atualmente por Rita Serrano, que tem enfrentado dificuldades para agradar a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Depois da aprovação da **reforma tributária** na Câmara dos Deputados, Lula foi cobrado por dirigentes do centrão a ampliar o espaço do grupo no governo. Com Rita em um momento delicado à frente da Caixa, o centrão avalia que pode convencer o presidente a acomodar uma indicação política.

Rita ainda não conseguiu agradar o governo e - segundo membros do governo - o desempenho dela tem deixado Lula insatisfeito. Um dos episódios que gerou mal-estar no Executivo foi o anúncio de que a Caixa passaria a cobrar uma tarifa nas operações Pix de pessoas jurídicas. A medida repercutiu de forma negativa e o governo precisou voltar atrás por ordem de Lula.

Outra reclamação do trabalho da atual presidente do banco é de que ela estaria retardando a liberação de recursos para projetos patrocinados pela Caixa e, ainda, colocando dificuldades para atender demandas de políticos.

Uma mudança na chefia da Caixa poderia amenizar as cobranças do centrão por mais presença em cargos de importância do governo. O grupo já conseguiu derrubar a ministra do Turismo, Daniela Carneiro, que vai ser substituída pelo deputado Celso Sabino (União Brasil-PA), e tem pedido o comando de ao menos mais duas pastas: Esportes e Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Na semana passada, em meio à votação da **reforma tributária** e do projeto de lei que retoma o voto de qualidade do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**), Lula empenhou (reservou para uso) um

valor recorde de R\$ 8,5 bilhões em emendas parlamentares. A quantia corresponde a mais da metade do que foi empenhado ao longo de todo o ano, R\$ 16,2 bilhões.

Ainda assim, o movimento do governo não foi suficiente para atender aos interesses do centrão. O grupo "cobra a fatura" da aprovação em troca de consolidar a base de apoio a Lula, sobretudo na Câmara, que no momento tem sido mais fiel ao presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), do que ao governo.

O PP é um dos partidos que mais mostra interesse em embarcar na gestão Lula. Na última sexta-feira (7), o presidente recebeu no Palácio da Alvorada dirigentes de diversos partidos para "comemorar" a aprovação da **reforma tributária**, e o partido de Lira compareceu em peso. Além do presidente da Câmara, estiveram no encontro o relator da reforma, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), e o líder do PP na Câmara, André Fufuca (PP-MA).

Em meio às negociações com o centrão, Lula busca uma forma de não se indispor com o PT, em especial porque o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome é comandado por Wellington Dias, que é filiado ao partido. A tendência é de que, caso o presidente confirme as mudanças, o ministro seja remanejado para outro posto de importância na Esplanada.

Site: <http://noticias.r7.com/brasilia/comando-da-caixa-entra-na-mira-do-centrao-e-lula-avalia-mudanca-10072023>

Republicanos não deve formalizar apoio ao governo

Por Marcelo Ribeiro - De Brasília

Ainda que o deputado Silvio Costa Filho (Republicanos-PE) esteja cotado para substituir Ana Moser à frente do Ministério do Esporte, o partido de Marcos Pereira (Republicanos-SP) não deve entrar formalmente na base aliada do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no Congresso. A legenda já vem entregando votos para matérias de interesse do governo e a tendência é que isso continue ocorrendo. E a nomeação do pernambucano para a Esplanada dos Ministérios pode ampliar essa adesão, ainda que oficialmente a sigla permaneça "independente".

Segundo apurou o Valor, Silvinho, como é chamado o filho do ex-deputado Silvio Costa, já conta com o aval de Pereira e de outros integrantes da cúpula do Republicanos para assumir um cargo no primeiro escalão do governo. Ele também foi informado que a eventual entrada não mudará a postura "independente, porém colaborativa" da sigla com o Palácio do Planalto.

Caso a nomeação saia do papel, correligionários já estão com o argumento pronto para rebater as críticas: irão sustentar que é uma indicação pessoal do presidente, em razão da relação de proximidade que o deputado mantém com Lula e o PT.

Nos bastidores, interlocutores de Pereira dizem que Costa Filho "jamais enfrentará constrangimentos" provocados pela legenda, como ocorreu com a ministra do Turismo, Daniela Carneiro. Desde que pediu a desfiliação do União Brasil para ir para o Republicanos, a ministra, que será substituída por Celso Sabino (União-PA) nas próximas semanas, passou a ser pressionada pelo partido de Luciano Bivar (União-PE) a deixar o posto.

A eventual entrada de Costa Filho na Esplanada seria uma das respostas de Lula à ofensiva do Centrão por uma minirreforma ministerial. Na semana passada, o bloco foi determinante para que o governo conquistasse duas importantes vitórias na Câmara: a aprovação da **reforma tributária** e do PL do **Carf**. Enquanto as negociações para destravar as votações ocorriam, Lira e aliados indicaram que PP, União Brasil e Republicanos deveriam ser contemplados com espaços na Esplanada.

Por ora, a única mudança acertada é no Ministério do Turismo, mas outras pastas estão na mira do Centrão: além do Esporte, também almejam o Desenvolvimento e Assistência Social, atualmente sob comando de Wellington Dias (PT), e até mesmo o Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, que está nas mãos do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB). Esse último já foi ocupado por Pereira no governo de Michel **temer** (MDB).

De acordo com fontes, a eventual saída de Alckmin da pasta pode ocorrer, caso Lula necessite de mais espaços para acomodar potenciais aliados. Negociações acontecerão nas próximas semanas e o novo desenho do primeiro escalão deve ser fechado em agosto.

Apesar de ter apoiado a candidatura à reeleição de Jair Bolsonaro, o Republicanos, que é o partido do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, tem buscado manter uma distância protocolar do ex-presidente. O objetivo é se firmar como uma das principais siglas da centro-direita e afastar características que aproximem o partido do radicalismo.

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
Republicanos não deve formalizar apoio ao governo

Site:

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2023/07/11/republicanos-nao-deve-formalizar-apoio-ao-governo.ghtml>

Projeção de Selic mais baixa sinaliza alívio para a dívida bruta

Embora ainda longe de impedir uma alta da relação entre dívida bruta e **PIB** no médio prazo, a reprecificação da trajetória de cortes da Selic em andamento pode trazer algum alívio para as projeções dessa métrica, avaliam economistas. Ainda que existam muitas dúvidas sobre a capacidade do governo de entregar a trajetória de superávits primários prometida durante a apresentação do arcabouço fiscal, a avaliação é que uma queda mais rápida da taxa de juros pode se traduzir em menor despesa com a conta de juros e, em alguma medida, em uma melhora das projeções para a atividade econômica.

Segundo a mediana da última pesquisa Focus, do Banco Central, a projeção para a Selic no fim deste ano caiu a 12% e a 9,50% em 2024. Em relação ao nível máximo dessas estimativas, observado no fim de março, houve uma queda de, respectivamente, 0,75 ponto percentual e 0,50 ponto.

Em maio, o resultado primário do setor público consolidado - ou a diferença entre receitas e despesas do governo, excluindo a conta de juros - foi um déficit de R\$ 50,2 bilhões, número que veio pior do que as expectativas de analistas do mercado. Já a dívida pública como proporção do **PIB** cresceu de 72,9% em abril para 73,6% naquele mês, também acima do projetado.

Essa piora na margem, no entanto, não colocou pressão sobre a expectativa com o endividamento bruto este ano, diz o BTG.

"Pelo contrário, vemos espaço para reduzir nossa projeção para a dívida bruta geral do governo (agora em 76% do **PIB**) para mais perto de 75%, após a revisão baixista do nosso cenário para a Selic", afirma o banco em relatório recente. Ele nota que essa melhora não ocorre por causa de mudanças no déficit primário esperado para esse ano, que segue em 0,8% do **PIB**, mas de menor pressão sobre o custo médio da dívida no ano e também de um maior crescimento econômico.

De acordo com o Tesouro Nacional, o serviço da dívida se mantém como a principal despesa do setor público. União, Estados e municípios pagaram R\$ 2,710 trilhões em 2022 com "encargos especiais", que abarca a amortização e refinanciamento da dívida.

Este montante representou 42,9% da despesa total do ano passado, mais que o dobro da segunda maior rubrica, a **Previdência social**, que consumiu 18,7%.

Nos cálculos do BC a chamada elasticidade da dívida bruta à Selic é de 0,39 ponto percentual.

Ou seja, uma queda (ou alta) de 1 ponto da taxa básica de juros for mantida durante um ano, ela resultaria em uma contração de 0,39 ponto do endividamento, ou R\$ 40,1 bilhões.

Assim, uma redução das projeções de dívida bruta deve ser mais visível entre casas com visão mais conservadora, que trabalhavam em seus cenários com juros altos por mais tempo. A equipe de macroeconomia da Genial Investimentos, por exemplo, cortou recentemente entre 1,0 e 3,0 pontos das projeções para a dívida/**PIB** entre 2023 e 2025. A estimativa para este ano caiu de 79,8% para 78,9% do **PIB** e a de 2024 baixou de 83,1 para 81,4%. Para 2025, ela cedeu de 87,2% a 84,1%.

"A surpresa positiva veio mais em relação ao gasto com juros, uma vez que nossas projeções de crescimento e trajetória da Selic seguem mais conservadoras que a da mediana do mercado", diz Yihao Lin, economista da Genial.

A corretora passou recentemente a estimar um crescimento **PIB** de 1,7% e Selic terminando em 12,25% este ano e 10% no ano que vem. Já a projeção para o resultado primário sofreu pouca alteração, com déficit esperado de 1,4% este ano e chegando a 1,1% em 2025.

Entre economistas que mudaram menos o cenário para Selic ao longo de 2023, o efeito é mais marginal ou quase zero. No caso da JGP Investimentos, houve apenas um ajuste da perspectiva para o início do ciclo de cortes, antecipada de setembro para agosto, e da Selic no fim de ano de 12,25% para 12,00%. "Essa redução continua até levar a taxa a 9,50% no fim do ciclo, ou 0,50 ponto percentual a menos do que tínhamos no começo do ano", diz Fernando Rocha, economista- chefe da gestora.

Com base nessa mudança, a estimativa para a dívida bruta em relação ao **PIB** de Rocha passou de 77% para 76,6% no fim deste ano e de 80% para 79,8% no

fim de 2024. "Houve melhora das projeções de crescimento também, que ajudam, mas como o **PIB** nominal não vai crescer tanto este ano por causa da **inflação** menor, o efeito da Selic acaba sendo um pouco maior", diz.

Quem também carrega um cenário de cortes mais pronunciados da Selic há algum tempo é a Galápagos, que espera a taxa básica de juros em 8% já no ano que vem. "Quem tinha expectativa de juros altos por mais tempo deve ter reprecificações maiores. No nosso caso, teve alguma surpresa nesse sentido, só que pelo lado do crescimento, já que a nossa projeção para esse ano saiu de 0,9% para 2,0% por causa do resultado do primeiro trimestre", diz a economistachefe da gestora, Tatiana Pinheiro.

Ela espera uma dívida bruta alcançando 79% do **PIB** este ano e 81,6% no próximo.

Tatiana também destaca o papel da **inflação** menor em "atrapalhar" uma redução maior da relação dívida/**PIB**. "O que está ocorrendo agora é o reverso do que tivemos em 2021 e 2022. A surpresa inflacionária naqueles anos ajudou nas contas do governo primeiro, já que a receita é indexada à **inflação**, mas as despesas não o são. Foi algo meio artificial e que agora está sendo normalizado." Alexandre Lohmann, economista-chefe da Constância Investimentos, também não vê queda muito pronunciada das projeções de endividamento apenas por causa da reavaliação da trajetória da Selic. Em sua opinião, isso ocorre porque a Focus promoveu mais uma antecipação do ciclo de redução dos juros do que uma ampliação do orçamento total de queda. "A mediana da Focus mostrou queda em 2023 e 2024, mas a de 2025 se manteve em 9%", lembra Lohmann.

Ele refaz no momento suas próprias contas, mas não antevê grande mudança para sua própria projeção para o endividamento, de 75,4% do **PIB** neste ano e 77,5% em 2024.

Lohmann lembra que, além da elasticidade da dívida bruta à Selic, o BC também calcula o efeito do câmbio e da **inflação** sobre o endividamento.

No primeiro caso, uma depreciação de 1 ponto porcentual do real resulta em uma alta de 0,09 ponto da dívida, ao passo que uma alta de mesmo montante da **inflação**, ao longo de um ano, elevaria a dívida em 0,17 ponto.

Embora a trajetória para a Selic em 2024 tenha melhorado, os riscos no radar para o câmbio e a **inflação** estão do outro lado, alerta. "Em relação à **inflação**, principalmente por causa do El Niño, que pode significar o reverso do que ocorreu este ano em

termos de super safra agrícola e trazer riscos altistas para os alimentos.

Já no caso do câmbio, existe o risco de o Federal Reserve manter uma postura mais "hawk" (inclinado ao aperto monetário), o que faria com que o diferencial de juros com o exterior caísse e, com isso, o real perdesse atratividade", lembra.

Os economistas concordam que a maior contribuição para uma melhora consistente da perspectiva da dívida, no entanto, precisa vir do esforço do governo em reduzir os gastos. Neste campo, apesar da promessa do governo de zerar o déficit primário já a partir do ano que vem e chegar a um superávit de 1% em 2026, ainda restam muitas dúvidas.

"Para que a queda da Selic pudesse ter impacto relevante na dinâmica fiscal, precisaria acontecer uma queda mais substancial da taxa de equilíbrio da economia.

E o que vimos, desde a eclosão da pandemia, foi que esse juro de equilíbrio subiu", afirma o economista-chefe da Reag Investimentos, Marcelo Fonseca.

"O que importa, no estágio atual em que a gente se encontra, é a trajetória do resultado primário, que eu acho que vai bater em R\$ 150 bilhões de déficit (1,5% do **PIB** este ano). Desse ponto de vista, estamos longe de atingir um resultado primário que estabilize a dívida. Qualquer outra variável na equação, seja crescimento de **PIB** ou conta de juros, é secundária dentro dessa aritmética", prossegue.

A Reag trabalha com uma proporção de dívida/**PIB** que sobe à casa de 77% esse ano e por volta de 80% no próximo ano, terminando o governo Lula em torno de 85% do **PIB**. Dada a dificuldade política em aprovar medidas como o fim das desonerações e também de elevar **impostos** - o Brasil é um dos países de renda média com maior carga tributária -, Fonseca entende ser improvável uma recomposição do primário exclusivamente pelas receitas, de se viabilizar.

"Em algum momento, o esforço terá que envolver controle mais rígido das despesas", diz. "Um outro tema que poderia ajudar na melhora da trajetória de endividamento é se o nosso crescimento potencial está maior. Só que, mesmo nesse caso, estaríamos falando de uma revisão marginal, não de crescer mais um ou dois pontos percentuais, que é o que faria alguma diferença.

As discussões nesse sentido são bem mais modestas. O ajuste do primário é a variável chave nessa dinâmica, uma trajetória de convergência mais ambiciosa certamente retroalimentaria uma dinâmica

mais favorável da dívida, através de um juro neutro mais baixo."

"O que importa, no estágio atual em que a gente se encontra, é a trajetória do resultado primário" Marcelo Fonseca

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187599?page=6
§ion=2](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187599?page=6§ion=2)**

PL das Fake News e democracia mais forte (Artigo)

*Tabata Amaral e João Albuquerque**

A internet é uma terra sem lei." Essa expressão pode variar de país a país, mas certamente o sentimento que ela traduz é o mesmo. Não à toa, democracias do mundo inteiro estão se debruçando sobre essa questão para encontrar soluções democráticas para problemas como desinformação e disseminação de discursos de ódio, garantindo a proteção de direitos fundamentais, como privacidade e liberdade de expressão.

A internet nasceu sob a filosofia de que o ambiente virtual deveria ser neutro, sendo o usuário o único responsável pelos conteúdos propagados. Mas, a partir do momento em que plataformas digitais passam a ocupar espaço significativo na vida de bilhões de pessoas, com poder total sobre seus algoritmos e, portanto, sobre o alcance desses mesmos conteúdos, essa premissa já não é mais válida.

Um estudo do Massachusetts Institute of Technology (MIT) demonstrou que há um claro conflito entre o modelo de negócio das plataformas e o combate à desinformação: informações falsas têm probabilidade de compartilhamento 70% maior, pois geram um maior "engajamento" e, assim, um maior lucro.

Essas são apenas algumas das razões pelas quais parlamentares do mundo inteiro buscam respostas para enfrentar esta epidemia de desinformação.

Em diversos países e cada vez mais, ações coordenadas de fake news vêm influenciando processos democráticos e políticas de saúde pública, como foi o caso das notícias falsas relacionadas às vacinas contra a covid-19, para citar apenas alguns exemplos.

Para combater este fenômeno, a cooperação entre os dois lados do Atlântico é fundamental.

Nesse quesito pelo menos, os desafios culturais, sociais e políticos do Brasil e dos países sul-americanos não são tão diferentes dos que enfrentam Portugal, Espanha e demais países da União Europeia (UE). A discussão iniciada pela UE com o Regulamento dos Serviços Digitais (DSA) e o Regulamento dos Mercados Digitais (DMA) é um bom ponto de partida para as ações regulatórias que

podem e devem ser adotadas pelo Brasil.

É importante ressaltar, ainda, a discussão em curso sobre o Regulamento para a Liberdade dos Meios de Comunicação Social (EMFA), que tem o objetivo de proteger o jornalismo independente e de qualidade.

Quando falamos do combate às fake news, a definição de regras é fundamental: hoje algumas empresas aplicam políticas de moderação de conteúdo de maneira seletiva, resultando em opiniões divergentes ou impopulares.

Embora a moderação de conteúdo seja necessária para crimes tipificados, a aplicação arbitrária dessas políticas pode limitar a liberdade de expressão.

Para demonstrar os efeitos nocivos da falta de regulação, temos um exemplo recente: este ano o Brasil vem enfrentando uma onda de ataques violentos em escolas, que resultaram na morte de dezenas de pessoas, de crianças a professores. Os conteúdos que propagavam discursos de ódio ou os fóruns em que se combinavam esses crimes correram livremente em diferentes plataformas. Esse é um problema complexo, que exige esforços em várias esferas, mas a pergunta que fica é: não havia nada que essas plataformas pudessem ter feito para impedir que esses conteúdos criminosos continuassem circulando?

Por isso, neste momento, se discute no Brasil a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência, mais conhecida como PL das Fake News, que tem como inspiração a legislação da União Europeia. Entre outras coisas, o projeto trata da obrigação de transparência, com a garantia de direito de defesa do usuário e a abertura de um devido processo legal em caso de supressão de perfil. Anos de discussão sobre esse assunto deixam claro que o caminho não deve ser o de punição dos usuários nem tampouco de constituição de um agente externo com poder de decidir o que é falso ou verdadeiro. O que queremos é que as plataformas sejam mais responsáveis e transparentes em suas atuações.

Diferentemente do que aconteceu na Europa, no Brasil as big techs partiram para uma ofensiva contra o projeto. Para toda e qualquer discussão, espera-se que empresas façam lobby, isso é do jogo. A grande diferença desta vez é que as empresas que detêm o

controle sobre os principais meios em que nos comunicamos, em diferentes momentos, escolheram a forma como os conteúdos sobre o projeto chegariam aos usuários. E isso se deu de forma nada neutra: no Google, notícias a favor do projeto foram ranqueadas para cima, enquanto notícias mais críticas foram ranqueadas para baixo.

O Twitter deslogou pessoas que estavam fazendo críticas ao projeto - uma jornalista da CNN Brasil passou por isso ao vivo. A Meta impulsionou conteúdos contra o projeto. O Telegram enviou para toda a sua base uma mensagem com mentiras sobre o texto.

A diferença de atuação no Brasil e na União Europeia mostra até que ponto essas empresas estão dispostas a esticar a corda para seguirem atuando num ambiente sem regras. Em democracias menos consolidadas, essas companhias estão dispostas a tudo para fazer seu lobby?

As ondas de autoritarismo nos mostram que nenhuma democracia está a salvo e que precisamos seguir vigilantes. Se o que defendemos é um mundo com mais justiça, participação social, ética e desenvolvimento sustentável, precisamos estar unidos na defesa constante e irrestrita desses valores.

*

Diferença de atuação no Brasil e na UE mostra até onde as "big techs" estão dispostas a esticar a corda para seguirem atuando num ambiente sem regras

*

SÃO, RESPECTIVAMENTE, DEPUTADA FEDERAL (PSB-SP) E EURO DEPUTADO PORTUGUÊS

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Votação da reforma abala alicerces do PL

Ândrea Malcher

A **reforma tributária**, aprovada na semana passada na Câmara dos Deputados, abalou profundamente os alicerces do PL, contrapondo os parlamentares que votaram a favor e os que foram contra a proposta de emenda à Constituição (PEC). No grupo do WhatsApp do partido, deputados trocaram ofensas e o líder da sigla na Casa, Altineu Côrtes (RJ), teve de suspender as mensagens "por alguns minutos, só para acalmar os ânimos" - como afirmou sua assessoria ao Correio.

Antes da votação, na quinta-feira passada, o partido orientou que seus parlamentares fossem contrários à reforma - o ex-presidente Jair Bolsonaro chegou a classificar as alterações no sistema tributário como "do PT".

A bancada de 99 deputados, a maior da Câmara, seguiu a determinação.

Só que, no primeiro turno, 20 votos foram favoráveis e, no segundo, 18 deram apoio à reforma.

Os principais envolvidos na troca de hostilidades no grupo de mensagens foram os deputados Gustavo Gayer (GO), Julia Zanatta (SC), Carlos Jordy (RJ) e André Fernandes (CE) - contrários à reforma -, que cobraram explicações dos colegas Vinicius Gurgel (AP), Luciano Vieira (RJ) e do licenciado Yuri do Paredão (CE). De acordo com as mensagens, adiantadas pelo jornal O Globo, Gurgel, que divergiu da orientação da sigla, defendeu sua posição e reclamou dos "extremistas" - que estariam perseguindo os 20 que foram favoráveis à reforma.

Para se defender dos ataques, Gurgel teria exposto os episódios desagradáveis de alguns dos radicais bolsonaristas. Lembrou, por exemplo, que Gayer respondeu a um processo na Justiça por dirigir alcoolizado. Já os parlamentares que apoiaram a PEC foram chamados de "melancias traidores" - expressão que a extrema direita utiliza em referência aos "comunistas".

"Não sei por que de tanto choro", publicou Zanatta no grupo.

"Se tinham tanta certeza do voto, por que estão se explicando até agora?" Jordy reforçou a mensagem da deputada: "Para mim está muito claro: o PL não vai retroagir, o caminho é consolidarse como o maior partido conservador, de direita, de oposição no Brasil.

E aqueles que não aceitam essa posição devem sair".

Júnio Amaral (MG) foi além e insinuou que quem votou a favor da reforma teria algum interesse na aprovação. "Essas tentativas de justificar o voto, aqui no grupo da bancada, fica parecendo que nós, bolsonaristas, somos otários para acreditar que se trata de um posicionamento verdadeiro a favor do texto. Como se ninguém soubesse como funciona", provocou. Gurgel rebateu: "Amigo, pede minha expulsão! Aqui não tem clima mais com vocês!" Altineu chegou a alertar aos envolvidos na troca de hostilidades que acionaria o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, para tentar encerrar o entrevero, que levou, inclusive, alguns parlamentares a ameaçarem sair do partido.

O líder da bancada, o presidente do partido, Bolsonaro e o assessor Braga Netto se reúnem, hoje, para tratar da questão, tendo em vista o interesse em manter os 99 deputados no guarda-chuva do PL, com vista às eleições municipais de 2024. A assessoria de Altineu, no entanto, negou ao Correio que o encontro seja para tratar do abalo na estrutura do partido - afirmou que tais encontros são semanais.

Maior bancada na Câmara, o PL concentra também a maior fatia do Fundo Partidário: R\$ 205,8 milhões, de um total de R\$ 1,18 bilhão a ser rateado entre as legendas.

Esse dinheiro pode ser usado para financiar campanhas eleitorais, custear atividades rotineiras - como o pagamento de água, luz, aluguel e passagens aéreas - e salários, como o de Bolsonaro.

O PL, porém, pode abocanhar outra fatia considerável do fundo.

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2024, protocolado no Congresso em abril, deve destinar o mesmo valor das eleições de 2022 para a de 2024: R\$ 4,961 bilhões.

Cálculo tem por base bancadas eleitas

Com a revisão dos parâmetros de divisão do recurso, feito pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 2020, a divisão do dinheiro do Fundo Eleitoral é feita com base no número de representantes eleitos para a Câmara e para o Senado, na última eleição geral.

Para efeito de cálculo, também é levado em consideração o número de senadores filiados ao

partido que, na data do pleito, estavam nos primeiros quatro anos de mandato. O fundo é uma das principais fontes de receita para campanhas eleitorais, desde que a doação de pessoas jurídicas foi proibida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), na reforma eleitoral de 2015.

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE

Votação da reforma tributária abala os alicerces do PL; entenda

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/07/11/all.pdf>

Um novo consenso nacional é possível (Editorial)

Qual a principal lição da aprovação da **reforma tributária**, a mais importante mudança constitucional, desde a promulgação da Carta de 1988? A de que é possível construir um novo consenso nacional, em torno de um programa básico, a partir da relação entre o Executivo e o Congresso, tendo como eixos o Estado democrático de direito, o ambiente econômico favorável e a melhoria gradual das condições de vida da população, principalmente das camadas que estão abaixo da linha de pobreza, cerca de 13,7 milhões de brasileiros.

A chave é a retomada do crescimento econômico, que gera renda e trabalho, o que atenua o conflito distributivo de uma sociedade que é muito desigual. Medidas adotadas pelo novo governo, seja no âmbito das políticas universalistas de saúde e educação, seja no combate à miséria propriamente dita, como o Bolsa Família e a política de valorização do salário mínimo, apontam nessa direção. Entretanto, a polarização e a desconfiança política existente na sociedade ainda são um desafio a ser superado.

Na ordem democrática, a construção de um consenso nacional também significa respeitar o direito ao dissenso das minorias e o compromisso com a alternância de poder.

São premissas que precisam ser respeitadas por qualquer governo e que estiveram ameaçadas no 8 de janeiro. Felizmente, as instituições republicanas demonstraram força suficiente para conter a escalada golpista e firmeza diante dos arroubos autoritários.

A aprovação das principais medidas econômicas propostas pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, pela Câmara, entre as quais o novo arcabouço fiscal e a **reforma tributária**, resultou de uma ampla negociação entre o presidente Lula e o deputado Arthur Lira (PP-AL), presidente da Casa e líder do chamado Centrão. Nada impede que esse processo se repita em outras pautas capazes de obter amplo apoio da sociedade.

Lula está para a política como aquele jogador de futebol que sai driblando os adversários dentro da grande área, até chegar ao gol. O presidente da República improvisa e faz acordos políticos sem um programa claro para pactuar com o Congresso. O Executivo tem muito poder, mas não pode tudo.

Precisa negociar com o Congresso. Salvo engano, com a aprovação da **reforma tributária**, a tendência do governo é se retrair na agenda legislativa. Será um erro, é preciso aproveitar o ambiente de diálogo e dar sequência à construção de um novo consenso nacional.

Três agendas são relevantes nesse aspecto.

A primeira é a da sustentabilidade, ou seja, a busca pelo equilíbrio entre a disponibilidade dos recursos naturais e a exploração deles por parte da sociedade. Esse conceito não pode contrapor o agronegócio à preservação das florestas. O desafio é equilibrar a preservação do meio ambiente e o que ele pode oferecer em consonância com a qualidade de vida da população. Nossa agricultura é moderna e sustentável, não deve ser confundida com setores ruralistas atrasados.

Outra agenda é a da educação de qualidade, sem a qual não seremos capazes de acompanhar a revolução digital em curso. O nó górdio a ser desatado é a reforma do ensino médio, que precisa ser tratada sem contrapor o ensino público ao ensino privado. Dar mais flexibilidade à grade curricular e promover o ensino interdisciplinar são indispensáveis. Mas não se pode olvidar a infraestrutura de nossas escolas e da remuneração dos professores, são premissas da elevação da qualidade do nosso ensino.

Por ultimo, o tema da violência, que marca a nossa história. A defesa dos direitos humanos e a promoção da segurança pública não podem ser ações antagônicas, ainda mais diante de uma realidade na qual o Estado perdeu o monopólio do uso da força, com comunidades inteiras dominadas pelo tráfico de drogas e/ou as milícias. Essa questão está na origem do ambiente de radicalização política que o país tenta superar, é crucial para a construção de um novo ambiente de diálogo e paz.

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
Visão do Correio: Um novo consenso nacional é possível

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/07/11/all.pdf>

Oposição ferrenha, embates virtuais e pautas progressistas

Vinicius Prates

A atuação dos deputados federais no Congresso Nacional vai além da elaboração e apresentação de projetos de lei. Suas responsabilidades incluem não só a proposição legislativa, discussão e votação de projetos, mas também fiscalização da governação federal, participação em comissões parlamentares, articulações políticas, entre outras atribuições. Nestes seis meses da nova legislatura na Câmara dos Deputados, o Estado de Minas mostra como os quatro parlamentares mineiros mais votados - respectivamente, Nikolas Ferreira (PL), André Janones (Avante), Duda Salabert (PDT) e Reginaldo Lopes (PT) - estão atuando para representar a população. Na edição de ontem, o EM mostrou como é a atuação de todos os parlamentares mineiros no Congresso Nacional, inclusive, quantos projetos apresentaram.

Com ideologias contrárias, Nikolas e Duda estrearam como deputados federais após atuarem como vereadores em Belo Horizonte. Em curto período protagonizam grande destaque em âmbito nacional. Nikolas, ao lado da oposição como um dos nomes mais fortes entre os aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), tem perfil conservador. Duda, também como um nome em grande evidência e da base do governo Lula, defendendo pautas progressistas relacionadas aos direitos humanos, educação e meio ambiente.

André Janones e Reginaldo Lopes foram reeleitos deputados em outubro passado. Nestes seis meses, Lopes atuou em um dos projetos primordiais para o Congresso e o governo Lula: a discussão da **reforma tributária** para o avanço da pauta. Aprovada na Câmara dos Deputados, a proposta será agora avaliada pelo Senado. Como coordenador do grupo de trabalho, Lopes atuou para finalizar os detalhes da proposição, além de promover articulações com diversos grupos e setores.

Já Janones, um dos protagonistas da campanha que conduziu à eleição de Lula, se mantém do lado do governo, com atuação principal na divulgação das ações nas redes sociais, com fortes embates nas redes sociais com adversários. Com olhar mais crítico à comunicação, usou sua visibilidade para promover a participação popular na política.

NIKOLAS FERREIRA (PL)

"As mulheres estão perdendo seu espaço para homens que se sentem mulheres"

Em discurso no Dia Internacional da Mulher

Força nas redes sociais com críticas ao governo Lula

Deputado mais votado da história do país, com 1,47 milhão de votos em outubro de 2002, Nikolas é vice-líder da oposição na Câmara dos Deputados. Atua na maior bancada de oposição ao governo federal - que tem 99 parlamentares - e integra as comissões de Fiscalização Financeira e Controle e Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, além de ser suplente na de Comunicação. Sua base de apoio se concentra fortemente nas redes sociais, espaço em que tem ganhado cada vez mais força e usado para reforçar o seu papel como parlamentar de oposição. Segundo pesquisa divulgada em abril pela Genial/Quaest, entre os 513 parlamentares, Nikolas é o mais influente nas redes sociais.

Já no dia da posse, em 1º de fevereiro, ele enfatizou: "Paz não vai ter, vai ter guerra". Desde então, protagonizou diversos embates com o governo, votando contra projetos considerados essenciais para o Executivo federal - como o texto-base do arcabouço fiscal e a reorganização da estrutura ministerial. Provocou tumultos e confrontos com parlamentares da base do governo.

Em um desses episódios, no Dia Internacional da Mulher, em 8 de março, usando uma peruca loira, Nikolas fez discurso de teor transfóbico no plenário da Câmara dos Deputados. Afirmou que as "mulheres estão perdendo seu espaço para homens que se sentem mulheres". Na mesma temática, apresentou requerimento para a realização de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos conjunta com a Comissão do Esporte para discutir sobre "atletas transgêneros no esporte em competições de alto rendimento".

Sua atuação como fiscalizador abrange desde solicitações de informações sobre a gestão até ações direcionadas aos ministros do governo. Um exemplo disso é a apresentação de uma representação para investigar suposta improbidade administrativa do

ministro das Comunicações, Juscelino Filho. Além disso, apresentou representação contra a Secretaria de Comunicação Social (Secom), com o objetivo de investigar suposto uso indevido dos meios de comunicação para promover e favorecer a imagem do presidente Lula. Também solicitou informações sobre os gastos relacionados às viagens internacionais realizadas pelo presidente, entre outros assuntos.

Quanto aos projetos de lei do deputado, o levantamento feito pelo EM até a última sexta-feira, indica que Nikolas apresentou quatro: PL 456/2023 e PL 609/2023 de sua autoria; e PL 2.501/2023 e PL 3317/2023, assinados em conjunto com outros parlamentares. O 456 modifica a Lei 10.826/2003, visando simplificar e facilitar o processo de aquisição, cadastro, registro e a posse de armas de fogo e munição para os cidadãos. A proposta vai na contramão do decreto do presidente Lula, que revogou as normas estabelecidas por Jair Bolsonaro que facilitavam acesso às armas.

Já a proposta 609 altera o Código de Defesa do Consumidor para incluir o crime de aumento de preços sem justificativa nas situações de emergência social, calamidade pública e epidemia. Projeto este que é similar a uma proposta apresentada por Duda Salabert. Assinado em conjunto com outros parlamentares, o projeto 2.501, apelidado de "PL anti-censura", proíbe a "censura" de qualquer conteúdo, publicação e manifestação política ou ideológica por parte de agentes públicos, tornando crime de abuso de autoridade e crime de responsabilidade o ato de determinar a retirada ou alteração desses conteúdos.

O PL é uma reação a algumas decisões do Tribunal Superior Eleitoral e do Supremo Tribunal Federal (STF), que, em certos casos, determinaram o bloqueio de redes sociais de diversas autoridades políticas ou a exclusão de determinadas publicações. O próprio Nikolas foi alvo de algumas dessas ações.

O projeto 3.317 tem o objetivo de conceder anistia aos políticos condenados por crimes eleitorais ou declarados inelegíveis. A proposta, assinada por diversos aliados de Bolsonaro, foi apresentada no mesmo dia em que o ex-chefe do Executivo se tornou inelegível pelo (TSE).

Na comissão parlamentar mista de inquérito (CPMI) que investiga os atos golpistas de-ja-neiro, Nikolas desempenha o papel de suplente. Apesar dessa posição, sua participação é ativa e equiva à dos membros titulares. No entanto, o parlamentar não participa das votações. Ele foi um dos nomes da oposição que pressionou pela criação da comissão, mesmo quando o governo se opunha à sua instalação.

Seu posicionamento defende a argumentação de que houve omissão e negligência do governo Lula durante a invasão às sedes dos três Poderes. A tese ganhou força com a resistência dos governistas em apoiar a instalação da comissão e a divulgação de filmagens do circuito interno do Palácio do Planalto, que mostravam o ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) General Gonçalves Dias "interagindo" com os vândalos.

Nas redes, o parlamentar promove suas falas na comissão e destaca a sua perspectiva diante das investigações. Ele sustenta que a "esquerda roubou a narrativa" da comissão quando o governo passou a apoiar a CPMI.

Nikolas Ferreira foi procurado pela reportagem para comentar sua atuação nesse período, mas, em razão dos trabalhos na CPMI, disse não haver disponibilidade.

ANDRÉ JANONES (AVANTE)

"Não se derrota o nazismo com flores. Quem tiver com peninha é só levar pra casa"

Comentário nas redes sociais no dia em que o ex-presidente Jair Bolsonaro foi considerado inelegível pelo TSE

Principal voz do Palácio do Planalto no mundo digital

Segundo deputado mais votado por Minas Gerais, André Janones atua na base do governo e tem papel crucial no confronto com o ex-presidente Jair Bolsonaro e aliados no Congresso e nas redes sociais. Atualmente, é titular da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Assim como Nikolas, sua popularidade nas redes é um ponto de destaque em seu mandato. Ele inclusive é o único governista no "top 10" (estando na terceira posição) divulgado pela Genial/Quaest, que lista os parlamentares com maior influência no ambiente digital. "Não se derrota o nazismo com flores. Quem tiver com peninha é só levar pra casa", disse ele pelas redes sociais no dia em que Bolsonaro foi considerado inelegível pelo TSE.

Janones usa seu engajamento on-line e suas habilidades de comunicação para se conectar com seus eleitores e divulgar informações sobre ações do governo federal, além do panorama do cotidiano político. Usa o espaço para defender seus posicionamentos e influenciar o debate público. Apesar de ser da base do governo, Janones não hesita em fazer críticas recorrentes à comunicação da gestão Lula, a qual ele chegou a avaliar como a "pior da história da República". Para o parlamentar, o governo enfrenta uma "batalha das narrativas", pois

embora tenha realizado boas ações em prol da população, não consegue direcionar e pautar as discussões. Neste período, tem ressaltado a importância de comunicação estratégica para que as realizações do governo sejam de amplo conhecimento. Frustrado com a falta de comunicação afetiva, chegou a protagonizar embates com o ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Paulo Pimenta, ao ensiná-lo o "beabá das redes sociais". Para Janones, os governistas têm dificuldade em se adequar às novas formas de comunicação e enfrentam o desafio de melhorar suas estratégias no ambiente digital.

"Desenhando pela milésima vez: o governo Lula tem uma enxurrada de notícias boas todos os dias. A falsa sensação de "crise", ou de mau momento, é porque estamos perdendo a narrativa! Em 100 dias Lula já fez mais do que Bolsonaro em quatro anos, mas isso pouco importa quando perdemos a narrativa. São duas guerras acontecendo concomitantemente: uma sobre quem faz mais (essa já vencemos com menos de quatro meses de governo), e a outra sobre qual a história a ser contada, qual a narrativa!", avaliou Janones, no final de abril. Para o parlamentar, essa dificuldade também torna as articulações políticas no Congresso Nacional ainda mais difíceis para o governo, uma vez que a gestão não consegue pautar as discussões.

Devido ao seu perfil de "afrentador", foi altamente cotado para a CPMI dos atos de janeiro para enfrentar a oposição durante a comissão. No entanto, acabou não sendo escalado para integrar o colegiado. No decorrer da definição dos nomes, em maio, o parlamentar acusou o centrão de barrá-lo. Fora das investigações, ele anunciou nas redes sociais, no início de junho, investigação "complementar" dos atos de 8 de janeiro. Até então, a ideia é acompanhar e comentar os trabalhos da CPMI, com a interação dos eleitores. Até o momento, apresentou o PL 2,573/2023, que estabelece a obrigatoriedade da assistência psicológica para os servidores da segurança pública. Para ele, em razão do estresse e exposição a situações traumáticas, é preciso garantir a estabilidade emocional destes profissionais. "A implementação dessa lei contribuirá para melhorar a imagem da instituição de segurança pública, promovendo ambiente de trabalho saudável e valorizando o bem-estar dos servidores, o que refletirá na segurança e no atendimento prestado à população", justifica o projeto.

A reportagem também procurou o parlamentar para comentar a sua atuação nesse período, mas não obteve retorno.

DUDA SALABERT (PDT)

"Sou a deputada federal mais bem votada da história de Minas Gerais. Essa votação expressiva transborda a questão de representatividade"

Em entrevista ao Estado de Minas

Propostas em defesa dos direitos humanos

Entre os quatro deputados mais votados de Minas Gerais, Duda Salabert é a que mais apresentou propostas legislativas. Foram 16 no primeiro semestre. Ela foi a primeira transvessual eleita para a Câmara na história de Minas Gerais. Sua atuação tem se concentrado principalmente em pautas progressistas relacionadas à educação, questões ambientais e direitos humanos. É titular das comissões da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Trabalho, além de suplente nas comissões de Educação e de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. A parlamentar também compõe a CPMI do 8 de janeiro, como titular, e a comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga a manipulação de resultados de partidas de futebol, como suplente.

Sua legislatura tem concentrado esforços em ampliar os debates em torno das pautas que defende, além de buscar articulações políticas para fortalecer suas propostas. Para ela, o ponto positivo do seu mandato tem sido apresentar propostas legislativas que, se aprovadas, trarão mudanças estruturais no país.

"Nosso mandato protocolou, por exemplo, um projeto de lei para criação de um programa de empregabilidade para pessoas em situação de rua e vulnerabilidade social no país. Apresentamos também um pacote verde, com vários projetos de lei voltados à eco-alfabetização, à educação climática e à justiça climática. No campo da segurança alimentar, nós protocolamos um projeto de lei que objetiva uma outra tributação para ultraprocessados e bebidas açucaradas no país a fim de melhorar a qualidade de alimentação da população brasileira. E no campo da educação protocolamos projeto de leis voltados à valorização do professor e do profissional de educação", comentou à reportagem.

No entanto, Duda aponta a distância dos seus eleitores de Minas Gerais, sobretudo de Belo Horizonte, como ponto negativo do mandato federal. De acordo com a parlamentar, a necessidade de fazer semanalmente o trajeto entre Belo Horizonte e Brasília acaba a distanciando de sua base de eleitores, dos movimentos sociais da capital e das reivindicações diretas da população. "Esse é um ponto negativo que a gente busca suprir construindo uma equipe de

assessoria que está em contato direto com a população belo-horizontina", comentou. Entretanto, até o momento, a parlamentar afirma não ter enfrentado frustrações e demonstra entusiasmo com os trabalhos.

Em comparação à sua atuação como vereadora, Duda destaca que suas atividades já se concentravam em propostas estruturantes para a sociedade, como questões de mobilidade urbana, preservação cultural e ambiental. Agora, na nova legislatura, tem se dedicado a aprofundar esses projetos, visando não apenas a capital mineira, mas todo o Brasil.

"Nós estamos aprofundando esses temas de ordem estrutural. Por exemplo, estamos construindo junto com o governo federal o SUM, que é o Sistema Único de Mobilidade. Temos conversado com o Ministério da Educação, a fim da construção de um programa que combata a evasão escolar no país, que se agudizou após a pandemia. E temos apresentado vários projetos de lei a fim de atualizar a legislação ambiental, para garantir a segurança hídrica nesse contexto de crise climática", relata.

Além dos projetos citados pela parlamentar, cabe destacar o PL 2.654/2023, que prevê a criação do Dia Nacional do Orgulho Trans; o PL 2.644/2023, que estabelece o direito do uso do nome social na rede de serviços de saúde pública e privada; e o PL 960/2023, que altera a Lei 13.667/2018, para estabelecer uma reserva de vagas ao Sistema Nacional de Empregos (SINE) para pessoas em situação de rua, travestis e demais pessoas trans.

Para Duda, além de criar uma nova legislação, é importante criar novas "consciências críticas para superar os atrasos, as crises e os preconceitos que perpassam o país". A partir dessa perspectiva a parlamentar coloca no protagonismo da sua atuação política a educação como "elemento fundamental da construção de uma nova sociedade". "É importante destacar que sou a deputada federal mais bem votada da história de Minas Gerais. Essa votação expressiva, bem como a vitória, transbordam a questão de representatividade e traduzem o anseio da sociedade por não só oxigenar a política, mas também valorizar quadros que debatem questões estruturantes para o país, como a educação, meio ambiente e direitos humanos", avalia.

REGINALDO LOPES (PT)

"Como economista, sempre tive a certeza que essa é a principal reforma [tributária] de que o Brasil precisa"

Em entrevista ao Estado de Minas

Articulações para aprovar a reforma tributária

Vice-líder do governo Lula no Congresso Nacional, Reginaldo Lopes vem atuando mais nos bastidores e nas articulações políticas. Foi coordenador do grupo de trabalho da reforma tributária na Câmara dos Deputados, uma das pautas primordiais para o governo. Em tramitação na Câmara desde 2019, a expectativa é que o texto seja apreciado em plenário antes do recesso parlamentar, ou seja, neste início de julho. Ele também atua como suplente nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação.

"Como economista, sempre tive a certeza que essa é a principal reforma que o Brasil precisa", comenta Lopes sobre a proposta. Por se tratar de uma proposta de emenda à Constituição (PEC), o texto precisa do apoio de 3/5 dos parlamentares no plenário, isto é, 308 dos 513 deputados, em dois turnos de votação. Caso a PEC seja aprovada, o texto segue para análise do Senado, com mesmo quórum de votação, sendo necessário ser aprovado por 49 votos em cada votação.

Durante o primeiro semestre, Lopes colaborou com o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da reforma tributária, e outros 12 membros. O grupo de trabalho consistiu em dar continuidade aos textos propostos pela PEC 110/2019, do Senado, e pela PEC 45/2019, da Câmara dos Deputados, que foram elaborados na legislatura anterior. " [Aproveitamos] também as muitas iniciativas que já foram apresentadas versando sobre o tema, no Congresso e na sociedade."

De acordo com o deputado, o relatório final da reforma tributária foi elaborado a partir das inúmeras audiências públicas realizadas sobre o tema, que contaram com a participação de diversos setores ao longo dos trabalhos. Além de debates no Congresso, foram feitas reuniões em todas as regiões do país, com governadores, prefeitos, representantes do Judiciário, lideranças sociais e do Fisco, com o objetivo de buscar "ampla representatividade". Ele sinaliza que o projeto está sendo bem recepcionado, e afirma que isso se deve à elaboração conjunta que a proposta teve.

A reforma tem o objetivo de simplificar o sistema tributário, substituindo cinco tributos - o PIS, Cofins e IPI (impostos federais), ICMS (imposto estadual) e ISS (imposto municipal) - pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). "O maior desafio foi construir o consenso com os governadores, que sempre apresentaram maior resistência. Por meio dos consórcios regionais, realizamos reuniões com todos eles, ouvindo as justas ponderações e reivindicações específicas para encontrar soluções para as demandas. Estados com maior participação industrial

no país, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, estão de acordo sobre a necessidade de rever renúncias fiscais em prol de um novo mecanismo que possa permitir aos governadores fazer políticas regionais. A criação do Fundo de Desenvolvimento Regional vai ser um ponto de equilíbrio para coordenar as ações em todas as regiões, ajudando mais aquelas que mais precisam", conta sobre os desafios da elaboração da proposta.

Para Reginaldo, a reforma vai trazer um sistema mais justo e eficaz de arrecadação, além de ser um sistema "simples, transparente, justo e moderno". Um dos instrumentos positivos citado por ele é a possibilidade de criação do cashback, uma devolução dos **impostos** pagos no consumo pela população mais pobre. Apesar de ser considerada "a grande reforma do Brasil", Reginaldo reconhece que, se aprovada, a reforma será "um grande ganho" do governo Lula. Para Lopes, o presidente se empenhou em levar a proposta para frente.

"Praticamente todos os últimos presidentes tomaram posse prometendo fazer a **reforma tributária**. Mas nenhum tomou as iniciativas que Lula tomou. Foi criada uma Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária** no Ministério da Fazenda. O ministro Fernando Haddad está se empenhando com afinco em debates sobre o tema com todos os envolvidos. E o fato de um petista coordenar o Grupo de Trabalho são os sinais mais evidentes do envolvimento do presidente Lula na aprovação da reforma", diz.

A expectativa de Reginaldo é que a reforma seja votada agora, antes do recesso parlamentar, para que no segundo semestre o texto já passe pelo Senado. Embora tenha ocupado grande parte deste período na **reforma tributária**, Lopes ainda propôs três projetos de lei. O PL 2.775/2023 prevê a criação do "Parque Nacional Serra De São José", em Minas Gerais, com a finalidade "de proteger os ecossistemas da serra". Já a proposta 3150/2023, altera a Lei 8.742/1993 para ampliar o acesso do Benefício de Prestação Continuada. Atualmente, para ter direito ao benefício, o limite de renda do indivíduo deve ser inferior ou igual a 1/4 do salário mínimo. A proposta tem o objetivo de aumentar este limite para 75% do salário mínimo.

"Aumentar o limite de renda do BPC ajudaria a alcançar o objetivo [de garantir a igualdade de oportunidades], permitindo que mais pessoas tivessem acesso ao benefício e, assim, reduzindo as desigualdades sociais", diz o texto. O PL 3.151/2023 tem a finalidade de garantir que as crianças e jovens com Transtorno do Espectro Autista tenham acesso a uma educação inclusiva, direito a professor especializado e direito a acompanhamento individual na vida escolar.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/11/07/2023/p1>

Bolsonaristas atacam esquerda e tentam baixar tensão interna

Marcelo Rocha Brasília

Após os embates políticos dentro da direita, com parcela do bolsonarismo em oposição à **Reforma Tributária**, a polarização com a esquerda voltou a esquentar no fim de semana.

O deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) protagonizou ato armamentista em Brasília, ocasião em que fez ataques a adversários e comparou "professores doutrinadores" a traficantes de drogas.

As declarações do filho 03 de Jair Bolsonaro (PL) motivaram reações de representantes do governo Lula (PT) e de seus apoiadores no Congresso Nacional nesta segunda (10).

Integrantes de partidos aliados ao Planalto enviaram representações ao STF (Supremo Tribunal Federal) e à PGR (Procuradoria-Geral da República).

"Não tem diferença de um professor doutrinador para um traficante de drogas que tenta sequestrar e levar os nossos filhos para o mundo do crime", disse o filho do ex-presidente no domingo (9) durante o ato.

Na sequência, afirmou que o professor "doutrinador" talvez seja "ainda pior" do que o traficante. "Porque ele vai causar discórdia dentro da sua casa, enxergando opressão em todo tipo de relação." Ao STF a deputada Professora Luciene Cavalcante (PSOL--SP) afirmou que "a falado noticiado [Eduardo Bolsonaro] constitui verdadeiro discurso de ódio contra professores, incitando os ouvintes a atacá-los e intimidá-los, em um evento de promoção do porte e da posse de armas de fogo".

A parlamentar entende que, "ao incitar os presentes, favoráveis ao porte e posse de armas de fogo em evento específico para debater a sua flexibilidade, a impedirem professores de lecionar", Eduardo pode, em tese, ser enquadrado nos delitos de incitação ao crime, ameaça e constrangimento ilegal.

O pedido no STF foi distribuído ao ministro Kassio Nunes Marques, indicado à corte pelo ex-presidente.

Guilherme Boulos (PSOL--SP), por sua vez, disse que a fala de Eduardo não pode ficar impune e sinalizou acionar o Conselho de Ética da Câmara com um

pedido de cassação. "O Brasil não pode normalizar o comportamento dessa gangue de milicianos!" afirmou.

No Executivo, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, determinou à Polícia Federal que apure o caso.

"Objetivo é identificar indícios de eventuais crimes, notadamente incitações ou apologias a atos criminosos", escreveu nas redes sociais.

Após a manifestação do ministro na segunda, o deputado disse nas redes sociais que é alvo de perseguição política por parte do atual governo.

"Lamentável ver a Polícia Federal, instituição da qual orgulhosamente faço parte, ser utilizada politicamente para satisfazer desejos autocratas de comunistas, enquanto verdadeiros criminosos parecem não incomodar tanto", escreveu o deputado, que antes de entrar na política foi escrivão da corporação. O parlamentar afirmou ainda que se trata de "mais um degrau da escalada autoritária no Brasil".

Na quinta-feira (6), em meio à discussão da pauta econômica na Câmara, foi lançada a Frente Parlamentar Mista de Apoio aos CACs (coleccionadores, atiradores desportivos e caçadores) e clubes de tiro. Parte dos presentes também participou do evento armamentista neste domingo.

O segmento busca se fortalecer no Congresso frente à política de armas em implantação pelo governo Lula.

O novo decreto sobre armas elaborado pelo Ministério da Justiça foi enviado ao Palácio do Planalto no mês passado. Ainda sendo ajustado, o texto deve criar um programa de recompra para adquirir armas de CACs, restringir o uso de fuzis e estabelecer que clubes de tiro fiquem afastados de escolas.

No domingo, nas imediações do Congresso Nacional, parlamentares e ativistas pró-armas promoveram um ato com discursos contra Lula e seus aliados na América Latina.

"A gente conhece a história, 2012 para 2013 fizeram desarmamento lá. Em 2016, Caracas se tornou a capital do maior com o maior número de homicídios proporcionalmente", disse Eduardo Bolsonaro, do alto

de um carro de som.

"Às vezes, as pessoas se enganam achando que é a Síria, é o Afeganistão ou Iraque. Não. A Venezuela é o país mais violento do mundo. E o Brasil vai voltar a caminhar nesse sentido. Infelizmente, vai rolar muita vida de inocente porque os caras aqui do Ministério da Justiça não querem dar o acesso à legítima defesa a todos nós." Pelo novo decreto, a quantidade de armas que o atirador poderá adquirir dependerá de seu nível. Para o primeiro nível, serão quatro de uso permitido. Para o segundo, oito. E, para o último nível, 16.

Durante o governo Bolsonaro, atiradores poderiam comprar até 60 armas, sendo 30 de uso restrito, além de 180 mil munições ao ano.

Uma das alterações mais significativas será na fiscalização.

A Polícia Federal passa a ser responsável pela concessão de registro e autorização para aquisição de armas de CACs e, também, pela fiscalização de clubes de tiro e lojas de armas. Atualmente, esse papel cabe ao Exército.

O filho de Jair Bolsonaro fez também menção à CPI do 8 de janeiro, em andamento no Congresso Nacional.

"Na CPMI do 8 de janeiro, eu vi o [Movimento] Pró-Armas recebendo um ataque, pessoas tentando vincular o Pró-Armas ao 8 de janeiro. Sabe o que isso significa. Significa que vocês estão fazendo um bom trabalho", disse ele, referindo-se aos integrantes do movimento que participaram do evento.

A CPI se reúne nesta terça (11) com previsão de ouvir uma das pessoas mais próximas de Bolsonaro, o tenente-coronel do Exército Mauro Cid, ex-ajudante de ordens da Presidência.

Cid está preso desde maio por determinação do ministro Alexandre de Moraes, do STF, no âmbito de inquérito sobre os responsáveis pelos ataques às sedes dos três Poderes.

O celular do militar tinha um documento com uma espécie de plano de golpe para reverter a eleição de Lula no ano passado.

Também foram identificadas mensagens em que um oficial das Forças Armadas pede que o ex-ajudante de ordens convencesse Bolsonaro a ordenar uma intervenção militar-o que configuraria um golpe de Estado.

No início do mês, três dias após a TSE (Tribunal Superior Eleitoral), declará-lo inelegível, Bolsonaro

concedeu entrevista e classificou de arbitrariedade a prisão de Cid.

"Não tem diferença de um professor doutrinador para um traficante de drogas que tenta sequestrar e levar os nossos filhos para o mundo do crime" Eduardo Bolsonaro deputado federal (PL-SP), durante ato armamentista em Brasília no domingo (9)

"A fala do noticiado [Eduardo Bolsonaro] constitui verdadeiro discurso de ódio contra professores, incitando os ouvintes a atacá-los e intimidá-los, em um evento de promoção do porte e da posse de armas de fogo" Luciene Cavalcante deputada federal (PSOL-SP), em representação enviada ao STF

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50334>

Líder do governo no Senado levanta a possibilidade de fatiar Reforma Tributária

Eduardo Simões

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), levantou nesta segunda-feira (10) a possibilidade de fatiamento da PEC (proposta de emenda à Constituição) da **Reforma Tributária** para assegurar uma promulgação mais rápida dos trechos do texto que forem consenso entre senadores e deputados, dando assim mais tempo para discussão de temas nos quais houver divergência.

"Acho que vamos conseguir chegar a um consenso. É bom lembrar que PEC só é promulgada quando os dois igualam, a menos que a gente use do expediente que já foi usado de você fazer a promulgação das partes comuns, a parte em que há identidade e eventualmente se cria uma PEC paralela para continuar trabalhando os pontos que foram conflitantes", disse Wagner em entrevista à GloboNews.

"Essa pode ser uma saída interessante, porque o eixo central da reforma fica preservado e você pode continuar com outros temas. Mas repare, não quero me precipitar, como líder do governo tenho que ouvir todo o mundo para tentar fazer a síntese desse pensamento ", acrescentou.

O líder governista defendeu que o texto aprovado pela Câmara dos Deputados na semana passada seja pouco alterado pelos senadores, ao mesmo tempo que lembrou que, por ser uma Casa onde há paridade de representação dos estados, temas regionais devem vir à tona com mais força nas discussões no Senado.

Por exemplo, Wagner afirmou acreditar que os senadores recolocarão no texto uma medida que prorroga os benefícios fiscais do IPI para plantas automobilísticas no Nordeste até dezembro de 2032.

"Acho que é importante a gente não pretender fazer tantas mudanças. Agora, é claro que não se pode negar à casa da Federação que discuta. Vou lhe dar um exemplo, a questão da indústria automotiva do Nordeste, acho quase impossível que os senadores do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste não queiram recolocai?

Com a reforma já aprovada em dois turnos na Câmara, os deputados decidiram retirar a emenda -

que incluía os benefícios para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste- do texto principal antes de concluir a votação na semana passada.

O líder do governo afirmou ainda que o Executivo trabalha para definir o relator da reforma no Senado e disse que os nomes dos senadores Otto Alencar (PSD -BA) e Eduardo Braga (MDB-AM) estão entre os cotados.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50334&maxTouch=0&anchor=6480030&pd=bbc65d364f0f578a6eb16500f3059f40>

O dever do Senado (Editorial)

Aprovação da **reforma tributária** pelos deputados foi um feito na história brasileira.

Não há, nos anos recentes, algo comparável ao que ocorreu na semana passada na Câmara.

Poucas vezes se viu um apoio tão expressivo a um texto que promove mudanças tão profundas e necessárias no sistema tributário. Agora que a proposta chega ao Senado, os senadores terão a oportunidade de mostrar o mesmo senso de compromisso com o País.

O Senado é o ambiente legislativo em que os Estados são representados. É comum que senadores já tenham sido governadores ou almejem disputar o cargo ao longo de sua vida pública. Cinco dos nove presidentes da República desde a redemocratização por lá passaram, prova da responsabilidade que significa ocupar uma das 81 cadeiras do Senado.

No caso específico da **reforma tributária**, uma vez que a proposta começou a tramitar pela Câmara, caberá ao Senado atuar como casa revisora. É bom que tenha sido assim, pois a reforma produzirá impactos sobre o tributo que sustenta as finanças dos Estados - o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

A essência da **reforma tributária** é simplificar o sistema, eliminando as disfuncionalidades de um modelo marcado por regimes especiais, subsídios, cumulatividade e regressividade. Uma de suas alterações mais importantes é a que muda a incidência do ICMS sobre bens e serviços da origem para o destino, distorção que criou as condições para a guerra fiscal. Adotada por alguns governadores, essa estratégia desesperada para atrair empresas drenou as receitas dos Estados e pouco se reverteu em termos de crescimento e geração de empregos.

A virtude da **reforma tributária** aprovada pelos deputados é que ela acolhe as questões que tanto preocupavam os governadores - e isso ocorre não por acidente, mas por contribuição do Senado.

Não é algo trivial, uma vez que foram justamente receios quanto à perda potencial de arrecadação e de investimentos que impediram a construção de um consenso mínimo sobre a reforma nos últimos 35 anos.

É importante reconhecer as diferenças entre o texto

original da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019, de autoria da Câmara, e a redação final a que os deputados deram aval na semana passada. Muitas destas diferenças refletem justamente sugestões que inicialmente faziam parte somente da PEC 110/2019, de autoria do Senado.

Originalmente, a PEC 45 estabelecia um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) único, em vez do IVA dual e do imposto seletivo propostos na PEC 110. A PEC 45 determinava uma alíquota única, enquanto a PEC 110 previa setores isentos e com direito a alíquotas reduzidas.

O Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) só existia na PEC 110; ambas mantinham o Simples Nacional, mas somente a PEC 110 mantinha a Zona Franca de Manaus.

Um dos pontos que mais geraram debate na Câmara foi a criação do Conselho Federativo para gerir as receitas de Estados e municípios, prevista apenas na PEC 110. Questionada pelo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, a governança do conselho foi ajustada ainda na Câmara, tendo como premissa o equilíbrio na relação de poderes entre os Estados e o fortalecimento da Federação, em linha com o que defende o Senado.

Resta claro que a reforma aprovada na semana passada não foi a **reforma tributária** da Câmara, mas uma junção dos textos propostos na Câmara e no Senado há quatro anos. É isso o que explica muito do apoio expressivo que ela recebeu dos deputados - e é isso que os senadores devem ter em conta quando tiverem a chance de se posicionar sobre a reforma.

Há tempo e espaço, no entanto, para que o Senado aprimore a redação final da proposta. Preservar seu espírito é aprovar uma reforma ainda mais justa, que reveja parte das exceções a que os deputados deram aval de última hora.

Os privilégios dados a alguns oneram a alíquota geral de todos os demais - e foi assim, aos poucos, que o País chegou ao manicômio tributário que finalmente será encerrado agora. É, portanto, dever dos senadores defender a reforma aprovada na Câmara, que protege os Estados e que o Senado ajudou a construir.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Bolsonaristas atacam ala que votou com governo e racham bancada do PL

DANIEL HAIDAR

Os deputados Vinicius Gurgel (PL-AP) e Yury do Paredão (PL-CE) afirmam que têm sido perseguidos por colegas da bancada do PL por não votarem alinhados às posições do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) na Câmara. As queixas apareceram primeiro em grupos de WhatsApp do partido e acabaram por abrir uma crise que demandou a intervenção do líder do partido na Casa, Altineu Côrtes (RJ).

A crise veio a público depois que o Estadão obteve reproduções de mensagens trocadas no grupo. Nelas, bolsonaristas radicais atacam deputados que divergem das posições do ex-presidente, em especial em plenário. Em consequência dos desentendimentos, Côrtes restringiu novas publicações, permitidas agora só aos administradores do canal.

A confusão estourou depois que o deputado André Fernandes (PL-CE) resgatou uma foto postada por Yury do Paredão em que este aparece ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante uma visita presidencial ao Ceará, em maio. Como mostrou o Estadão, Yury foi um dos oito deputados punidos pelo PL com a perda da participação em comissões, por terem votado de maneira favorável ao governo na medida provisória que colocou em prática a divisão de ministérios idealizada por Lula.

A punição foi aplicada sob a justificativa de que o PL "fechou questão" contra a aprovação da MP dos Ministérios.

Segundo os deputados queixosos, o comportamento dos radicais destoa até daquele adotado pelo também deputado Eduardo Bolsonaro (PLSP), filho do ex-presidente. De acordo com eles, Eduardo poupa os dissidentes de ofensas pessoais, embora turbine os argumentos do pai nas redes.

REFORMA.

Os parlamentares se dizem perseguidos desde que deram votos favoráveis ao governo na votação do arcabouço fiscal na Câmara, ocorrida em 23 de maio. Na ocasião, 30 deputados do PL votaram a favor do governo. Os ataques teriam aumentado depois que a **reforma tributária** foi a plenário.

Nessa votação, 20 dos 99 votos da bancada do PL foram a favor da reforma.

A liderança do partido orientou voto contra a reforma e Bolsonaro se empenhou pessoalmente em convencer correligionários a se posicionarem contra o texto. Só que, além dos ataques internos, a desobediência a Bolsonaro também causa perseguição nas redes sociais, diz quem diverge da cartilha bolsonarista.

Vinicius Gurgel relatou que sua filha foi assediada por colegas na escola, porque bolsonaristas o chamaram de "traidor" do ex-presidente em montagens nas redes, depois que deu votos a favor do governo Lula. "Perguntaram para minha filha na escola: "Por que teu pai traiu o Bolsonaro?" Eu não traí ninguém", afirmou Gurgel, que é deputado desde 2011 e rejeita ter qualquer dívida com Bolsonaro por sua reeleição para a Câmara.

"RESPEITOSOS". Quem não está alinhado com Bolsonaro calcula que, na bancada de 99 deputados do PL - a maior da Câmara -, há cerca de dez bolsonaristas "radicais", porque atacam correligionários, e outros 20 bolsonaristas fiéis, porém "respeitosos" aos colegas.

"Sou 1001% PL e presidente (do partido) Valdemar Costa Neto. Minha pior votação foi agora quando Bolsonaro veio para o partido, mas não tenho nada contra o ex-presidente.

Infelizmente, quando não votamos com a pauta bolsonarista, somos agredidos nas redes sociais. Tem que ter respeito mútuo. A gente não fica criticando Bolsonaro ou bolsonaristas", disse Gurgel.

Já Yuri do Paredão declarou que não vai permitir interferência em seus posicionamentos na Casa. "A gente se elegeu com pauta diferente da deles.

Mas fazem tudo para ganhar likes", afirmou o deputado ao Estadão. Gurgel disse também que se absteve de votar na MP dos Ministérios, em que seria favorável ao governo, justamente para não ser atacado por bolsonaristas. Ainda assim, foi punido pelo partido - perdeu assento nas comissões de Agricultura, de Integração Nacional e de Saúde.

RECLAMAÇÃO.

Filho do senador Carlos Viana (Podemos- MG), o deputado Samuel Viana (PL-MG) fez uma longa argumentação no grupo de WhatsApp do PL, em que criticou colegas bolsonaristas por fazerem oposição a qualquer projeto do PT, "contra tudo a qualquer custo". O parlamentar reclamou especialmente da postura da ala bolsonarista da legenda durante a votação da **reforma tributária**.

"Vocês foram para o plenário se posicionar enquanto o jogo estava rolando. Ninguém se preocupou em chamar os governadores, associações, se juntar a bancada ruralista, indústrias, etc. e tentar fazer do "limão uma limonada". Ser o pai das alterações no texto e estar mais perto da construção que estava sendo feita para ser o "pai da criança" ou mostrar que a oposição da direita seria diferente da esquerda. Que faria com que aquele texto inicial, cheio de problemas, fosse alterado a pedido e trabalho da oposição. Isso é ruim não é pra mim, é pro próprio PL", reclamou Samuel no grupo dos deputados do PL. "Ser um partido bolsonarista é agir assim?"

Como o PT e PSOL fazem?

Contra tudo a qualquer custo?", criticou.

CALMA.

Depois de restringir as publicações no grupo de WhatsApp, Côrtes, o líder da bancada do PL na Câmara, afirmou que vai conversar com o presidente nacional do partido, Valdemar Costa Neto, e com Bolsonaro "para discutir e estabelecer nossos limites".

"Bolsonaro colocou na última reunião que nessa votação da **reforma tributária** não era o caso de fechar questão! Vamos manter a calma, com agressão não vamos resolver nada", disse o deputado aos colegas no aplicativo de mensagens.

*

"Desobediência" Deputados que não seguiram orientação do ex-presidente relatam represália em redes sociais

*

Para lembrar

Parte da legenda acompanhou governo

| O começo

Segundo parlamentares, os primeiros sinais de perseguição surgiram na votação do arcabouço fiscal.

Deputados que divergiram da orientação foram punidos com substituição em comissões. Na época, 30 dos 99 parlamentares da legenda votaram em favor da proposta, entre eles Yuri do Paredão (acima)

| A crise

Depois da votação da **reforma tributária** - em que 20 deputados do PL seguiram o governo -, a pressão se intensificou. O partido foi o único que orientou seus parlamentares a votar contra a proposta. No grupo de WhatsApp da bancada, houve quem dissesse que essa atitude era "oposição a qualquer custo". Vinícius Gurgel (abaixo) foi um dos que contrariaram a determinação

| Tarcísio

Entre os bolsonaristas mais influentes, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), foi uma voz em favor da **reforma tributária** - e sofreu ataques por isso, inclusive durante evento público com a presença do expresidente Jair Bolsonaro

| "Injustiça"

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), filho do expresidente, defendeu Tarcísio. Nas redes sociais, no domingo, o parlamentar afirmou que atacar o governador, "além de não ser inteligente, é uma grande injustiça". "Foi um ministro competente, trabalhador", escreveu Flávio

Notícias Relacionadas:

PORTAL TERRA

Bolsonaristas atacam ala que votou com governo e racham bancada do PL

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

E agora, Haddad? (Artigo)

Raquel Landim Jornalista, é analista da CNN Brasil

Com apenas seis meses de governo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, aprovou uma **reforma tributária** que unificou os **impostos** sobre o consumo.

Seu antecessor, Paulo Guedes, deixou a oportunidade passar por disputa por protagonismo com o então presidente da Câmara e por um diagnóstico errado ao apostar na antiga CPMF.

A **reforma tributária** atual promete acabar com a guerra fiscal e com a cobrança em cascata de **impostos**. O prazo de transição é longo, as exceções são muitas, continuaremos com uma das maiores cargas tributárias do mundo, mas a simplificação será imensa.

Ainda falta a tramitação no Senado, que deve ocorrer até dezembro, e a regulamentação da lei, que vem só em 2024. O País precisa discutir os **impostos** sobre a renda e sobre a folha de pagamento.

Mas a principal meta traçada pelo titular da Fazenda antes mesmo de assumir o cargo foi cumprida até porque vinha sendo discutida por anos no Congresso.

É assim que funciona nos sistemas democráticos.

O problema agora é o que está por vir. Falta ao governo um projeto de país. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva promete para as próximas semanas o "novo PAC", que nada mais é que a velha receita de tentar alavancar a economia com investimentos públicos ineficientes.

Leilões de concessão avançam - o recente certame de linhas de transmissão é um exemplo -, mas privatização virou palavrão. Há ameaças de reestatização da Eletrobras e a Petrobras volta a ser capturada por grupos políticos e a fechar contratos com construtoras que saquearam seus cofres.

Acordos comerciais tampouco estão no radar. O governo diz querer fechar a negociação com a União Europeia, mas pouco fez para isso na prática.

Os europeus colocaram na mesa um exigente protocolo extra- ambiental e o Brasil respondeu que quer voltar a utilizar compras governamentais para estimular a indústria nacional.

Até agora a promessa de revisar os gastos tributários

tampouco avançou. Pelo contrário.

O governo criou um esdrúxulo programa de subsídio à venda de carros e Lula reclamou quando o Congresso excluiu da **reforma tributária** o milésimo programa de incentivo à produção de automóveis na Bahia.

O mais preocupante de tudo é a falta de qualquer menção a uma reforma administrativa.

O esforço do governo para acertar as contas públicas vem só pelo aumento de arrecadação.

A discussão sobre corte de gastos e reorganização das carreiras de Estado está interdita.

Todos os aplausos pela aprovação da **reforma tributária**, mas o governo Lula tem mais três anos e meio pela frente. E agora, Haddad?

Raquel Landim, Jornalista, é analista da CNN Brasil

Síte: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Senado avalia proposta para "fatiar" PEC da reforma tributária

O líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (AM), disse ao Estadão que há a possibilidade de a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da **reforma tributária** ser "fatiada" - ou seja, dividida em duas partes - durante sua tramitação na Casa.

Um dos cotados para ser o relator da proposta no Senado, Braga afirmou que esse é um tema complexo e que é preciso ter certeza de que um texto não dependerá do outro para poder fazer sentido.

A proposta em discussão tem o objetivo de acelerar a votação e aprovar a parte do texto em que há acordo entre os senadores.

Já os temas sem consenso seriam discutidos numa segunda PEC, paralela. A estratégia do fatiamento também foi usada durante a tramitação da reforma da Previdência, no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Na ocasião, porém, a PEC paralela do Senado nunca foi aprovada pela Câmara.

A PEC foi aprovada na Câmara na semana passada, mas há pontos controversos e sem acordo, sobretudo em relação à partilha dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), que será criado para compensar os Estados pelo fim da possibilidade de conceder incentivos fiscais. A governança do Conselho Federativo é outro ponto de discórdia.

"É sempre possível que o texto comum possa ser promulgado, enquanto o controverso siga (em discussão)", afirmou o senador. Segundo ele, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), ainda não conversou sobre o assunto com os líderes de partidos. Pacheco deve se reunir hoje com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Relator do grupo de trabalho da **reforma tributária** criado no mês passado na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, Efraim Filho (União-PB) afirma que os parlamentares vão querer que o Ministério da Fazenda apresente os cálculos sobre a alíquota padrão do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) - que substituirá os **tributos** atuais -, levando em conta o texto aprovado na Câmara.

A princípio, pelas contas do secretário extraordinário

da **reforma tributária** do ministério, Bernard Appy, esse valor ficaria em torno de 25%. Mas o número de setores que ganharam tratamento privilegiado engordou na Câmara, o que pode provocar um aumento na alíquota para garantir que a arrecadação seja mantida. "A mudança de modelo é bem-vinda para o modelo do IVA. Agora, qual é o peso da carga?", questiona Efraim.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Setor exportador critica emenda que pode criar novo tributo estadual

**ADRIANA FERNANDES MARIANA CARNEIRO BIANCA
LIMA BRASÍLIA**

Uma possível permissão para que Estados criem um novo tributo, incluída de última hora na votação da **reforma tributária** na Câmara, pode atingir em cheio os principais produtos da pauta de exportação brasileira e, assim, aumentar o chamado Custo Brasil, segundo associação do setor e especialista na área.

Uma emenda aglutinativa - que, como o próprio nome diz, juntou os pedidos de vários grupos de interesse - trouxe o trecho que abre a brecha para a taxação por iniciativa estadual.

O relator da **reforma tributária**, Aguinaldo Ribeiro (Progressistas- PB), nega que haja essa permissão na emenda.

No entanto, o presidente executivo da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, afirma que o artigo funciona na prática como um "imposto de exportação", ao permitir que os Estados e o Distrito Federal possam taxar com uma contribuição os produtos primários e semielaborados até 2043. "Minério e petróleo são os dois produtos que estão na linha de tiro", disse Castro. As vendas da soja brasileira, principal produto da pauta de exportação do País, também seriam atingidas. São produtos nos quais o Brasil é mais competitivo no mercado internacional.

"Esse artigo é o oposto do que a **reforma tributária** propõe: onera as exportações e ainda permite a tributação na origem", afirma Breno Vasconcelos, tributarista do Mannrich e Vasconcelos Advogados e pesquisador do Insper.

DEMANDA.

Ribeiro admitiu no plenário da Câmara que o artigo 20 foi um atendimento aos governadores do Centro-Oeste.

O Estadão apurou que Ronaldo Caiado (União Brasil), governador de Goiás, recebeu uma ligação do presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas- AL), na tarde da quinta-feira passada, horas antes da votação, para fechar um acordo pró-reforma.

O governador do Mato Grosso, Mauro Mendes (União Brasil), que até então defendia que a votação fosse adiada para agosto, passou a apoiar o texto e pediu que os deputados do Estado votassem a favor.

Na negociação, os Estados do Centro-Oeste argumentaram que os recursos do novo tributo seriam usados para a manutenção de rodovias, pelas quais é escoada a produção de grãos, e outras obras de infraestrutura.

Hoje, esses investimentos são feitos por meio de fundos abastecidos por taxações que atingem, principalmente, o setor de commodities.

A reforma, porém, inviabilizaria esses fundos pois acaba com os incentivos fiscais.

Procurado, Caiado afirmou que não negocia "assuntos acessórios" e que sua discussão se trata da "preservação das prerrogativas do cargo de governador".

Já Mendes disse que os Estados do Centro- Oeste usam os recursos dos fundos para a manutenção das rodovias, pelas quais é escoada a produção de grãos.

"Esse artigo é o oposto do que a **reforma tributária** propõe: onera as exportações e ainda permite a tributação na origem" Breno Vasconcelos Tributarista do Mannrich e Vasconcelos Advogados e pesquisador do Insper

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Especialistas veem novo ciclo econômico

ADRIANA FERNANDES MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA

A aprovação da **reforma tributária** tem potencial para abrir caminho para novos investimentos estrangeiros e "virar a chave" para novo ciclo econômico no Brasil, de acordo com especialistas ouvidos pelo Estadão.

O ex-ministro da Fazenda Joaquim Levy, por exemplo, avalia que, com a reforma aprovada, a economia pode se aproveitar mais do movimento internacional chamado nearshoring - estratégia de empresas de levar a produção para mais perto dos mercados onde os produtos são vendidos. "Sem **reforma tributária** é muito complicado", diz Levy. Além disso, ele vê três vantagens para o País: melhor alocação de investimentos, possibilidade de incremento da produtividade e aumento da competitividade.

Já segundo Eduardo Fleury, da FCR Law, os investidores estrangeiros já olham o Brasil de uma forma diferente. Veja no quadro ao lado a avaliação dos especialistas sobre os efeitos da **reforma tributária** para a economia do País:

Projeções

Joaquim Levy Diretor de Estratégia Econômica e Relações com o Mercado do Banco Safra e ex-ministro da Fazenda

"Combinada com a transição energética, pode criar um ciclo econômico, e funcionar um pouco como o impulso que tivemos com o comércio com a China na primeira década do século"

A reforma traz três grandes vantagens para o Brasil, segundo Joaquim Levy. A principal delas é justamente melhorar a alocação de capital, com investimentos em atividades e locais que são mais eficientes. A segunda vantagem é o aumento da produtividade e da taxa de crescimento por meio da simplificação e da digitalização do sistema de cobrança e pagamento dos créditos a que as empresas terão direito em cada fase da cadeia de produção.

A terceira é dar certeza sobre esse futuro mais simples e competitivo, o que ajuda a gerar investimento, inclusive de fora. "Combinada com a transição energética, pode criar um ciclo econômico e funcionar um pouco como o impulso que tivemos com o comércio com a China na primeira década do século", avalia. Levy ressalta que hoje o Brasil tem uma economia estável, mas complicada com o sistema

tributário. "Se a gente continuar sendo estável e deixar de ser complicado, temos uma vantagem competitiva grande", afirma. Na avaliação de Levy, há uma enorme demanda para investimentos estrangeiros voltados para uma economia de baixo carbono que a **reforma tributária** vai abrir caminho. "Meu sentimento vem muito do que ouço dos clientes do banco, tanto aplicadores quanto os que trazem projetos", enfatiza.

O seu diagnóstico é que o período de transição previsto na reforma não vai impedir mais empresas de virem para cá para aproveitar a vantagem energética, os avanços da agricultura de baixo carbono e o espaço que o setor privado terá em um ambiente de negócios mais racional. Ele diz acreditar que, assim que a regra do jogo for fixada, investimentos do mundo todo poderão vir para o Brasil. "Pode ser um novo mundo", afirma.

Eduardo Fleury Consultor e sócio da FCR Law

"A aprovação (na Câmara) já traz uma perspectiva de resultado presente"

À frente de estudos para o Banco Mundial, que ajudaram a embasar cálculos da proposta de **reforma tributária**, o consultor Eduardo Fleury diz que, entre seus clientes, já há um aumento de interesse das empresas estrangeiras por conta do encaminhamento da proposta no Congresso. "A aprovação (na Câmara) já traz uma perspectiva de resultado presente.

Começam a olhar as coisas melhor no curto prazo", diz ele, que tem 70% do portfólio de clientes de multinacionais instaladas no Brasil e empresas estrangeiras que não estão no País. Para ele, a reforma vai reduzir o custo e o trabalho das empresas para estar em conformidade com a legislação, o que inclui os litígios, para uma patamar aceitável.

"Só quem trabalha no dia a dia das empresas sabe as consultas que elas têm que fazer para atender a legislação", relata.

Aloizio Mercadante Presidente do BNDES

"É um grande avanço para a nova industrialização do Brasil e, com boa administração do tributo seletivo, também pode promover uma nova industrialização sustentável"

Aloizio Mercadante prevê impulso aos investimentos ainda no período de transição dos atuais **tributos** para

os dois novos **Impostos** sobre Valor Agregado (IVA), o que levará dez anos. "Sobretudo a partir de 2029, quando a parte estadual entra em efeito mais significativamente", diz. Ele credita o resultado aos efeitos que a devolução automática de crédito e a diminuição de passivos tributários exercerão sobre os balanços das empresas.

"A reforma aumenta a competitividade em geral e da indústria em particular.

A tributação sobre valor agregado, com devolução automática de créditos pelos **impostos** pagos nos insumos, tende a promover o processamento doméstico de vários produtos como derivados de soja, fertilizantes, produtos alimentares, além de máquinas, equipamentos e bens de consumo", afirma Mercadante.

Desde a campanha eleitoral, no ano passado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vem prometendo investir na reindustrialização do País. "(A reforma) É um grande avanço para a nova industrialização do Brasil e, com boa administração do tributo seletivo, também pode promover uma nova industrialização sustentável", diz Mercadante.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Reforma é o único jeito de o País se aproximar do sonho de riqueza"

CARLOS EDUARDO VALIM

ENTREVISTA: Maílson da Nóbrega, Ex-ministro da Fazenda entre 1988 e 1990, é sócio da consultoria Tendências

O economista Maílson da Nóbrega tem sido um espectador privilegiado da economia e política brasileiras das últimas décadas.

Ex-ministro da Fazenda entre 1988 e 1990 e atual sócio da consultoria Tendências, ele se posiciona entre os principais defensores de reformas como a tributária e é um forte crítico das distorções econômicas brasileiras que se acentuaram desde os anos 1980, por meio de problemas fiscais e regras que concentram renda.

Embora algumas reformas e privatizações tenham avançado nos últimos anos, segundo ele nenhuma tem o potencial transformador da aprovação da **reforma tributária**. "Ela é a única maneira de o Brasil crescer e se aproximar do sonho de ficar rico", afirma.

Qual a importância da aprovação da reforma?

No (período) pós-Constituição de 1988, aconteceram muitas reformas e privatizações. Mas nenhuma com a repercussão que esta vai trazer. Trata-se de uma reforma estrutural profunda. A Constituição de 1988 fez o contrário do que a reforma promove.

Ela cometeu o pecado de autorizar os Estados a decidir alíquotas, regras, isenções tributárias e aí por diante. E isso criou muita complexidade. O Imposto sobre Valor Agregado (IVA) evita a incidência de **tributos** ao longo das cadeias produtivas. O contribuinte paga o imposto e desconta as taxas pagas em cada etapa da cadeia, trazendo o princípio da não cumulatividade.

Isso pode ser uma fonte de crescimento para o País?

Sim, e a importância desta reforma cresce se levarmos em conta que o bônus demográfico (porcentual favorável de pessoas em idade economicamente ativa) está desaparecendo. Então, ela é a única maneira de o Brasil crescer e se aproximar do sonho de ficar rico. Nenhuma ação em discussão no País traz produtividade em prazo relativamente tão curto quanto

ela.

A guerra tributária pode acabar?

A Constituição de 1988 derrubou o impedimento de cada Estado ter uma regra própria. Por outro lado, ela proibia estabelecer os incentivos fiscais sem passar pelo Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária). Mas os Estados desconsideraram esta regra.

Eles perceberam que ninguém seria punido se fizesse isso.

Goiás, em especial, e também São Paulo aproveitaram.

Com a aprovação na Câmara, as resistências políticas vão diminuir e a vitória no Senado é provável?

Nos últimos dias, se desarmou o movimento contrário. Ficou apenas o Ronaldo Caiado (governador de Goiás) sozinho, e os prefeitos que defendem o ISS, que é o pior imposto, por ser cobrado totalmente em cascata.

E eles tiveram o apoio de associações comerciais. Mas acho que os opositores não vão desistir. Depois, vem a votação no Senado, e ali é a casa dos Estados, onde os governadores possuem maior influência.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Senado precisa fazer correções na reforma tributária (Editorial)

É positiva a intenção dos senadores de deixar uma marca no texto da **reforma tributária** aprovado na Câmara dos Deputados. Há, de fato, correções a serem feitas, mas sem perder de vista a necessidade de levar adiante a aprovação. Um dos pontos que precisam cair é a criação de um novo imposto estadual para produtos primários ou semielaborados, medida contrária ao espírito de simplificação da reforma. Aprovado de última hora durante a votação na semana passada por pressão de parte dos governadores, o artigo é motivo de preocupação para empresários do agronegócio e mineração, dois dos principais setores da economia.

Além de suprimir do texto os excessos, os senadores devem torná-lo mais transparente. Com a reforma, empresários deixarão de pagar **impostos** de forma cumulativa. **Tributos** cobrados na compra de insumos, equipamentos ou serviços, como energia ou transporte, serão transformados em créditos. A medida adotada na maioria das economias desenvolvidas é essencial para elevar a competitividade do país.

Na versão atual, o texto não deixa claro como esses créditos serão reconhecidos ou em que prazo serão devolvidos. Dado o histórico de judicialização de temas tributários do Brasil, os senadores ajudarão se explicitarem tudo na lei.

Feitas as correções e clarificações, os senadores precisam evitar o erro de piorar o texto atual. O mais grave seria aumentar o número de serviços e mercadorias com taxaço reduzida.

A experiência internacional mostra que as empresas favorecidas com reduções de alíquotas não costumam repassá-las aos preços.

Nas raras vezes em que isso acontece, o resultado é injusto, porque beneficia pobres e ricos de forma indiscriminada.

Com algum esforço, o Senado tem a oportunidade de sacramentar um avanço esperado há décadas. É difícil superestimar os efeitos positivos de uma reforma que consiga simplificar o "manicômio tributário" brasileiro.

Como mostrou O GLOBO, a complexidade do sistema atual faz as empresas de construção verticalizar as operações. Em vez de comprar peças de concreto ou

pilares de fornecedores especializados, acabam por fazer tudo no canteiro de obras para evitar os **impostos** em cascata. Na indústria de cosméticos, os **tributos** para perfumes são de 42%, de 12% para água de colônia e menor ainda para desodorantes.

Por isso, o mercado local tem produtos raros em outros países, como "deo colônia". A criatividade acaba sendo usada para escapar das alíquotas maiores.

É esperado que os senadores promovam um debate profundo sobre a reforma, mas eles errarão se for exageradamente longo. É um despropósito prever um prazo de dois meses para a aprovação, sabendo que o adiamento desnecessário só facilitará a ação de quem está interessado em descarrilar a reforma. Infelizmente, o histórico recente do Senado na área econômica causa alguma preocupação. O projeto do novo arcabouço fiscal saiu da Casa pior do que entrou, por ter sucumbido a pressões contrárias aos interesses da maioria dos brasileiros. Os senadores têm na análise do texto da **reforma tributária** a chance de fazer diferente e melhor.

Notícias Relacionadas:

O GLOBO - RJ

Senado precisa fazer correções na **reforma tributária**

O GLOBO - ON LINE - RJ

Senado precisa fazer correções na **reforma tributária**

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Na contramão da reforma

VINICIUS NEDER, VICTORIA ABEL E CAROLINA NALIN

A brecha aberta de última hora na **Reforma Tributária**, aprovada na Câmara na semana passada, para que governadores criem um tributo sobre produtos primários e semielaborados, poderá se estender a pelo menos 17 estados.

A abrangência de uma nova cobrança, prevista no artigo 20 do projeto, preocupa setores como agronegócio, a mineração e a indústria petrolífera. Tributaristas criticaram a medida, afirmando que ela contraria os princípios basilares da reforma, que são a simplificação do sistema tributário. A mudança do local de cobrança para o destino, ou seja, sobre o consumo, e não sobre a produção, e o fim do imposto em cascata, já que a contribuição não gera crédito tributário.

A possibilidade de criar mais um imposto foi incluída na **Reforma Tributária** momentos antes da votação, na madrugada de quinta para sexta-feira. A contribuição teria de ser usada especificamente para financiar obras de infraestrutura e habitação.

Para o advogado tributarista Luiz Gustavo Bichara, do escritório Bichara Advogados, a alteração de última hora na proposta de emenda à Constituição (PEC) é abrangente. Qualquer estado que tenha fundos associados à cobrança de benefícios fiscais estaria apto a criar a contribuição.

- Se esse entendimento prevalecer, o rol de estados que poderá vir a instituir a nova contribuição aumentará bastante - afirmou o tributarista.

O governador do Mato Grosso, Mauro Mendes, afirmou ter trabalhado pela medida, ressaltando que o estado já têm fundo instituído: -É essencial que os estados que já têm essa contribuição e têm sua economia voltada à produção primária e para exportação possam ter recurso para fazer investimentos necessários.

Ronaldo Caiado, governador de Goiás, disse que foi informado por Mendes sobre a articulação para manutenção dos fundos por meio de emenda e se manifestou de forma favorável.

Ele ressaltou, porém, que não se envolveu pessoalmente na articulação.

QUESTIONADOS NO SUPREMO

Os fundos estaduais, a maioria criada como reação à crise fiscal agravada na recessão de 2014 a 2016, estão espalhados. A lista de 17 estados, incluindo o Rio, consta de uma apresentação da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Especialistas e tributaristas entendem que, apesar de alguma falta de clareza no artigo, ele se aplicaria a todos esses estados. A CNI, em nota, afirmou que "alguns dos fundos estaduais" tiveram a constitucionalidade questionada no Supremo Tribunal Federal (STF), por causa "da incidência sobre exportações, o que tornou o produto nacional menos competitivo". A apresentação da CNI mapeia sete ações no STF.

Senadores, porém, não simpatizam com a ideia, e o artigo já aparece na lista de possíveis supressões do texto que devem ser feitas pelos parlamentares.

- É possível ter supressões ao texto, como essa - disse Alessandro Vieira (MDB-SE).

A retirada de trechos da **Reforma Tributária** não obriga que a proposta retorne à Câmara.

A senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) tem um entendimento diferente e defende a medida. Ela diz que o artigo 20 não trata da criação de **impostos**: -Ele permite aos estados que já tenham instituído fundos até 30 de abril de 2023 que prorroguem sua validade até 2043. É um período de transição para que, no futuro, esses fundos sejam extintos.

No caso de Mato Grosso, o Fundo Estadual de Transporte e Habitação (Fethab), contribuição paga pelos produtores, representou uma arrecadação de mais de R\$ 2,5 bilhões em 2022, diz a senadora.

Mas na visão de André Menon, sócio da área tributária do Machado Meyer Advogados, a nova cobrança é passível de discussão quanto a sua constitucionalidade, já que a criação de contribuições é de competência exclusiva da União: - A manutenção dessas contribuições contraria o princípio básico da reforma proposta pela PEC 45, que é a de simplificação tributária.

MUDANÇA NO IR MAIS CEDO

O Ibram, instituto que representa as mineradoras, considerou "desastrosa" a possibilidade de criação do

tributo. O IBP, que representa as empresas do setor de petróleo e gás, também criticou a medida. Para o Ibram, o artigo "contraria a própria reforma e aumenta a carga tributária." A Aprosoja Brasil, associação dos produtores de soja, chamou atenção para uma série de incertezas técnicas sobre a nova cobrança.

O artigo 20, diz, "ressuscita a discussão" sobre o que é "produto primário" e "semielaborado", o que pode levar a disputas judiciais. "A medida afeta toda a cadeia da soja (grão, farelo e óleo) e igualmente do milho, e gerará uma elevação de custos de produção, com prejuízos que impactarão o **PIB**", diz a Aprosoja, em nota.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou, ao participar do podcast "O Assunto", da jornalista da Globonews Natuza Nery, na manhã de ontem, que a segunda fase da **Reforma Tributária**, com foco na renda (ou seja, o Imposto de Renda), será encaminhada ao Congresso antes da tramitação final da primeira fase, centrada no consumo: -Nós não vamos aguardar o fim da tramitação (da PEC) para mandar para o Congresso a segunda fase da **Reforma Tributária**.

Porque ela tem que ir junto com o Orçamento.

Colaborou Renan Monteiro

*

Mecanismo para vencer crise fiscal

A maioria dos fundos estaduais a que se refere a **Reforma Tributária** surgiu durante a crise fiscal dos estados. Com a recessão de 2014 a 2016, a arrecadação tombou, e os estados buscaram aumentar a arrecadação. Os benefícios fiscais foram o alvo preferencial.

Uma das formas de reduzir os benefícios foi constituir esses fundos estaduais - vários têm no nome "de equilíbrio fiscal". Os governos definiram que o contribuinte tinha de destinar ao fundo parte dos **tributos** que deixou de pagar. Na prática, funcionou como uma elevação do tributo.

Boa parte foi validada pelo Confaz, conselho formado por secretarias estaduais e Ministério da Fazenda. (V.N.)

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

"Esse tributo vai virar custo"

VINICIUS NEDER

ENTREVISTA - Luiz Gustavo Bichara, ADVOGADO

O advogado tributarista Luiz Gustavo Bichara afirma que a alteração feita para permitir que estados que tenham fundos possam criar contribuição sobre produtos primários fere as bases da **Reforma Tributária**, que são a simplificação e o fim do imposto em cascata. Ele alerta que a cobrança pode aumentar preços.

Como avalia o artigo que permite a criação de nova contribuição dos estados?

É uma situação engraçada.

É como se a reforma propusesse a constitucionalização de uma coisa que nasceu inconstitucional (os fundos estaduais são questionados em uma série de ações no Supremo Tribunal Federal).

Como essa nova contribuição atrapalha a **Reforma Tributária**?

Está sendo feita a reforma para simplificar. A promessa era extinguir cinco **tributos** e criar um. Agora, estamos extinguindo cinco e criando quatro (já que o Imposto sobre Valor Agregado, o IVA, será dividido entre o IBS, subnacional, e a CBS, federal, e há a previsão de um Imposto Seletivo, sobre produtos como tabaco e bebida alcoólica). Estamos caminhando no sentido oposto da simplificação. E está ficando escancarado que não há compromisso com o não aumento de carga tributária.

Se permitida, a nova contribuição será um tributo cobrado em cascata, ou seja, imposto sobre imposto?

No desenho dos fundos de hoje, a cobrança é totalmente cumulativa. Não há nenhuma matriz de não cumulatividade.

A contribuição (atual) é ao fundo, não gera créditos (que possam ser abatidos do pagamento de **tributos** em outras etapas da cadeia). A nova contribuição será cumulativa, não tem a ver com IVA (no qual o imposto pago em etapas anteriores da cadeia de produção poderá ser abatido).

Os preços desses produtos podem subir?

Provavelmente. Esse tributo vai virar custo.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Tombo da inflação e mais boas novas - MÍRIAM LEITÃO

MÍRIAM LEITÃO

A **inflação** de junho que será divulgada hoje deve ficar em torno de zero, o que reduzirá o acumulado em 12 meses para cerca de 3%. Há um ano, a **inflação** acumulada em 12 meses era de 11,89%. A forte desinflação que houve nesse período é apenas uma das boas notícias da conjuntura econômica. As previsões são de que o país crescerá mais do que se imaginava inicialmente e, no começo de agosto, os juros vão começar a cair, sendo que o primeiro corte pode ser de meio ponto. A queda da Selic é natural diante da redução forte da **inflação**, aliás, ela subiu exatamente para alcançar esse resultado.

Tudo fica mais fácil na economia quando a **inflação** está sob controle. O começo dessa queda foi artificial, com a retirada de **impostos** sobre combustíveis fósseis e imposição sobre os estados de redução do ICMS como parte da campanha eleitoral do governo passado.

O ministro Fernando Haddad teve que iniciar seus trabalhos na Fazenda tentando corrigir isso em duas frentes. Enfrentou a pressão contra a reoneração, tendo que fazê-la em etapas, e ao mesmo tempo em que negociava uma compensação para os estados.

Haddad precisou afastar temores contra a sua condução da política econômica, que nasceram da precipitação e do prejulgamento, antes mesmo de anunciar qualquer decisão.

Ao derrotar com fatos essas análises, ele foi aos poucos ajudando a melhorar as expectativas em relação à trajetória da **inflação**.

Houve outros fatores como a boa safra de alimentos, a queda dos preços das commodities, a melhora do cenário internacional. Mas se ele tivesse errado em suas decisões iniciais certamente o ambiente seria outro.

Em entrevista ao "Valor", o ex-ministro Joaquim Levy disse que o Banco Safra prevê que os juros chegarão ao final do ano em 11,75%, ou seja, uma queda de dois pontos percentuais nas próximas quatro reuniões do Copom. O cenário dele é de uma **inflação** ao fim deste ano em 5%, o Focus já está abaixo disso, e de 3,3% no ano que vem. Levy acha que o país cresce

2,2% este ano e 2,5% no ano que vem. Acredita que a queda dos juros vai produzir outras boas notícias, como a renegociação de empréstimos tomados a taxas maiores. "Só no consignado, esse "troco" pode dar em torno de R\$ 50 bilhões.

Aí uma coisa puxa a outra. Por isso acho que o consumo, no ano que vem, pode crescer entre 2,5% e 3%. Ele considera que virão também os investimentos.

Se esses cenários de crescimento do **PIB**, de mais de 2%, se confirmarem será bom para o padrão brasileiro dos últimos anos, mas muito abaixo do que precisa para recuperar o tempo perdido no país com a recessão de 2015-2016, a estagnação, pandemia e o mau governo.

A briga no grupo de WhatsApp da oposição bolsonarista que estourou nos últimos dias é até previsível. O que pode fazer um grupo sem projeto e que errou tanto quando teve a chance de governar? O ex-presidente da extrema direita foi trágico na condução da pandemia, elevando o número de vítimas fatais e foi incompetente também na gestão econômica. A **reforma tributária** poderia ter sido aprovada na presidência de Rodrigo Maia na Câmara, porque havia se formado o mesmo ambiente a favor que foi construído agora. O que resta ao PL senão ficar brigando no zap?

Agora é hora de o governo estudar bem os próximos passos. Na entrevista à Natuza Nery no podcast "O Assunto", do G1, Fernando Haddad já fala em apresentar a nova etapa da **reforma tributária**, a do imposto de renda, antes mesmo de acabar de aprovar a atual. É preciso consolidar os passos dados.

Como em qualquer grande projeto aprovado no Congresso, sempre aparecem os "jabutis".

Há risco de que um deles tenha sido essa perigosa abertura para a criação de novo imposto estadual sobre produtos primários e semielaborados. É preciso expurgar esse tipo de truque do texto, e evitar quaisquer outras distorções.

Hoje, o ministro Fernando Haddad se encontra com o senador Rodrigo Pacheco, que já está prometendo que o Senado dará prioridade à reforma no segundo

semestre, aumentando o ritmo de tramitação. Isso permitiria em meados do segundo semestre o assunto estar aprovado no Senado. Uma boa notícia.

Outra boa nova do dia é o dado que o IBGE divulgará, em relação à **inflação** de junho. O IPCA encerrou o primeiro semestre tendo superado o surto inflacionário que levou à disparada de juros entre 2021 e 2022. E desinflação é o começo do círculo virtuoso.

*

A desinflação é o início de um círculo virtuoso, com redução de juros em agosto e cenários de crescimento do **PIB** em mais de 2%

Notícias Relacionadas:

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA
Tombo da **inflação** e mais boas novas

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Funasa pode ser "porta de entrada" do Centrão

Após a Câmara dos Deputados entregar a aprovação da **reforma tributária** e do projeto que prevê a retomada do voto de qualidade no Conselho Administrativo sobre Recursos Fiscais (**Carf**), o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva discute agora, como contrapartida, os espaços que devem ser abertos para o Centrão no primeiro e segundo escalões da Esplanada dos Ministérios. Segundo interlocutores, as conversas iniciais apontam para uma "porta de entrada": a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), órgão ligado ao Ministério da Saúde.

O assunto foi discutido nessa segunda-feira (10) em reunião entre Lula e ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI) da Presidência da República, Alexandre Padilha (PT), no Palácio do Planalto. A Funasa está no topo das conversas por ter "caminho aberto" para a acomodação dos parlamentares desse grupo político. O único obstáculo é que o governo precisa decidir como irá remodelar o órgão.

Isso porque, no início do ano, a Funasa chegou a ser extinta por uma medida provisória (MP) editada pelo Executivo. O Congresso, por sua vez, discordou desse entendimento e optou por deixar a proposta caducar.

Diante disso, a gestão petista precisa propor agora um novo formato para a fundação. O Valor apurou que a articulação política ainda não definiu se irá sugerir uma nova estrutura por meio de portaria ou decreto, mas, independentemente disso, uma das possibilidades na mesa é que a Funasa tenha um formato mais enxuto do que já teve em governos anteriores.

No Centrão, também ainda não há uma definição sobre o nome que deve ser indicado para comandar o órgão. A ideia, porém, é que o grupo político encontre um indicado de "consenso" e com "verniz técnico", ainda que o indicado esteja, na realidade, representante o bloco.

A situação é um pouco mais complicada, entretanto, quando se trata dos outros cargos cobiçados pelo Centrão. O motivo é que os aliados do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), também pediram ao governo Lula o controle dos ministérios do Esporte, do Desenvolvimento Social (MDS) e da Caixa Econômica Federal.

O Desenvolvimento Social está hoje sob controle de um amigo do presidente Lula. Trata-se do ministro Wellington Dias, que foi responsável por entregar sucessivas vitórias para o PT no Piauí durante os últimos anos.

Já o Ministério do Esporte e a Caixa estão nas mãos de duas mulheres: Ana Moser e Rita Serrano, ambas de perfil mais técnico.

Na prática, a troca das duas por nomes do Centrão pode provocar críticas junto à base eleitoral do próprio PT, já que o partido sempre levantou a bandeira da representativa feminina em suas gestões.

Seja qual for a decisão, o assunto deve ser a prioridade do governo nas próximas semanas.

A razão é que Lula se comprometeu com Lira de que irá acomodar seus aliados durante o recesso parlamentar.

Grupo político busca um nome de "consenso" e com "verniz técnico"

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187599?page=6§ion=2>

O desafio do Threads após atingir 100 mi de usuários, agro transforma cidades do país e o que importa no mercado

Artur Búrigo

Esta é a edição da newsletter FolhaMercado desta terça-feira (11). Quer recebê-la de segunda a sexta, às 7h, no seu email? Inscreva-se abaixo:

Cinco dias desde seu lançamento, o Threads atingiu 100 milhões de usuários, tornando-se a mais rápida plataforma a atingir esse patamar.

O app criado pela Meta para rivalizar com o Twitter superou o ChatGPT, da OpenAI, que chegou à marca dois meses após ter sido liberado aos usuários.

Sim, mas. Quando falamos de faturamento com anúncios, o que mais importa não é o total de usuários, mas o número de pessoas que acessam frequentemente a plataforma.

O Twitter, principal concorrente, disse em uma apresentação em junho ter 535 milhões de usuários mensais ativos, segundo o Wall Street Journal.

Baque na rede do passarinho: o jornal americano também mostra que duas empresas de monitoramento de acessos identificaram uma queda de visitas no Twitter desde que o Threads chegou ao ar.

Nos primeiros dois dias, o tráfego no Twitter caiu 5% em comparação com os mesmos dias da semana anterior, de acordo com o SimilarWeb, que rastreia a atividade online. Ano a ano, as visitas caíram 11%.

Matthew Prince, CEO da Cloudflare, tuitou no domingo "Tráfego do Twitter diminuindo" ao lado de um gráfico mostrando um declínio no ranking da plataforma em relação a principais sites da internet.

Além de ter puxado a alta do PIB brasileiro no primeiro trimestre, o agro também transforma cultura e as cidades no Brasil, eleva a renda de alguns estados acima da média, diminui a desigualdade e atrai nova onda de migrantes atrás de oportunidades.

Em números: o bom desempenho na economia dos estados mais ligados ao campo vai além da super safra esperada para este ano.

Em 16 anos, os PIBs de Mato Grosso, Tocantins, Piauí e Rondônia cresceram bem acima de vários estados - e mais que o dobro em relação ao paulista. Hoje, 25% do PIB brasileiro vêm do agronegócio.

O setor emprega diretamente 20% dos brasileiros e é um dos responsáveis pelas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil serem as únicas que apresentaram crescimento populacional maior do que a média nacional, segundo o último Censo.

O segredo do sucesso do agro brasileiro passa pela produtividade, em um processo que começou com a criação da Embrapa, há 50 anos. A estatal enviou técnicos a várias partes do mundo para estudar e pesquisar diferentes técnicas de manejo e plantio.

Nas duas últimas décadas, a produtividade total dos fatores da agricultura brasileira cresceu 3,2% ao ano, em média, de acordo com dados do Ministério da Agricultura e Pecuária. Na China, a alta foi de 2%; nos EUA, de 0,5%.

Sim, mas. O setor segue controverso no Brasil, e sua imagem sofre arranhões em casos ligados a desmatamento e trabalho escravo.

Mais sobre avanço do agro no país

Veja como o Mato Grosso, uma terra desbravada por pioneiros na década de 1970, hoje vive um boom e importa trabalhadores de vários estados.

Entre as startups, o bom desempenho do setor é mais recente, mas vem atraindo cada vez mais os investidores.

O atual emaranhado de normas e leis tributárias no Brasil já motivou longos e custosos confrontos jurídicos apenas para definir se barrinhas de cereais são flocos de cereais ou se a farinha de rosca pode ser classificada como pão.

Um dos casos emblemáticos é o do Sonho de Valsa, famoso doce consumido pelos brasileiros.

Esse tipo de discussão é um dos que a **Reforma Tributária** pretende acabar a partir da adoção do IVA (Imposto sobre Valor Agregado) -o que pode ficar ameaçado com o acúmulo de exceções na PEC que agora chega ao Senado.

Veja casos que geraram discussões sobre tributação de bens e serviços no Brasil:

Mais sobre **reforma tributária**:

O criador do modelo de transcrição de áudio mais baixado do mundo é brasileiro.

O robô desenvolvido por Jonatas Grosman já teve mais de 71,9 milhões de downloads na plataforma de compartilhamento de códigos de inteligência artificial Hugging Face, mostra o UOL .

Para que serve: para diversas atividades, desde transcrição de entrevistas até produção de legendas automáticas no Youtube.

O uso é gratuito e baseado no Open Source, uma espécie de comunidade em que os criadores disponibilizam seus produtos inclusive para quem quiser usá-los comercialmente.

Quem é Jonatas: após completar o mestrado em processamento de linguagem natural (NLP, na sigla em inglês), técnica para entender o conteúdo de mensagens, o pesquisador teve que interromper o doutorado no mesmo tema na PUC-Rio para tratar de um câncer.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/07/o-desafio-do-threads-apos-atingir-100-mi-de-usuarios-agro-transforma-cidades-do-pais-e-o-que-importa-no-mercado.shtml>

Reforma tributária impacta empresas de porte médio e pode atrair as que estão no Simples Nacional, avaliam especialistas (Empreendedorismo)

Por Anaísa Catucci e Júlia Nunes, g1

A **reforma tributária**, aprovada pela Câmara dos Deputados na última sexta-feira (7), procura simplificar a cobrança de **impostos** no país.

Segundo a proposta, cinco **tributos** serão substituídos por dois, chamados **impostos** sobre Valor Agregado (IVAs). Um será gerenciado pela União e o outro terá gestão compartilhada entre estados e municípios.

Para valer, a reforma ainda precisa passar pelo Senado e ser sancionada pelo presidente Lula. Ela também prevê um período de transição de sete anos, entre 2026 e 2032.

Além disso, ainda não foi definida a alíquota do IVA, ou seja, o percentual que será aplicado para calcular o valor do imposto.

MAS QUEM SERÁ AFETADO? Inicialmente, micro e pequenas empresas não serão obrigadas a aderir às mudanças, ao contrário dos negócios de médio porte, que serão diretamente afetados. Mas podem ter impactos indiretos.

Advogados tributaristas ouvidos pelo g1 analisaram os principais pontos propostos na **reforma tributária** para explicar de que forma eles poderão afetar os empreendedores.

Veja abaixo os PRINCIPAIS APONTAMENTOS dos especialistas e, em seguida, mais detalhes:

de forma geral, especialistas entendem que a reforma poderá beneficiar empreendedores, na medida em que, com menos **impostos**, eles vão gastar menos tempo e dinheiro para cumprir essas obrigações; eles destacaram também o fim da tributação : as empresas poderiam pagar o imposto com um desconto do valor que já foi pago numa etapa anterior da cadeia produtiva; para alguns especialistas, esse benefício poderia atrair até quem faz parte do Simples Nacional. Ou seja, pequenos empreendedores poderiam optar

por deixar o sistema simplificado para aderir ao IVA e não perderem competitividade; tudo depende da atividade da empresa e do quanto ela conseguiria de "descontos" no imposto pago em outras etapas da produção. Isso porque, apesar de a alíquota do IVA ainda não ter sido definida, a carga deverá ser maior do que a do Simples, explica o advogado Aristóteles de Queiroz Camara; um consenso entre os especialistas é que, para prestadores de serviço, o fim dessa cobrança repetida de um imposto não representaria uma vantagem tão grande porque seus maiores gastos não dependem de uma cadeia de produção, onde se pode conseguir desconto em etapas anteriores.

> ACOMPANHE COM O GLOSSÁRIO: os principais termos da **reforma tributária**

Micro e pequenas empresas não estão inclusas

Neste primeiro momento, a **reforma tributária** está centrada no consumo, ou seja, nos **impostos** sobre bens e serviços. Dessa forma, se entrar em vigor, vai afetar empresas, indústrias e prestadores de serviço, com exceção daqueles que podem optar pelo Simples Nacional.

QUEM ESTÁ NO SIMPLES? O Simples é um regime especial que reúne seis **tributos** federais. Ele foi criado em 2006 também com o objetivo de simplificar o pagamento dos **impostos**, só que é voltado para as pequenas empresas. Atualmente, podem aderir ao Simples:

o microempreendedor individual (MEI) que fatura até R\$ 81 mil por ano; o transportador autônomo de cargas que fatura até R\$ 251,6 mil por ano; microempresas que faturam até R\$ 360 mil por ano; empresas de pequeno porte com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões.

E VAI PODER CONTINUAR? Sim. Mesmo com a reforma, as empresas que atendem aos critérios acima poderão continuar optando pelo Simples Nacional,

sem alterar a forma como já pagam os **impostos**.

MAS, SE QUISER MUDAR... Alguns especialistas ouvidos pelo g1 entendem que continuar no Simples pode fazer alguns pequenos negócios perderem a competitividade. Este seria um impacto indireto da reforma. Entenda mais a seguir.

Fim da bitributação

Apesar de não existir ainda a alíquota do IVA, o secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, estima que ela seria de 25%. Se confirmada, será uma das maiores alíquotas do mundo.

No entanto, a proposta é que o IVA tenha um mecanismo que faça com que sua cobrança não seja cumulativa ao longo da cadeia de produção, evitando a tal bitributação .

Dessa forma, na hora de pagar o imposto, a empresa descontaria" o valor que já foi pago em etapas anteriores da cadeia produtiva e pagaria apenas o imposto sobre o valor que adicionou na sua etapa de produção (daí vem o nome de imposto sobre valor adicionado, IVA).

É como se o imposto pago em cada etapa do processo gerasse um crédito tributário para a empresa que comprou a mercadoria ou o serviço. Veja abaixo como seria o pagamento do IVA* em um processo de fabricação e comercialização de uma camisa ??:

*No exemplo, foi considerada uma alíquota fictícia de 10%. O texto apresentado pelo relator Aguinaldo Ribeiro não indicou quais serão as alíquotas adotadas para o IVA.

A forma como esse crédito seria disponibilizado ainda não foi definida, segundo Rodrigo Helfstein, advogado mestre em direito tributário. Duas opções estão sendo consideradas: Você vai pagar o valor cheio, mas aí você abate esse valor no próximo pagamento. Ou, se não, em um momento posterior, você vai receber esse crédito em dinheiro , explica.

Pequenas empresas serão atraídas para o IVA?

Neste cenário, a tendência é que, mesmo empresas que podem optar pelo Simples Nacional, migrem para o novo sistema, segundo Rogério Gaspari Coelho, sócio da área tributária de Lino Dias Coelho Advogados.

"É mais transparente, permitindo que se eliminem resíduos tributários da cadeia de produção e que os contribuintes saibam exatamente quanto tributo estão

recolhendo, o que facilita o planejamento , avalia.

A advogada Sarina Manata, assessora jurídica da FecomercioSP, acredita que o fim da bitributação poderia até resultar em perda de competitividade para pequenos fornecedores, já que empresas podem preferir comprar produtos de quem consiga gerar esse crédito na cadeia de produção.

Aristóteles Camara, sócio do Serur Advogados, alerta que deixar o Simples não seria uma vantagem para todo pequeno negócio.

Se a empresa preferir migrar, ela vai ter uma carga tributária maior (do que no Simples) , pontua.

Na atividade dela, se ela comprar muitos insumos e esses insumos gerarem crédito (permitirem não pagar o imposto que já foi pago em etapa anterior), é possível que ela tenha vantagens de migrar para o novo sistema , resume Camara.

Decio Lima, presidente do Sebrae, ressalta que é muito positivo que os micro e pequenos empreendedores possam continuar pagando seus **impostos** por meio do Simples Nacional.

Mas acredita que, para garantir a competitividade desses negócios, o Simples deveria se adequar à nova realidade trazida pela reforma, ou seja, também permitir descontar **impostos** pagos ao longo da cadeia de produção.

LEIA TAMBÉM:

O que deve mudar nas cobranças de IPVA e IPTUO que pode mudar na cesta básica

Como ficam as empresas médias

Empresas médias, cujo faturamento anual fica entre R\$ 4,8 milhões e R\$ 78 milhões, e as que faturam acima disso, estão fora dos requisitos para aderir ao Simples. Portanto, terão, obrigatoriamente, que mudar a forma como pagam seus **impostos**, sendo diretamente afetadas pela reforma.

No caso delas, o tamanho desse impacto também vai depender do tipo de produto ou serviço que a empresa oferece.

Independentemente do tamanho da empresa, a proposta prevê uma cobrança menor de **impostos** para alguns setores, como medicamentos e serviços de transporte público coletivo, por exemplo.

Por outro lado, inclui a criação de um imposto seletivo sobre bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio

ambiente (como cigarros e bebidas alcoólicas), apelidado de imposto do pecado .

A questão em torno dos prestadores de serviço

Os especialistas chamaram a atenção para um grupo específico de empreendedores: os prestadores de serviço. São os profissionais ou empresas que atendem diretamente o consumidor final, como advogados, psicólogos ou manicures.

Para eles, o fim da cobrança repetida de um imposto não representa uma vantagem tão grande quanto para outros empreendedores, avaliam.

"Em um salão de cabeleireiro, por exemplo, precisa comprar xampu, tesoura, secador. Esses são insumos com que você pode obter crédito (ou seja, descontar o imposto pago pelo fabricante, por exemplo), mas não é o grosso da despesa , explica Sarina Manata, da FecomercioSP.

A empresa gasta muito mais com os funcionários que ela tem: manicure, cabeleireiro. Mas folha de salário não tem crédito, não pode descontar."

Então, na prática, ele quase não vai ter crédito para tomar: ele praticamente absorve essa nova alíquota. Eu, como advogada, por exemplo, vou poder deduzir um aluguel, material de escritório, mas esforço humano não dá direito a crédito", completa.

Se o prestador de serviço não conseguir esses descontos ao longo da cadeia de produção, ele vai acabar tendo que pagar **impostos** mais altos, resume o tributarista Helfstein. Aí ele vai ter que cobrar mais pelos seus serviços ou vai perder na margem de lucro , completa.

Menos burocracia

O Ministério da Fazenda espera que a **reforma tributária** reduza a burocracia. Nesse sentido, as empresas poderiam se beneficiar ao gastarem menos tempo e dinheiro para cumprir as obrigações tributárias.

Empresas brasileiras gastam em média 1.501 horas por ano com essas obrigações, um intervalo de tempo maior do que em qualquer outro país do mundo, segundo o relatório Doing Business Subnacional Brasil 2021, produzido pelo Banco Mundial.

"Além de um grande número de **tributos**, essas empresas ainda precisam transmitir declarações e cumprir regras que mudam de acordo com o produto, etapa da cadeia de comercialização, procedência do produto (nacional ou importado)... , relata Rafael Lima,

gerente sênior da empresa de consultoria empresarial Tax da Mazars.

Muitas vezes um único produto pode ter tratamento muito diferente, dependendo do estado do contribuinte e seu cliente. Isso gera conflitos de entendimentos, o que leva às disputas judiciais , explica.

Atualmente, há empresas que evitam crescer para não sair do Simples, dado o grau de complexidade de nosso sistema tributário , aponta Rogério Gaspari Coelho.

No entanto, para a advogada Sarina Manata, da FecomercioSP, juntar **impostos** não necessariamente significa uma simplificação imediata do sistema.

"No período de transição para o novo modelo, de sete anos, eu teria que cumprir todas as obrigações do regime atual e obrigações acessórias do regime novo. Então, neste período, eu não tenho uma simplificação, tenho aumento de complexidade , avalia.

"Depois disso, ter menos **tributos**, eu concordo, pode trazer simplificação. Mas a gente ainda não sabe a alíquota, a base de cálculo, tudo isso vai vir em legislação infraconstitucional. Estamos às cegas", diz Sarina.

Reforma tributária: veja como cada deputado votou

Site:

<https://g1.globo.com/empreendedorismo/noticia/2023/07/11/reforma-tributaria-impacta-empresas-de-porte-medio-e-pode-atrair-as-que-estao-no-simples-nacional-avaliam-especialistas.ghtml>

Ex-ajudante de ordens de Bolsonaro Mauro Cid depõe à CPI dos Atos Golpistas nesta terça

Por Filipe Matoso, g1 - Brasília

Ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro, o tenente-coronel Mauro Cesar Barbosa Cid prestará depoimento nesta terça-feira (11) à CPI dos Atos Golpistas do Congresso Nacional.

Braço direito de Bolsonaro na Presidência da República, Mauro Cid deverá ser questionado pelos parlamentares sobre o conteúdo com teor golpista encontrado no celular do militar, que foi apreendido pela Polícia Federal em uma operação que levou à prisão do ex-ajudante de ordens.

Segundo a colunista do g1 Andréia Sadi, havia no celular de Cid um documento com instruções para que as Forças Armadas agissem após a derrota de Bolsonaro na disputa presidencial contra Lula.

Durante os quatro anos de Bolsonaro no poder, Mauro Cid era visto frequentemente com o presidente da República, em eventos públicos ou em agendas internas.

O depoimento de Mauro Cid à CPI deveria ter acontecido na semana passada, mas, como a Câmara dos Deputados decidiu dedicar a agenda da semana a projetos da área econômica (como a **reforma tributária**), as atividades das comissões foram suspensas para que o plenário se dedicasse à agenda da economia.

Com isso, o depoimento do militar foi adiado para esta semana.

Os requerimentos que levaram Mauro Cid a prestar o depoimento desta terça-feira o colocaram tanto na condição de testemunha quanto na condição de investigado.

Há diferença nessas duas condições porque:

Diante disso, a defesa do militar pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) que ele não fosse obrigado a comparecer à comissão.

Ao analisar o pedido, a ministra Cármen Lúcia decidiu

que Cid tem a obrigação de comparecer à CPI, mas pode ficar calado para não se autoincriminar.

A expectativa entre parlamentares é que a sessão tenha clima quente .

Geralmente, as sessões da CPI destinadas a depoimentos costumam acontecer da seguinte maneira:

Mauro Cid está preso desde o início de maio suspeito de envolvimento em um esquema de fraudes em cartões de vacinação de Bolsonaro e familiares.

Bolsonaro sempre disse que não havia se vacinado contra a Covid-19, mas consta do cartão de vacinas dele a imunização contra a doença.

Em razão das mensagens com teor golpista encontradas no celular de Mauro Cid, um outro militar, o coronel Jean Lawand Júnior, foi chamado a depor à CPI.

Nas mensagens, enviadas após a vitória de Lula nas urnas, Lawand sugeriu a Cid que pedisse a Bolsonaro para dar uma ordem para que as Forças Armadas agissem.

No depoimento, Lawand negou ter proposto um golpe, afirmando que havia sugerido uma ação de Bolsonaro para pacificar o país e evitar, nas palavras dele, uma convulsão social. Ele ainda se disse a favor da democracia.

A versão, porém, foi rejeitada por parlamentares tanto da base quanto da oposição, que acusaram Lawand de ter mentido à CPI. O entendimento foi o de que as explicações dadas por ele não batiam com o conteúdo das mensagens.

Site: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/07/11/ex-ajudante-de-ordens-de-bolsonaro-mauro-cid-depoe-a-cpi-dos-atos-golpistas-nesta-terca.ghtml>

Fatiamento, rito sumário, PEC paralela: veja os caminhos da Reforma Tributária no Senado

Por *Míriam Leitão*

O planejamento para a tramitação da **reforma tributária** no Senado avançou ontem, com o presidente da casa, Rodrigo Pacheco, indicando que quer uma tramitação mais rápida, que passe apenas pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) e depois vá a plenário. Ele chegou a falar em rito sumário.

A celeridade não para por aí. Assim como aconteceu no caso da reforma da previdência, a ideia é fatiar o texto: os pontos de consenso ficam na proposta original, e os itens em debate vão para uma PEC paralela, que volta para a Câmara.

Assim, a parte central da reforma será aprovada com maior rapidez.

Fica claro, de qualquer forma, que é preciso olhar com cuidado os jabutis, as matérias estranhas ao assunto e colocadas de última hora, que não foram debatidas e que são um ônus carregado pelo país às vezes por muito tempo.

O fato é que o artigo 20 da emenda aglutinativa da PEC abre a possibilidade da criação de um imposto estadual sobre produtos primários e semielaborados, o que fere a Constituição: apenas a União pode criar uma contribuição.

Além disso, o artigo deixa uma porta aberta para a criação de um imposto. Os estados argumentam que essa é uma forma de compensar o fim dos fundos regionais de exportação, mas o fato é que esse assunto precisa ser melhor estudado.

Em resumo, a PEC precisará sim de aperfeiçoamento no Senado, mas isso não quer dizer que a casa irá sentar em cima do texto, já que ficou claro que o país está interessado em aprovar rapidamente a melhor reforma possível.

Hoje, os ministros Fernando Haddad e Simone Tebet se reúnem com Pacheco para saber exatamente como será a tramitação e decidir quais caminhos serão adotados.

Um desafio será a escolha do relator da PEC no Senado, já que há parlamentares com uma visão muito paroquial, que pensam somente nos seus estados, e não no país.

Outro ponto de atenção é que Haddad afirmou que já está pensando na segunda etapa, que é a mudança das regras dos **impostos** sobre patrimônio e renda.

Essa é outra **reforma tributária**, uma outra frente de batalha, e acredito que seria um pouco precipitado o andamento conjunto de duas propostas tão complexas no Congresso.

Site: <https://oglobo.globo.com/blogs/miriam-leitao/post/2023/07/fatiamento-rito-sumario-pec-paralela-veja-os-caminhos-da-reforma-tributaria-no-senado.ghtml>

Os cotados para relatar a reforma tributária no Senado

Por Naira Trindade - Brasília

Três senadores disputam o posto de relator da **reforma tributária** que chega ao Senado para começar a tramitar após o recesso parlamentar, em agosto. São eles: Eduardo Braga (MDB-AM), Otto Alencar (PSD-BA) e Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

O assunto será costurado logo mais, às 11h, em uma reunião entre Fernando Haddad e Rodrigo Pacheco, na residência oficial do Senado.

Site: <https://oglobo.globo.com/blogs/lauro-jardim/post/2023/07/os-cotados-para-relatar-a-reforma-tributaria-no-senado.ghtml>

Tombo na inflação e mais boas novas

Por *Miriam Leitão*

A **inflação** de junho que será divulgada hoje deve ficar em torno de zero, o que reduzirá o acumulado em 12 meses para cerca de 3%. Há um ano, a **inflação** acumulada em 12 meses era de 11,89%. A forte desinflação que houve nesse período é apenas uma das boas notícias da conjuntura econômica. As previsões são de que o país crescerá mais do que se imaginava inicialmente e, no começo de agosto, os juros vão começar a cair, sendo que o primeiro corte pode ser de meio ponto. A queda da Selic é natural diante da redução forte da **inflação**, aliás, ela subiu exatamente para alcançar esse resultado.

Tudo fica mais fácil na economia quando a **inflação** está sob controle. O começo dessa queda foi artificial, com a retirada de **impostos** sobre combustíveis fósseis e imposição sobre os estados de redução do ICMS como parte da campanha eleitoral do governo passado. O ministro Fernando Haddad teve que iniciar seus trabalhos na Fazenda tentando corrigir isso em duas frentes. Enfrentou a pressão contra a reoneração, tendo que fazê-la em etapas, e ao mesmo tempo em que negociava uma compensação para os estados.

Haddad precisou afastar temores contra a sua condução da política econômica, que nasceram da precipitação e do prejulgamento, antes mesmo de anunciar qualquer decisão. Ao derrotar com fatos essas análises, ele foi aos poucos ajudando a melhorar as expectativas em relação à trajetória da **inflação**. Houve outros fatores como a boa safra de alimentos, a queda dos preços das commodities, a melhora do cenário internacional. Mas se ele tivesse errado em suas decisões iniciais certamente o ambiente seria outro.

Em entrevista ao "Valor", o ex-ministro Joaquim Levy disse que o Banco Safra prevê que os juros chegarão ao final do ano em 11,75%, ou seja, uma queda de dois pontos percentuais nas próximas quatro reuniões do Copom. O cenário dele é de uma **inflação** ao fim deste ano em 5%, o Focus já está abaixo disso, e de 3,3% no ano que vem. Levy acha que o país cresce 2,2% este ano e 2,5% no ano que vem. Acredita que a queda dos juros vai produzir outras boas notícias, como a renegociação de empréstimos tomados a taxas maiores. "Só no consignado, esse 'troco' pode dar em torno de R\$ 50 bilhões. Aí uma coisa puxa a outra. Por isso acho que o consumo, no ano que vem, pode crescer entre 2,5% e 3%". Ele considera que

virão também os investimentos.

Se esses cenários de crescimento do **PIB**, de mais de 2%, se confirmarem será bom para o padrão brasileiro dos últimos anos, mas muito abaixo do que precisa para recuperar o tempo perdido no país com a recessão de 2015-2016, a estagnação, pandemia e o mau governo.

A briga no grupo de WhatsApp da oposição bolsonarista que estourou nos últimos dias é até previsível. O que pode fazer um grupo sem projeto e que errou tanto quando teve a chance de governar? O ex-presidente da extrema direita foi trágico na condução da pandemia, elevando o número de vítimas fatais e foi incompetente também na gestão econômica. A **reforma tributária** poderia ter sido aprovada na presidência de Rodrigo Maia na Câmara, porque havia se formado o mesmo ambiente a favor que foi construído agora. O que resta ao PL senão ficar brigando no zap?

Agora é hora de o governo estudar bem os próximos passos. Na entrevista à Natuza Nery no podcast "O Assunto", do G1, Fernando Haddad já fala em apresentar a nova etapa da **reforma tributária**, a do imposto de renda, antes mesmo de acabar de aprovar a atual. É preciso consolidar os passos dados. Como em qualquer grande projeto aprovado no Congresso, sempre aparecem os "jabutis". Há risco de que um deles tenha sido essa perigosa abertura para a criação de novo imposto estadual sobre produtos primários e semielaborados. É preciso expurgar esse tipo de truque do texto, e evitar quaisquer outras distorções.

Hoje, o ministro Fernando Haddad se encontra com o senador Rodrigo Pacheco, que já está prometendo que o Senado dará prioridade à reforma no segundo semestre, aumentando o ritmo de tramitação. Isso permitiria em meados do segundo semestre o assunto estar aprovado no Senado. Uma boa notícia.

Outra boa nova do dia é o dado que o IBGE divulgará, em relação à **inflação** de junho. O IPCA encerrou o primeiro semestre tendo superado o surto inflacionário que levou à disparada de juros entre 2021 e 2022. E desinflação é o começo do círculo virtuoso.

(Com Ana Carolina Diniz)

Site: <https://oglobo.globo.com/blogs/miriam-leitao/coluna/2023/07/tombo-na-inflacao-e-mais-boas-novas.ghtml>

Reforma Tributária: 'Estamos caminhando no sentido oposto da simplificação', diz especialista

Por Geralda Doca

O advogado tributarista Luiz Gustavo Bichara afirma que a alteração feita para permitir que estados que tenham fundos possam criar contribuição sobre produtos primários fere as bases da **Reforma Tributária**, que são a simplificação e o fim do imposto em cascata. Ele alerta que a cobrança pode aumentar preços.

Como avalia o artigo que permite a criação de nova contribuição dos estados?

É uma situação engraçada. É como se a reforma propusesse a constitucionalização de uma coisa que nasceu inconstitucional (os fundos estaduais são questionados em uma série de ações no Supremo Tribunal Federal).

Qual o problema de constitucionalizar isso?

O que é muito escandaloso é que essas (novas) contribuições seriam sucessoras dos fundos. E esses fundos compensam benefícios fiscais dados até 2033. E, agora, querem a cobrança até 2043 (o artigo de última hora da PEC da reforma diz que as novas contribuições poderão ter vigência até 2043). Acaba o benefício, mas a compensação pela existência dele continua.

Como essa nova contribuição atrapalha a **Reforma Tributária**?

Está sendo feita a reforma para simplificar. A promessa era extinguir cinco **tributos** e criar um. Agora, estamos extinguindo cinco e criando quatro (já que o Imposto sobre Valor Agregado, o IVA, será dividido entre o IBS, subnacional, e a CBS, federal, e há a previsão de um Imposto Seletivo, sobre produtos como tabaco e bebida alcoólica).

Estamos caminhando no sentido oposto da simplificação. E está ficando escancarado que não há compromisso com o não aumento de carga tributária.

Se permitida, a nova contribuição será um tributo cobrado em cascata, ou seja, imposto sobre imposto?

No desenho dos fundos de hoje, a cobrança é totalmente cumulativa. Não há nenhuma matriz de não cumulatividade. A contribuição (atual) é ao fundo, não gera créditos (que possam ser abatidos do pagamento de **tributos** em outras etapas da cadeia). A nova contribuição será cumulativa, não tem a ver com IVA (no qual o imposto pago em etapas anteriores da cadeia de produção poderá ser abatido).

Os preços desses produtos podem subir?

Provavelmente. Esse tributo vai virar custo.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/07/11/reforma-tributaria-estamos-caminhando-no-sentido-oposto-da-simplificacao-diz-especialista.ghtml>

Reforma Tributária: brecha para novo imposto pode ser usada por até 17 estados

Por Vinicius Neder, Victoria Abel e Carolina Nalin - Rio e Brasília

A brecha aberta de última hora na **Reforma Tributária**, aprovada na Câmara na semana passada, para que governadores criem um tributo sobre produtos primários e semielaborados, poderá se estender a, pelo menos, 17 estados. A abrangência de uma nova cobrança, prevista no Artigo 20 do projeto, preocupa setores como agronegócio, a mineração e a indústria petrolífera.

Tributaristas criticaram a medida, afirmando que ela vai de encontro a princípios basilares da reforma que é a simplificação do sistema tributário. A mudança do local de cobrança para o destino, ou seja, sobre o consumo, e não sobre a produção, e o fim do imposto em cascata, já que a contribuição não gera crédito tributário.

A possibilidade de criar mais um imposto foi incluído na **Reforma Tributária** momentos antes da votação, na madrugada de quinta para sexta-feira. A contribuição teria que ser usada especificamente para financiar obras de infraestrutura e habitação.

Para o advogado tributarista Luiz Gustavo Bichara, do escritório Bichara Advogados, a alteração de última hora na proposta de emenda à Constituição é abrangente. Qualquer estado que tenha fundos associados à cobrança de benefícios fiscais estaria apto a criar a contribuição.

- Se esse entendimento prevalecer, o rol de estados que poderá vir a instituir a nova contribuição aumentará bastante - disse o tributarista.

O governador do Mato Grosso, Mauro Mendes, afirmou ter trabalhado pela medida, ressaltando que o estado já têm fundo instituído:

- É essencial que os estados que já têm essa contribuição e têm sua economia voltada à produção primária e para exportação possam ter recurso para fazer investimentos necessários.

Ronaldo Caiado, governador de Goiás, disse que foi informado pelo governador Mauro Mendes, a respeito da articulação para manutenção dos fundos por meio de emenda ao texto da Reforma e se manifestou de

forma favorável, mas não se envolveu pessoalmente na articulação.

Os fundos estaduais, a maioria criada como reação à crise fiscal agravada na recessão de 2015 e 2016, estão espalhados. A lista de 17 estados, incluindo o Rio, consta de uma apresentação da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Especialistas e tributaristas entendem que, apesar de alguma falta de clareza no artigo, ele se aplicaria a todos esses estados. A CNI em nota afirmou que "alguns dos fundos estaduais" tiveram a constitucionalidade questionada no Supremo Tribunal Federal (STF), por causa "da incidência sobre exportações, o que tornou o produto nacional menos competitivo". A apresentação da CNI mapeia sete ações no STF.

Senadores, porém, não simpatizam com a ideia, e o artigo já aparece na lista de possíveis supressões do texto que devem ser feitas pelos parlamentares.

- É possível ter supressões ao texto, como essa -disse Alessandro Vieira (MDB-SE).

A retirada de trechos da **Reforma Tributária** não obriga que a proposta retorne à Câmara.

A senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) tem um entendimento diferente e defende a medida. Ela diz que o Artigo 20 não trata da criação de **impostos**:

-Ele permite aos estados que já tenham instituído fundos até 30 de abril de 2023 que prorroguem sua validade até 2043. É um período de transição para que, no futuro, esses fundos sejam extintos.

No caso de Mato Grosso, o Fundo Estadual de Transporte e Habitação (Fethab), a contribuição paga pelos produtores representou uma arrecadação de mais de R\$ 2,5 bilhões em 2022, diz a senadora.

Mas na visão de André Menon, sócio da área tributária do Machado Meyer Advogados, a nova cobrança é passível de discussão quanto à sua constitucionalidade, já que a criação de contribuições é de competência exclusiva da União.

- A manutenção destas contribuições contraria o

princípio básico da **Reforma Tributária** proposta pela PEC 45, que é a de simplificação tributária - diz.

O Ibram, instituto que representa as mineradoras, considerou "desastrosa" a possibilidade de criação do tributo. O IBP, que representa as empresas do setor de petróleo e gás, também criticou a medida. Para o Ibram, o artigo "contraria a própria reforma e aumenta a carga tributária".

A Aprosoja Brasil, associação dos produtores de soja, chamou a atenção para uma série de incertezas técnicas sobre a nova cobrança. O artigo "ressuscita a discussão" sobre o que é "produto primário" e "semielaborado", o que pode levar a disputas judiciais. "A medida afeta toda a cadeia da soja (grão, farelo e óleo) e igualmente do milho, e gerará uma elevação de custos de produção, com prejuízos que impactarão no **PIB**", diz a Aprosoja, em nota.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad afirmou, ao participar do podcast O Assunto , da jornalista Natuza Nery, da Globonews na manhã de ontem, que a segunda fase da **Reforma Tributária**, com foco na renda, será encaminhada ao Congresso antes da tramitação final do primeiro texto da reforma, centralizado no consumo:

- Nós não vamos aguardar o fim da tramitação (do texto da Reforma), para mandar para o Congresso a segunda fase da **Reforma Tributária**. Porque ela tem que ir junto com o Orçamento.

Colaborou Renan Monteiro

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/07/11/reforma-tributaria-brecha-para-novo-imposto-pode-ser-usada-por-ate-17-estados.ghtml>

Pacheco discute reforma tributária com Haddad e Tebet nesta terça

Brasília / **Ana Isabel Mansur, do R7, em Brasília**

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), vai se reunir com os ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Simone Tebet (Planejamento e Orçamento), nesta terça-feira (11), para debater a **reforma tributária**. A medida foi aprovada pela Câmara dos Deputados na semana passada e deve começar a ser analisada pelos senadores em agosto, após o recesso parlamentar.

Entre os pontos que serão discutidos, está a relatoria da reforma no Senado. Na Câmara, o relator do texto foi o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). Ainda não há confirmação do nome, mas o escolhido será alinhado ao governo federal.

Compartilhe esta notícia no WhatsApp

Compartilhe esta notícia no Telegram

Nesta segunda (10), após reunião com o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB), o deputado Aguinaldo Ribeiro se pôs à disposição dos senadores para esclarecer "especulações equivocadas em relação ao texto". Antes da reunião, Alckmin afirmou que a **reforma tributária** deve passar por "pequenos ajustes" no Senado, mas que a medida está "bastante redonda".

O encontro com Tebet e Haddad inaugura o trabalho direto dos principais ministros do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pela aprovação da **reforma tributária** no Senado. Além de Tebet e Haddad, Alexandre Padilha, titular das Relações Institucionais, vai integrar a força-tarefa do governo.

A ideia é conversar com parlamentares, governadores e políticos de todas as tendências. Para a PEC ser aprovada no Senado, são necessários 49 dos 81 votos da Casa - os mesmos três quintos exigidos na Câmara -, também em dois turnos.

Senadores aliados do governo têm avaliado que a proposta deve ir a votação somente em novembro. Em eventual aprovação também pelo Senado, a reforma só passa a vigorar a partir de 2026.

Apesar de ainda estar em aberto, a relatoria tem sido ventilada entre os senadores Davi Alcolumbre (União-AP), Weverton (PDT-MA) e Eduardo Braga (MDB-AM). Os três são de partidos da base de Lula no Congresso.

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO), anunciou a criação de um grupo de trabalho para analisar a **reforma tributária** no Senado. Parlamentares, principalmente da oposição, têm criticado a "pressa" em aprovar as mudanças no sistema tributário.

A própria ministra Tebet, que já foi senadora, admitiu, logo após a apreciação pela Câmara, que a tramitação no Senado deve ser mais lenta. Para ela, os senadores devem usar todos os prazos regimentais durante a apreciação do texto. "É até bom que se tenha esse tempo. É uma reforma tão importante que é preciso que os 26 estados mais o Distrito Federal estejam satisfeitos e seguros de que não terão perda na sua arrecadação, que não perderão postos de trabalho."

Uma demonstração da busca de convergência que pode ocorrer nas negociações para o texto no Senado aconteceu durante as conversas antes da votação na Câmara. A defesa da reforma uniu Fernando Haddad e o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). Haddad perdeu a eleição para o governo do estado para Tarcísio, ex-ministro da Infraestrutura de Jair Bolsonaro (PL).

Mesmo com a movimentação do ex-presidente contra o texto, o governador manteve o apoio à proposta, o que gerou um atrito público entre Bolsonaro e seu ex-ministro. Na votação na Câmara, 20 deputados do PL, o partido do ex-presidente, votaram a favor da reforma no primeiro turno, número que caiu para 18 no segundo turno. Alguns congressistas deixaram a sessão antes do fim da votação.

A mudança no sistema tributário do país prevê neste momento alterações nos **impostos** que incidem sobre o consumo. O texto determina a substituição de cinco **impostos**:

PIS, Cofins e IPI (**tributos** federais) - por uma Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), gerida pela União; e

ICMS (tributo estadual) e ISS (tributo municipal) - por um Imposto sobre Bens e Serviço (IBS), que será administrado por estados e municípios.

A proposta aprovada também prevê três alíquotas para o futuro Imposto sobre Valor Adicionado (IVA):

alíquota geral;

alíquota 50% menor para atividades como transporte público, medicamentos, produtos agropecuários in natura, serviços médicos e de educação; e

alíquota zero para alguns medicamentos e setores como saúde, educação, transporte público e produtos do agronegócio.

A cesta básica nacional de alimentos também foi incluída na alíquota zero. De acordo com o texto, fica instituída a Cesta Básica Nacional de Alimentos, "em observância ao direito social à alimentação, cujos produtos poderão ter redução de alíquota a zero". A lei complementar definirá os produtos destinados à alimentação humana que comporão a cesta e terão alíquota zero.

Segundo a proposta, o período de transição para unificar os **tributos** vai durar de 2026 a 2032. A partir de 2033, os **impostos** atuais serão extintos. Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) propõe o início da transição em 2026. Nessa etapa, o IVA federal terá alíquota de 0,9%, e o IVA estadual e municipal, de 0,1%.

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/pacheco-discute-reforma-tributaria-com-haddad-e-tebet-nesta-terca-10072023>

Lula atua como coadjuvante na reforma tributária; como será na 2ª fase?

**** Este texto não reflete, necessariamente, a opinião do UOL**

Lula teve papel estrategicamente coadjuvante na aprovação da **reforma tributária** na Câmara dos Deputados, na semana passada.

Não é o que cada um de vocês deseja, não é o que o Haddad deseja, não é o que eu desejo, mas tudo bem, afirmou às vésperas da votação.

Ao terceirizar o debate técnico para o ministério da Fazenda, e deixar a costura política a cargo do presidente da Câmara, Arthur Lira, Lula evitou que a proposta ficasse marcada por suas digitais. Isso poderia ter desencadeado resistências.

Não é novidade para ninguém que a polarização ideológica segue contaminando a atmosfera em Brasília e que o governo ainda sofre para formar uma base sólida no parlamento.

Assim, a decisão de sair de cena, tomada pelo presidente da República, era certamente a mais apropriada - ou a única possível - para aprovar uma reforma que se arrastava há décadas no Congresso.

Entre os analistas, vai se formando um consenso de que, para além do jogo político bem jogado, a reforma vem enfim saindo do papel porque a ineficiência do sistema tributário brasileiro bateu no limite.

Em outras palavras, há uma unanimidade - não só entre políticos e empresários, mas entre toda a sociedade - de que ninguém aguenta mais e de que já não se pode esperar.

Só que restam dois fios desencapados a serem devidamente remediados para que a reforma não suba no telhado, mais uma vez.

O primeiro é a votação no Senado. Já pipocam ameaças que podem esvaziar as diretrizes do texto aprovado na Câmara.

Alguns senadores, como Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), já vieram a público para criticar até mesmo a espinha dorsal validada pelos deputados: a criação de dois tipos básicos de **impostos** para reorganizar a tributação do consumo no Brasil.

Outros devem atuar para ampliar a lista de produtos e serviços a serem incluídos na lista de descontos e isenções, o que pode comprometer a promessa de tornar o sistema menos burocrático e mais funcional.

Para complicar, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, aliado do governo, não tem a mesma ascendência sobre os colegas que Arthur Lira demonstra na Câmara. Ou seja, tende a ser mais difícil barrar eventuais contestações e acelerar a tramitação da proposta.

O outro problema diz respeito à segunda etapa da reforma: a mudança sobre a tributação da renda e do patrimônio.

Como se sabe, esta primeira fase - que trata da simplificação dos **impostos** sobre o consumo de produtos e serviços e que agora segue para o Senado - tem um objetivo nada polêmico: garantir eficiência.

Já a segunda etapa, que deve começar a ser discutida a partir de agosto na Câmara, tem como meta inicial, principalmente num governo inclinado à esquerda, promover a justiça social. Em bom português: fazer os mais ricos pagarem mais **impostos**.

Num país em que se popularizaram chavões como imposto é roubo, esse é um debate infinitamente mais espinhoso, até por envolver questões profundamente ideológicas.

Por exemplo: dentre as pessoas que se identificam com a direita, uma parcela nada desprezível acredita que a desigualdade não é necessariamente um problema. Mas há também fatos objetivos: ninguém quer pagar mais imposto.

A questão é que, para colocar as contas públicas em dia, recuperar a confiança de investidores e fazer a economia enfim deslanchar, o governo precisa que as duas pernas da **reforma tributária** sejam aprovadas. E necessita, acima de tudo, que sejam devidamente cobrados os setores que hoje pagam menos **impostos** do que deveriam.

Na primeira etapa, a estratégia de Lula de transferir o protagonismo para os parlamentares tem funcionado, ainda que dias duros no Senado venham pela frente.

Entretanto, no debate que se avizinha sobre a tributação da renda, a mesma tática pode não funcionar, tendo em vista a composição do Congresso mais conservadora do que progressista. Lula precisará aparecer mais.

Site: <https://economia.uol.com.br/colunas/carlos-juliano-barros/2023/07/11/lula-tem-sido-coadjuvante-na-reforma-tributaria-como-sera-na-segunda-fase.htm>

Chega de torpedear boas iniciativas - RAUL VELLOSO

RAUL VELLOSO

Seguindo a linha de minha entrevista recente sobre a validade do arcabouço fiscal (https://www.youtube.com/watch?v=4_IQPe8fn9w), tenho preferido um caminho diferente do oficial, porque nesse o foco não é sobre o item que mais preocupa - o relativo ao tratamento dos gastos públicos, e o fato é que o governo parece sempre hesitar sobre se ataca o problema por esse ou pelo lado da arrecadação, não conseguindo tranquilizar os investidores.

Comparando o que ocorreu em 1987 com um ano bem mais recente (2021), o que chama a atenção, na União, é o peso do item previdência.

Subiu de 19,2% para 51,8% do total, ou seja, mais de metade dos gastos daquela. E esse, como se sabe, é um gasto extremamente rígido. Dessa forma, esse é o problema que teria de ser prioritariamente atacado, para construir a confiança dos mercados. Olhando para os demais gastos, se chega, no outro extremo, aos investimentos em infraestrutura, que, em 1987, representavam 16% do total da União, e em 2021 tinham caído para apenas 2% do total, um verdadeiro absurdo, já que se trata de um dos principais determinantes do crescimento do **PIB**. Nos estados e municípios essa mesma estória se repete, pois as causas básicas são comuns a todos os entes. O fato é que a tarefa à frente é nada simples, e tem muito a ver com o que se costuma chamar de equacionamento previdenciário, única forma de abrir espaço para novos gastos ou reduzir a dívida pública.

O que fazer? A despeito da resistência à mudança, trata-se, tipicamente, de aprovar reformas de regras para reduzir gastos, aportar ativos para reforçar as receitas dos regimes existentes, e criar dois fundos, um financeiro e o outro, capitalizado. O primeiro acolherá os servidores ingressados até uma certa data (digamos, o momento presente), cujos benefícios serão cobertos com contribuições daqueles, mais receitas derivadas da venda dos ativos que nele forem eventualmente aportados, e o segundo receberá os novos entrantes com as respectivas contribuições a serem aplicadas nesse mesmo fundo visando ao pagamento futuro dos respectivos benefícios.

Como tipicamente ocorrerá um certo "custo de

transição" no fundo financeiro, em face da não destinação, a partir dali, das contribuições dos novos a seus cofres (isto é, a dos ingressados a partir do momento presente), ou de deficiências financeiras herdadas da fase precedente, tudo isso conforme o antigo regime de repartição simples, aconselha-se a transferência de parte das "vidas"(idealmente as dos mais velhos) do fundo financeiro para o capitalizado, idealmente na medida exata para estas terem seus benefícios ali cobertos com as receitas que, sob aplicação, estariam esperando a ocorrência de benefícios no futuro. Caso essa última providência não seja precisamente implementável, o ente público teria de vincular uma de suas receitas da pauta presente (digamos, o Imposto de Renda Retido na Fonte dos Servidores) à Previdência, para cobrir, primeiro, parte do saldo remanescente do custo de transição, e, posteriormente, os benefícios dos servidores que ingressarem a partir do momento presente. É fato que, quanto maior o aporte futuro adicional de ativos ao fundo capitalizado, menor será a nova receita requerida para vincular à Previdência.

Em síntese, é preciso equacionar dessa forma o deficit atuarial, abrindo o espaço financeiro que hoje é muito pequeno para novos investimentos, e a partir daí iniciar a tão ansiada retomada do crescimento econômico no país.

Destaco o programa conjunto de cooperação técnica e financeira há pouco iniciado pela CNM e pelo Sebrae, com base em equipes altamente qualificadas, a fim de apoiá-los nessa nada trivial e fundamental tarefa, além de outras com ela correlacionadas.

Além de cuidar do ajuste dos deficits atuariais, o programa apoiará os municípios a, principalmente, elaborar e implementar um plano de desenvolvimento local, visando a gerar mais emprego e renda, por intermédio do investimento em infraestrutura e do desenvolvimento de negócios; reduzir custos de sua gestão, por intermédio da criação de um consórcio de gestão de Regimes Próprios - RPPS municipais; e viabilizar a aplicação de parte dos recursos já capitalizados, ou em vias de assim serem, por esses regimes, no desenvolvimento local dos municípios. A estratégia de implementação se iniciará com um projeto piloto que apoie o equacionamento do deficit previdenciário de 60 municípios, sendo pelo menos um por estado.

Em que pese tudo isso, são enormes as dificuldades enfrentadas por essas instituições.

Uma delas foi criada por uma entidade de classe de porte insignificante e baixa reputação relativamente à CNM, em um dos estados do Sul, que recorreu ao respectivo tribunal de contas contra o programa acima citado, classificando-o de "uma tentativa de ingerência externa e nociva nos Regimes Próprios - RPPS dos municípios", sem qualquer justificativa válida para tanto (a não ser o interesse corporativo de não realizar a reforma e manter privilégios às custas do esgotamento da capacidade de os municípios investirem em políticas de interesse da sociedade).

Notícias Relacionadas:

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG
Chega de torpedear boas iniciativas

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/07/11/all.pdf>

Bolsa cai; dólar sobe

À espera de novos dados da **inflação** nos Estados Unidos, que devem sair nesta semana e indicar o rumo das taxas de juros naquele país, e de olho na atividade econômica internacional, Bolsa de Valores de São Paulo (B3) operou com cautela, ontem. Num pregão de movimento menor que o habitual, o Ibovespa, principal índice dos negócios, fechou com perda de 0,980%, aos 117.942 pontos. Com isso, o indicador passou ao terreno negativo (-0,12%) no mês, mas no ano ainda sustenta avanço de 7,48%.

"Dados de **inflação** na China - estável para o consumidor e em queda para o produtor - corroboraram a percepção de desaceleração da atividade no país asiático, que se mantém no foco de atenção dos investidores, especialmente em mercados com exposição a commodities, como o Brasil", observou Guilherme Paulo, operador de renda variável da Manchester Investimentos.

Os dados negativos da China levaram as ações ordinárias da Vale - entre as de maior peso no Ibovespa - a recuar 1,53%, refletindo a retração de 3,46% nas cotações do minério de ferro em Dalian, na China, e de quase 4% em Cingapura. O dólar comercial subiu 0,34%, terminando o dia cotado a R\$ 4,882 para venda.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/07/11/all.pdf>

Bancos cravam corte da Selic em agosto

Rafaela Gonçalves

Pesquisa realizada pela Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) apontou que é unânime a expectativa de que o Banco Central (BC) comece a reduzir a taxa básica de juros (Selic) em agosto, na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) marcada para os dias 1º e 2. A previsão é que o primeiro corte comece de maneira "moderada", de 0,25 ponto percentual e os próximos acelerem para 0,50 ponto nos encontros subsequentes.

Este ritmo, de acordo com o levantamento, deve levar a Selic para 12% ao ano no fim de 2023. Atualmente, a taxa está em 13,75%. O levantamento foi feito com 19 bancos que participam da Pesquisa Febraban de Economia Bancária e Expectativas, realizada de 45 em 45 dias, logo após a divulgação da ata da última reunião do Copom.

A pesquisa também questionou os economistas sobre os impactos do ambiente externo na condução da política monetária do BC. A maioria (73,7%) entende que os riscos estão bem equilibrados, e que não devem prejudicar o plano de voo do Copom.

Segundo Matheus Pizzani, economista da CM Capital, as projeções atuais apontam para uma melhora em todas as variáveis acompanhadas pela instituição e tidas como chave para o início do processo de corte nos juros. "Exemplo disso são as revisões para baixo da **inflação** verificadas nas últimas semanas através do Boletim Focus, que evidenciam, de uma só vez, a possível melhora em termos inflacionários e a também melhora nas expectativas dos agentes no período tido como relevante pela instituição para condução de sua política monetária", pontuou.

Taxa neutra

Em relação à taxa de juros neutra da economia, que indica o patamar adequado dos juros para estímulo do país, sem gerar instabilidade na **inflação** ao longo do tempo, 52,6% dos analistas consultados pela Febraban estimam que o juro real neutro é de 4,5% ao ano (ou menos), patamar em linha com a recente revisão do BC, que foi de 4% para 4,5%.

O número foi mencionada recentemente em **comunicado** oficial da autoridade monetária.

Para os demais analistas ouvidos pela pesquisa (47,4%), a taxa neutra é superior a esse nível, ficando

em 5% ao ano (ou mais).

No geral, o resultado mostra que os especialistas concordam com a sinalização do BC, de uma taxa neutra mais elevada.

De acordo com Fernando Lamounier, diretor de novos negócios da Multimarcas Consórcios, "há um consenso entre os especialistas, desde as últimas reuniões do Copom, de que há, sim, uma possibilidade para a redução das taxas de juros. O BC tem sido mais conservador nesse ponto, obviamente há uma visão técnica que tem que ser respeitada, mas há também uma dificuldade de crescimento econômico do país".

No câmbio, a previsão é de dólar a R\$ 5 no final do ano, nível menor que em levantamentos anteriores, onde os analistas previam a moeda americana acima de R\$ 5,20. A projeção veio em linha com a do Boletim Focus, avaliado pelo BC.

Não houve consenso quanto ao grau restante de aperto monetário que ainda ocorrerá nos Estados Unidos, mas a maior parte (52,6%) dos analistas consultados espera que o Federal Reserve (Fed, banco central americano) eleve os juros em 0,25 ponto percentual apenas mais uma vez, encerrando o ciclo no intervalo de 5,25% a 5,5% ao ano - ante indicações do próprio Fed de mais duas altas de 0,25 ponto. (RG)

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/07/11/all.pdf>

É injusto dizer que Copom tem atuação política; BC é mais que só decidir juros

Nathalia Garcia

Diretora de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos do Banco Central, Fernanda Guardado diz que críticas aos juros fazem parte do trabalho, mas vê como injusta a interpretação de que o Copom (Comitê de Política Monetária) tem uma atuação política.

Em entrevista à Folha, a diretora conta ter integrado, no último encontro do colegiado, o grupo mais cauteloso quanto à sinalização dos passos futuros do BC.

Segundo Guardado, a atuação do Copom está mais dependente dos dados desde junho, e as decisões sobre política monetária serão tomadas a cada reunião.

"As nossas projeções de **inflação** são a principal bússola."

Para ela, a definição do CMN (Conselho Monetário Nacional) sobre as metas de **inflação**, com alvo contínuo de 3% a partir de 2025, é "uma evolução para o Brasil" e o risco fiscal do país diminuiu ao longo do último semestre.

No âmbito internacional, a diretora diz que o SML (Sistema de Pagamentos em Moeda Local) tem potencial envolvendo os países do Mercosul, mas que sua expansão esbarra em limitações. Já o projeto de criação de uma moeda comum, segundo ela, não é próximo à realidade.

*

Na ata do Copom, houve divergência, com a maioria querendo sinalizar um possível corte de juros em agosto e a minoria mais cautelosa. Em qual grupo a sra.se encaixa? Eu estava no grupo mais cauteloso. A

gente está em um ponto que ainda inspira alguma cautela. A divergência foi sobre uma sinalização enfática em relação aos próximos passos. O **comunicado** é o consenso do grupo. Na ata, a gente deixa claro quais são os debates e as divergências. Havia nuances dentro da própria maioria que achava que deveria ter uma sinalização de que poderia haver uma flexibilização em agosto.

O Copom condicionou seus passos futuros aos dados. Qual é o fator mais importante neste momento para a decisão dos juros? A partir de junho, o comitê entrou no modo mais dependente dos dados. No jargão, chamamos de data-dependent. A gente vai levar em consideração todos os dados, os de **inflação** corrente, avaliar como estão vindo em relação ao que a gente espera, se vai mudar de alguma forma relevante as nossas próprias projeções.

As nossas projeções de **inflação** são a principal bússola de atuação. E também ver o comportamento das expectativas. Esse conjunto de fatores vai embasar a discussão de agosto. Quando a gente escreveu o **comunicado**, havia uma decisão do colegiado por flexibilizar a comunicação. Isso foi feito e acho que foi bem compreendido pelo mercado.

Houve ruído na leitura do **comunicado** e da ata do Copom. Há falha de comunicação? Não. Os economistas e o mercado, que costumam acompanhar o linguajar do BC, entenderam uma flexibilização na comunicação. Inícios e finais de ciclo, ou momentos em que começa haver um pouco mais de divergência entre os membros de qualquer colegiado, são mais complicados. E difícil colocar em um documento curto todas as nuances de visão, isso só pode ficar claro mesmo na ata.

No próximo Copom, teremos a chegada dos primeiros indicados pelo governo Lula ao BC, como Gabriel Galípolo, e um aumento da expectativa pela redução dos juros. Como a sra. vê essa correlação? A expectativa pelo corte de juros é natural. A gente vai receber muito bem, de braços abertos, tanto o Ailton [Santos], que é prata da casa, quanto o [Gabriel] Galípolo. Vamos ver como vai ser a discussão no comitê. Vão ter opiniões diversas, vamos analisar todos os dados com muita profundidade. Essa expectativa que permeia o mercado tem mais a ver com o ciclo do que com as pessoas.

Embora o BC enfatize que toma decisões técnicas, elas também não são políticas em certa medida? Acho bastante injusta essa interpretação de que o Copom tem uma atuação com qualquer conotação política. O Banco Central do Brasil é amplamente reconhecido por seus pares, por investidores internacionais e pelas próprias agências de rating. O BC age de maneira

técnica, a gente teve uma atuação muito contundente no ano passado com o intuito de trazer a **inflação** em direção às metas a despeito de ser um ano eleitoral.

A gente continua agindo pelo melhor resultado de longo prazo para a economia. O Congresso outorgou a autonomia para que o BC pudesse ter uma atuação independente de pressões políticas e de modo a tomar decisões que não são só dos juros, são de regulação, de supervisão, de competição no mercado. O BC é muito mais do que só a decisão de juros.

Fiscal é uma preocupação menor hoje? Sim. O arcabouço fiscal apresentado pelo ministro [Fernando] Haddad teve o papel de eliminar os riscos de cauda [remanescentes] do cenário fiscal. O ministro tem apresentado um compromisso grande em tentar entregar metas que ele se propôs. Tem o pacote de receitas ainda sendo negociado, vamos esperar. Mas acho que o risco fiscal diminuiu ao longo do semestre.

Como tem sido trabalhar com a pressão das críticas sobre a atuação do BC? Somos um órgão de Estado e temos que prestar contas. Cabe a nós, diretores, que ganhamos nosso mandato do Senado, explicar o que a gente está fazendo e como está desempenhando nosso papel. Críticas à política de juros e opiniões diferentes fazem parte do trabalho.

A confirmação da meta de **inflação** em 3% dá mais conforto ao BC para iniciar a redução de juros em agosto? Essa decisão aprimora o regime de metas e nos alinha com os nossos pares internacionais. É uma evolução para o Brasil. Essa era também a solução defendida pelo BC. Foi uma decisão bem recebida pelos economistas e pela sociedade e que parece estar tendo impacto nas expectativas de **inflação** de longo prazo.

Apesar de o BC ter citado um possível processo "parcimonioso" de inflexão de juros, o mercado reduziu a previsão da Selic a 12% em 2023. É possível um corte de maior magnitude? Decisões de paze [intensidade] e de flexibilização ou não de política monetária a gente vai tomar em cada reunião. Na reunião de agosto, vamos ver como todo o conjunto de informações evoluiu em relação ao que a gente esperava e ao que a gente quer ver. Palavras como "parcimônia" foram inseridas no **comunicado** e na ata de forma unânime e consensual pelo comitê e elas têm um papel ali.

A meta contínua de **inflação** ratifica um modelo que já é executado pelo BC? Tem havido confusão entre o que é a aferição da meta e o período de convergência da meta. A aferição a respeito de o BC ter ou não cumprido seu mandato terá a ver agora com a análise da **inflação** acumulada em 12 meses em cada mês,

em vez de olhar só para o mês de dezembro de cada ano-calendário. Nos últimos dois anos, nós escrevemos cartas abertas em janeiro referentes ao descumprimento da meta de **inflação**. Muda um pouquinho, mas, em termos de olhar para nosso horizonte de convergência, não deve se alterar muito.

Qual é o principal ganho desse sistema? Fica mais fácil para as pessoas entenderem e acompanharem o que o BC está fazendo e impede que haja incentivos para tomar decisões no final do ano só para garantir que a meta seja atingida.

Na sua visão, é melhor que o prazo de convergência fique a cargo do BC? Agente tem vivido um cenário macroeconômico muito complexo, principalmente depois da pandemia. O país está passando por diversas mudanças, e choques diferentes têm impactos diferentes. É importante que o BC tenha flexibilidade para determinar o seu horizonte de convergência. Às vezes a convergência pode ser feita de forma mais rápida sem gerar custos [para economia], às vezes de forma mais lenta.

A periodicidade da prestação de contas pode mudar. O que pode ser interessante? Alguns BCs, como o da Inglaterra, fazem cartas toda vez que a **inflação** ultrapassa o teto da meta em 12 meses. Se você imaginar um período de **inflação** inercial, você teria que escrever cartas todo mês. Ter periodicidade anual para prestação de contas do que aconteceu ao longo dos últimos 12 meses parece uma boa ideia, mas é uma definição que cabe ao governo.

Como está a preparação do Brasil para assumir a presidência no G20? Temos tido um excelente relacionamento com o Ministério da Fazenda, que coordena o track [trilho] financeiro com o BC e com o Ministério das Relações Exteriores. Estamos unidos em fazer um G20 que possa trazer entregas efetivas para sociedade e que possa refletir as prioridades do Brasil na parte de ativos digitais e de sustentabilidade. Há muita expectativa em relação à presidência brasileira.

Pode adiantar algo? As discussões em relação ao que vai ser prioridade do Brasil ainda estão em andamento. A gente vai ter uma primeira reunião aqui em Brasília, em dezembro. Vamos definir a agenda de trabalho a partir dela.

O governo Lula quer transformar o SML [Sistema de Pagamentos em Moeda Local] em um sistema multilateral. Há entraves? O SML é um bom sistema de pagamentos em moedas locais, mas tem mostrado crescimento limitado. Não atingiu seu potencial completo. É um caminho para aumentar o comércio inter-regional em moedas próprias. Mas isso

me traz para as limitações que estamos enfrentando aqui.

50334&maxTouch=0&anchor=6480030&pd=bbc65d364f0f578a6eb16500f3059f40

O BC precisa ter simetria com carreiras típicas de Estado. O BC tem demonstrado um enorme ganho de produtividade, entregando projetos importantes como o Pix. A gente tem aumentado muito nosso escopo de atividades, a despeito da nossa força de trabalho ter se reduzido expressivamente. O SML é uma das áreas que sofrem com falta de recursos humanos para a gente seguir nessa expansão.

As limitações de expansão seriam mais relacionadas à falta de pessoal? O sistema tem uma interlocução com diversos bancos, precisamos ter pessoas alocadas para qualquer problema de compensação. A gente tem muita operação hoje com a Argentina. Se for expandir para outros países, precisamos ter mais gente acompanhando como o sistema está funcionando. Com o retorno das operações-padrão no BC e com a limitação de pessoal, os nossos riscos operacionais têm crescido em diversos segmentos de atuação.

A discussão sobre a criação da moeda comum, como pode ser viabilizada? Moeda comum é um projeto amplo, que exige convergência macroeconômica entre os países, é algo mais difícil, hoje não muito próximo da realidade.

Gostaria de acrescentar algo? Se a gente quisesse que a **inflação** estivesse já dentro da meta em 2023, teria que ter subido muito mais os juros. A gente fez essa convergência longa exatamente para moderar as perdas da economia e, ao mesmo tempo, garantir que a **inflação** viesse para a meta. Ficam claros os ganhos da autonomia e da atuação técnica do BC neste momento em que a **inflação** está desacelerando, enquanto se colhem, **também** em parte por conta da atuação do Ministério da Fazenda, resultados positivos na economia.

O BC age de maneira técnica, a gente teve uma atuação muito contundente no ano passado com o intuito de trazer a **inflação** em direção às metas a despeito de ser um ano eleitoral

Fernanda Guardado, 43 É diretora de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos do BC, com mandato até 31 de dezembro de 2023. Atuou por mais de dez anos no mercado financeiro, exercendo cargos como economista-chefe no banco Bocom BBM (2019 a 2021) e na Vinci Partners (2010 a 2012). Tem graduação, mestrado e doutorado em economia pela PUC-Rio (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro).

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=>

Mercado volta a reduzir projeção de inflação para 2023

Economistas consultados pelo Banco Central fizeram uma leve redução na estimativa para a **inflação** neste ano, conforme mostrou o boletim Focus nesta segunda-feira (10).

Agora, a previsão mediana é que o IPCA encerre 2023 em 4,95%, ante 4,98% na pesquisa anterior. Essa foi a oitava redução seguida nessa projeção.

Para 2024, 2025 e 2026, as expectativas do IPCA foram mantidas em 3,92%, 3,60% e 3,50%, respectivamente.

O centro da meta oficial para a **inflação** em 2023 é de 3,25% e, para os três anos seguintes, é de 3,00%, sempre com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

As estimativas de **inflação** captadas pelo Focus vêm de uma longa sequência de baixa, em grande parte devido a sinais de arrefecimento dos preços ao consumidor em dados divulgados recentemente. Esses números, por sua vez, têm estimulado

apostas de que o BC iniciará em breve um ciclo de afrouxamento monetário, tirando a Selic do patamar atual de 13,75% ao ano.

O boletim Focus manteve expectativas de que a taxa básica de juros encerrará este ano em 12% e o próximo em 9,50%, enquanto a estimativa para 2025 seguiu em 9,00%. Para 2026, houve leve ajuste na perspectiva, com uma Selic de 8,75%, de 8,63% antes.

A Bolsa brasileira registrou queda de 0,80% nesta segunda-feira (10), aos 117.942 pontos, sob pressão de ações da Vale e de empresas do setor de varejo.

Já o dólar voltou a subir, em um dia marcado por ajustes e com investidores repercutindo declarações de autoridades do Fed, o banco central dos Estados Unidos) e dados sobre a economia chinesa. A moeda americana avançou 0,32% no dia, cotada a R\$ 4,882.

Colaborou Marcelo Azevedo, de São Paulo

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50334&maxTouch=0&anchor=6480030&pd=bbc65d364f0f>

578a6eb16500f3059f40

Agro eleva PIB, renda e população, e desigualdade cai onde setor avança mais

Maior surpresa no crescimento de 1,9% do **PIB** no primeiro trimestre, a produção agropecuária saltou 21,6 % no período, na comparação com os últimos três meses de 2022. No novo Censo do IBGE, Centro-Oeste e Norte do Brasil, fronteiras agrícolas mais recentes, foram as únicas regiões com aumento populacional

maior que a média nacional. Cresceram 1,23% e 0,75%, respectivamente, acima do 0,52% no país. Nos últimos anos, o agronegócio vem transformando a cultura e as cidades no Brasil, elevando a renda de alguns estados acima da média, diminuindo a desigualdade e atraindo nova onda de migrantes atrás de oportunidades.

Protagonista da principal novela da Rede Globo, "Terra e Paixão", e tema para novos hits musicais, o agronegócio atrai bilhões de reais em investimentos, sofisticando os setores industrial e de serviços.

Em 16 anos, os PIBs de Mato Grosso, Tocantins, Piauí e Rondônia cresceram em ritmo muito superior ao de vários estados -e mais que o dobro em relação ao paulista. Hoje, 25% do **PIB** brasileiro vem do agronegócio.

Segundo a FGV Social, a renda média per capita do trabalho no Centro-Oeste é a maior do país. Em desigualdade medida pelo índice de Gini (de 0 a 1; quanto menor, melhor), é a segunda região menos desigual (0,57), só atrás do Sul (0,54), agrícola há muitas décadas. Ambos estão melhores que Sudeste (0,59), mais rico, Norte (0,61) e Nordeste (0,67).

"Os indicadores do Centro--Oeste e de estados do Norte, como Rondônia e Tocantins, que fazem parte do mesmo processo, têm surpreendido", diz Marcelo Neri, diretor da FGV Social.

Projeções do Departamento de Agricultura dos EUA consideram que o agro brasileiro deve liderar o aumento da produção de alimentos e das exportações até 2027, sustentando o crescimento nessas regiões.

Em Mato Grosso, em cidades como Sorriso, Campo Novo do Parecis e Sapezal, milhares de trabalhadores de Maranhão, Bahia e Minas chegam atrás de empregos. Loteamentos imobiliários invadem fazendas para se expandir.

Enquanto no Centro-Oeste o crescimento do agro se dá pelo aumento da produtividade, no Sul, com terras já praticamente ocupadas, a atividade se verticaliza, agregando valor.

Em Cafelândia (PR), produtores de grãos e proteína animal industrializam artigos de marca própria, vendidos no Japão. Filés paranaenses de tilápia chegam a Manaus.

O agronegócio emprega diretamente 20% dos brasileiros -com tendência de queda do trabalho nas fazendas e aumento na agroindústria e nos serviços relacionados à atividade. Não entram nessa conta construção civil, comércio e outros serviços, em expansão no entorno do agronegócio.

O lado sombrio dessa história é que o agronegócio respondeu, no ano passado, por 87% das 2.575 pessoas resgatadas em situação análoga à de escravidão, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego. Desde 1995, foram mais de 60 mil resgates, concentrados na atividade, que emprega diretamente 18 milhões de pessoas.

É também um setor muito concentrado. Segundo o Censo Agropecuário de 2017, 4% das propriedades detêm 63% das terras. Em contraste, 65% dos estabelecimentos rurais representam 9% das áreas mínimas para subsistência e de pequena produção, com até um módulo fiscal (que variam de 5 a 110 hectares, dependendo do município). Um hectare corresponde a 10.000 m².

Na última década, as receitas que irrigaram as fazendas brasileiras, e que vazaram para os municípios do entorno, saltaram quase 40%, atingindo R\$ 1,2 trilhão neste ano.

Segundo a consultoria MB Associados, em 2023 a atividade econômica deve crescer 6% nos estados agrícolas do Sul e 5,1% no Centro-Oeste. O avanço será de 2,8% no Norte; de 1,4% no Nordeste e de 1,2% no Sudeste. "Em estados do Centro-Oeste, o peso do agro no **PIB** já chega a 50%" diz Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados.

Apesar do dinamismo transformador, com cidades próximas crescendo rápido, com boa infraestrutura e

conservação urbana, o agronegócio segue controverso no Brasil.

Para Xico Graziano, engenheiro-agrônomo e professor da FGV, há um "certo preconceito das elites de esquerda com o agro".

A Folha publica nos próximos dias a série "O Poder do Agro", reportagens sobre a força do setor na economia seus desdobramentos na política e na cultura.

"Tratam como se fosse a velha oligarquia. Mas é uma história de empreendedores, que ninguém conta", diz.

Nesse contexto, porém, ruralistas, majoritariamente bolsonaristas, e o Ministério do Meio Ambiente e ONGs da área trocam acusações sobre desmatamento e uso de agro tóxicos.

O ministério reconhece, no entanto, que menos de 2% dos produtores desrespeitam o Código Florestal. São, segundo a ministra Marina Silva, o "agronegócio".

Empresários do setor pouco fazem para separar o "joio do trigo". E ruralistas no Congresso não perdem oportunidades de alterar leis ou esvaziara pastado Meio Ambiente, como com a transferência do Cadastro Ambiental Rural (CAR, uma espécie de CPF autodeclarado dos produtores) para o Ministério da Gestão.

O mais recente Relatório Anual de Desmatamento do MapBiomas, que consolida dados do território nacional, revela que, em quatro anos (2019 a 2022), foram reportados mais de 303 mil eventos de desmatamento, totalizando 6,6 milhões de hectares, o equivalente a uma vez e meia a área do estado do Ido.

Segundo Ludmila Rattis, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, a região amazônica concentra território equivalente ao da Espanha em terras públicas sem destinação. Nelas, ocorre a maior parte do desmatamento.

No geral, a agricultura utiliza somente 9% das terras brasileiras em duas safras anuais -ou três, em alguns casos, com irrigação. Outros 26% são pastagens, muitas delas áreas degradadas que ainda podem ser ocupadas por lavouras.

"Nas terras degradadas, de pastos pobres, é onde avançamos com a agricultura, com ganhos enormes de produtividade. Não precisamos de nem mais um hectare de desmatamento", diz Roberto Rodrigues, ex-ministro da Agricultura no governo Lula 1.

Para Juliano Assunção, professor da PUC- Ido e diretor do Climate Policy Initiative, seria possível

dobrar a produção, sem desmatar, difundindo a tecnologia que o agro já dispõe para terras degradadas em municípios com características de solo semelhantes aos dos que já produzem.

Além da atuação de pioneiros que desbravaram o país, parte do sucesso do agronegócio deve-se à iniciativa do Estado pela criação da Embrapa, há 50 anos, na ditadura militar. A estatal enviou centenas de técnicos a várias partes do mundo para estudar e pesquisar diferentes técnicas de manejo e plantio.

À época, o Brasil também subsidiava muito os produtores. Hoje, é o país que menos incentiva a atividade rural, proporcionalmente ao que colhe.

O resultado desse processo foram saltos de produtividade. No início dos anos 1990, o Brasil ocupava 39 milhões de hectares para produzir 58,3 milhões de toneladas de grãos. Hoje, utiliza 78 milhões de hectares (+100% em relação a 1990) e produz 316 milhões de toneladas (+445%), segundo o Ministério da Agricultura e Pecuária.

Não fossem as exportações do agro, o Brasil teria registrado déficit em sua balança comercial em quase todos os anos nas últimas décadas. Apesar dos avanços, a infraestrutura segue como a grande vulnerabilidade do agro negócio. "O agro brasileiro só é competente da porteira para dentro. Para fora, arca com custos muito elevados", diz Fernando Camargo, do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.

Dependente do modal rodoviário, em um país continental com muitas estradas consideradas ruins, há deficiência nos sistemas ferroviário, portuário e de armazenagem -com capacidade de guardar só 15% do que as propriedades produzem, ante 54% nos EUA.

Veja o calendário

12JUL

"Agronegócio" para Marina, ruralistas dizem que precisam "cacarejar" mais

Sem muito espaço para plantio, Sul avança na industrialização

13JUL

Brasil subsidia pouco, mas Estado foi chave

Controversa, agricultura familiar abastece boa parte do país

14.JUL

"Fora da porteira", apagão logístico ameaça agronegócio

Indígenas plantam e cobram pedágio em reserva

15JUL

Céu é o limite para o agro, e sem desmate, diz Roberto Rodrigues

27.JUL

Grãos redesenham economia de Goiás e em 40 anos impulsionam desenvolvimento das cidades

8.AGO

Café ultrapassa gerações e gera distribuição de riqueza para pequenos produtores em cidades mineiras

24.AGO

Laranja avança no Triângulo Mineiro, que já produz mais que a Flórida, e projeta entrada em MS

Série "O Poder do Agro", mostra força do agronegócio na economia

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50334&maxTouch=0&anchor=6480030&pd=bbc65d364f0f578a6eb16500f3059f40>

Censo eleva PIB per capita, mas tem lado negativo - PEDRO CAFARDO

PEDRO CAFARDO

Quando saiu o resultado do **PIB** do primeiro trimestre, que surpreendeu a todos pelo crescimento de 4% em relação ao mesmo período do ano passado, economistas mostraram que, apesar desse bom resultado, o **PIB** per capita dos brasileiros em 2022 ainda estava 4,8% abaixo do nível de 2013.

Normalmente, esses dados técnicos não são contestados, porque sua apuração é complexa e feita por competentes economistas, como Sílvia Matos, do Ibre, da Fundação Getúlio Vargas. Mas o assinante do Valor Ivan Martinez ficou intrigado com os dados. Vale a pena contar essa história porque outras pessoas podem ter feito o mesmo raciocínio.

Martinez não é economista, mas lida com dados diariamente na área de tecnologia e, ao fazer as contas, chegou a um número que não bate com o dos economistas.

O problema de calcular o avanço do **PIB** e do **PIB** per capita é o deflacionamento dos números. Martinez usou o IPCA como deflator, índice da **inflação** oficial do país, e fez o seguinte raciocínio: em 2013, o **PIB** nominal era de R\$ 4,838 trilhões; esse valor, dividido pela população de então (ele usou 201 milhões), dá um **PIB** per capita de R\$ 24,1 mil reais por ano.

Martinez corrigiu esse valor (R\$ 24,1 mil) com base no IPCA acumulado no período, de 73,2%, e concluiu que equivalia a R\$ 41,2 mil em 2022. Essa seria a renda per capita de 2013, em valores do ano passado.

A partir daí, ele chegou a um número diferente do calculado pelos economistas. O **PIB** nominal de 2022 é de R\$ 10,4 trilhões, valor que dividido pela população (estimou 208 milhões) dá um **PIB** per capita de R\$ 50 mil por ano. Esse valor (R\$ 50 mil) é 21% superior aos R\$ 41,2 mil de 2013. E não 4,8% inferior.

Quando Martinez fez o cálculo, o IBGE ainda não havia divulgado o resultado do Censo, que apurou uma população bem menor em 2022, de 203 milhões. Por isso, ele trabalhou com o número estimado de 208 milhões. Se dividirmos R\$ 10,4 trilhões por 203 milhões, teremos uma renda per capita ainda maior, de R\$ 51 mil por ano.

Os cálculos de Martinez apresentam à primeira vista um problema: ele não usou "deflator implícito do **PIB**" e sim o IPCA. De qualquer forma, a diferença entre os dois cálculos - dos economistas e de Martinez - parecia grande demais, mesmo admitindo prováveis erros metodológicos.

O colunista sugeriu então que o leitor consultasse a professora Sílvia Matos.

Sílvia, renomada e gentil economista, recebeu o e-mail de Martinez e desfez imediatamente as dúvidas com breve e objetiva resposta.

Explicou que os dados não devem ser deflacionados/inflacionados com base no IPCA, mas sim pelo deflator do **PIB**, que o IBGE calcula. A **inflação** do **PIB** fica em geral muito acima do IPCA médio, porque tem abrangência maior, levando em conta todos os preços da economia, como os de importações, commodities etc. O IPCA, por sua vez, só calcula preços ao consumidor.

Como o **PIB** de 2022 está apenas 2,3% acima do de 2013 em termos reais e como a população cresceu mais do que isso, o resultado é negativo. Ou seja, o **PIB** per capita caiu (-4,8%) em nove anos.

Esse resultado dos últimos nove anos ficou um pouco menos negativo depois que o IBGE divulgou os dados do Censo sobre a população. Sílvia Matos observou que, obviamente, o **PIB** per capita do ano passado deve ser revisto para cima, porque a população estimada anteriormente, de 214,8 milhões, precisa ser revisada para os 203,1 milhões.

Em princípio, a economista hesitou em fazer o novo cálculo, porque o IBGE ainda não divulgou as estimativas anuais da população, que devem provocar revisão dos dados da Pnad e podem impactar os do **PIB**.

Mesmo com a incerteza sobre esses números, Sílvia Matos aceitou fazer um cálculo preliminar, "de padaria". E concluiu, provisoriamente, que o pico do **PIB** per capita permanece em 2013, mas estaria, em 2022, apenas 2,3% abaixo desse pico em termos reais e não 4,8% como estimara anteriormente. A preços constantes de 2022, o **PIB** per capita teria caído de R\$ 50 mil em 2013 para R\$ 48,8 mil em 2022.

A apuração de uma população bem menor que a estimada anteriormente é, portanto, um dado positivo quando se calcula o **PIB** per capita brasileiro. Mas Silvia Matos chama a atenção para o lado negativo dessa "revelação" do Censo de 2022: o crescimento menor da população reduz a oferta de mão de obra, inclusive pelo envelhecimento médio dos brasileiros. Isso é o que já se observa nos países desenvolvidos e uma das razões que tornam o crescimento econômico mais difícil.

Deveríamos ter crescido muito mais antes de envelhecermos. O país ficou velho antes de ficar rico e o desafio do crescimento agora é muito maior", diz a economista.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187599?page=6
§ion=2](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187599?page=6§ion=2)**

Fazenda revisa para baixo projeção para Selic e câmbio

O Ministério da Fazenda revisará para baixo suas projeções oficiais para Selic e câmbio médios deste ano. As novas estimativas serão apresentadas na segunda quinzena de julho, no Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias.

Segundo fonte, a revisão para a Selic média projetada para o ano será realizada por três motivos principais: mudanças no cenário econômico; avanço na tramitação das reformas macroeconômicas propostas pelo governo; decisão do Conselho Monetário Nacional sobre a meta de **inflação** de 2025, que deverá gerar "convergência das expectativas" de **inflação**. Apresentada na segunda quinzena de maio, a projeção atual do Ministério da Fazenda para a taxa básica de juros média deste ano é 13,24%.

No caso do câmbio, a revisão será realizada por causa do "bom momento do país", que gera "cenário de apreciação". A projeção atual é R\$ 5,11.

Conforme publicado pelo Valor em junho, a Fazenda também revisará para mais do que 2,4% a estimativa para o crescimento do Produto Interno Bruto neste ano. Segundo fonte, o novo número "será ligeiramente maior do que 2,4%".

Hoje a projeção é de 1,9%.

Já a estimativa para o IPCA será revisada para baixo. Atualmente, a estimativa é de 5,58%. De acordo com a fonte, o cenário vem sendo marcado por "surpresas positivas com os dados oficiais".

As projeções para 2024 passarão apenas por "alguns ajustes finos, muito marginais". O Ministério da Fazenda calcula que o **PIB** terá alta de 2,3% em 2024, enquanto o IPCA terminará o ano que vem em 3,63%. Atualmente, para conduzir a Selic, o Banco Central mira 2024, para o qual a meta de **inflação** é 3%, com intervalo de tolerância para mais ou para menos.

Os cálculos do Ministério da Fazenda para as variáveis econômicas também são importantes para o governo federal administrar as contas públicas e cumprir as metas fiscais estabelecidas, liberando ou cortando despesas de acordo com o desempenho da arrecadação tributária. O próprio ministro da Fazenda, Fernando Haddad, vem afirmando com frequência que a política monetária atual está piorando a situação

fiscal do país, ao desacelerar o crescimento econômico.

Nesta segunda, 10, ele disse que o Banco Central "vai ter que fazer sua parte". Atualmente, a Selic está em 13,75% ao ano.

"Dependo da política monetária para arrecadar", disse em entrevista com transmissão ao vivo para o podcast O Assunto.

Também divulgadas ontem pelo Banco Central no Boletim Focus, as projeções medianas mais recentes do mercado indicam que a Selic terminará 2023 em 12% ao ano e 2024 em 9,5% ao ano. Já as estimativas para o câmbio são de R\$ 5 no fim deste ano e R\$ 5,06 no fim do próximo ano. Por fim, o mercado também calcula, respectivamente, altas para o **PIB** de 2,19% e 1,28% e IPCA de 4,95% e 3,92%. (ET)

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187599?page=6§ion=2>

China à beira da deflação acentua fraqueza econômica

A economia da China esteve à beira de uma deflação em junho, o que intensificou a pressão sobre Pequim para lançar um pacote de estímulos mais fortes para dar sustentação à recuperação cambaleante do país no pós-pandemia.

O índice de preços ao consumidor (IPC) ficou estável na comparação anual e teve uma queda de 0,2% em relação ao mês anterior, enquanto os preços na "porta da fábrica" tiveram a maior deflação desde 2016, de 5,4% em termos anuais, afetados pelo enfraquecimento na demanda por bens de consumo e manufaturados.

Os dados são a mais nova evidência do impacto na economia chinesa da estagnação da recuperação pós-reabertura da covid e da alta global dos juros que reduziram os gastos do consumidor.

Economistas temem que o declínio generalizado dos preços afete a já frágil confiança na China, deixando a economia presa em um ciclo vicioso em que a demanda fraca e os preços mais baixos se reforçam mutuamente.

"A China certamente enfrenta uma grande pressão deflacionária", disse Larry Hu, economista chefe para a China do Macquarie Group, que alertou sobre uma espiral descendente se as expectativas de deflação se consolidarem.

Analistas preveem que os dados de **inflação** levarão o Banco do Povo da China (PBoC, o banco central chinês) a voltar a reduzir os juros, mas muitos acreditam que isso ainda precisará ser complementado por políticas governamentais de estímulo fiscal.

"A China ainda está crescendo - a questão é se atingirá sua meta", disse Heron Lim, economista da Moody's Analytics. "Em termos de recuperação, isso ainda está ocorrendo, mas a preocupação é que esteja em desaceleração." A China almeja um crescimento de 5% no Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2023, com a economia emergindo dos rigorosos controles **impostos** contra a covid, mas a recuperação vem se mostrando frágil, com os preços dos imóveis e das exportações em queda.

Após uma breve recuperação liderada pelos gastos

com serviços no início deste ano, a recuperação econômica da China estagnou em várias frentes a partir de abril. A taxa de desemprego entre os jovens subiu para um recorde de mais de 20% em maio. A atividade manufatureira do país contraiu pelo terceiro mês consecutivo em junho, enquanto as exportações para os EUA e outras economias ocidentais também enfraqueceram.

Mais recentemente, a recuperação do mercado imobiliário - um pilar crucial da economia - enfraqueceu, apesar da flexibilização da política para estimular a demanda pela compra de imóveis.

Muitos economistas observam que a ausência de **inflação** na China - um cenário oposto ao que a maioria dos países experimentou com a reabertura de suas economias após as restrições da covid - expõe problemas estruturais na economia após três anos de pandemia, incluindo a deterioração do patrimônio das famílias, que reduziu a demanda por consumo.

A China anunciou ontem que vai estender as políticas para apoiar incorporadoras sem dinheiro e fortalecer o setor imobiliário em dificuldades, além de permitir adiar pagamentos de empréstimos por um ano.

Instituições financeiras serão incentivadas a negociar com imobiliárias a concessão de empréstimos em aberto para garantir a entrega de imóveis em construção, segundo **comunicado** conjunto do PBoC e da Administração Nacional de Regulamentação Financeira (NFRA). Alguns créditos em aberto, incluindo empréstimos fiduciários com vencimento antes de 2024, receberão uma extensão de um ano para pagamento.

O consumo ainda está em alta, mas há a preocupação de que o governo precisará fazer mais para sustentar a recuperação diante da desaceleração do crescimento econômico mundial, que reduz a demanda por exportações chinesas.

"A leitura ultrabaixa da **inflação** dá suporte à nossa visão de que o PBoC provavelmente realizará mais duas rodadas de cortes nos juros", segundo economistas do Nomura, que não descartam outras medidas, como um novo corte na taxa do compulsório bancário.

Mas Lim, da Moody's, observa que poucos preveem algum pacote de estímulos gigantescos.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187599?page=6
§ion=2](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187599?page=6§ion=2)**